PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Bertha Luiza Moutinho

# IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO: a disputa pela tutela da sociedade e o projeto de Brasil no periódico *A Família* (1920 – 1930)

Belo Horizonte
2025

Bertha Luiza Moutinho

# IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO: a disputa pela tutela da sociedade e o projeto de Brasil no periódico *A Família* (1920 – 1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Teodoro da Silva

Linha de Pesquisa: Religião, Política e Educação.

Belo Horizonte
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Moutinho, Bertha Luiza
M934i Igreja, Estado e educação: a disputa pela tutela da sociedade e o projeto de Brasil no periódico *A família* (1920-1930) / Bertha Luiza Moutinho. Belo Horizonte, 2025.
123 f.

Orientador: Wellington Teodoro da Silva
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

1. Educação - Brasil. 2. Educação e religião. 3. Ensino religioso - Mucuri, Rio, Vale (MG e BA). 4. Igreja e Estado. 5. Identidade - Aspectos religiosos. 6. Periódicos - A Família - 1920-1930 - Análise. 7. Imprensa Católica - Brasil. I. Silva, Wellington Teodoro da. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 261.5(815.1)
Ficha catalográfica elaborada por Gabriela Fernandes dos Santos Dias - CRB 6/4473

Bertha Luiza Moutinho

**IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO: a disputa pela tutela da sociedade e o projeto de Brasil no periódico *A Família* (1920 1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Linha de Pesquisa: Religião, Política e Educação.

---

Prof. Dr. Wellington Teodoro da Silva (Orientador) – PUC Minas

---

Prof. Dr. Rodrigo Portella (Banca examinadora) – UFJF

---

Prof. Dr. Carlos Ribeiro Caldas Filho (Suplente) – PUC Minas

Belo Horizonte, 08 de abril de 2025

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu filho Guilherme, por ser minha maior força e por ter surgido no meio deste processo de mestrado, trazendo luz, energia e renovação ao meu caminho.

Às minhas amigas, especialmente à Fernanda, madrinha do meu filho, pela amizade constante e apoio incondicional; à Jéssica, minha fiel companheira e incentivadora, que sempre esteve ao meu lado; à minha amiga Sara, cuja presença e apoio foram essenciais para a realização deste trabalho. Sem ela, este processo teria sido muito mais difícil. Sua generosidade e dedicação foram fundamentais para o meu êxito nesta caminhada; e à minha amiga Bárbara, por acreditar em meu potencial quando eu mesma duvidava de mim. Aos meus amigos e colegas do Colégio Loyola e da Escola Santo Tomás de Aquino, que contribuíram para a minha formação e sempre me incentivaram ao longo dessa jornada. Ao meu pai, pelo apoio, incentivo e as trocas sempre enriquecedoras. À minha mãe, que me criou e ensinou, desde cedo, o valor da educação.

Ao meu orientador, Professor Wellington Teodoro, por ser uma das melhores pessoas que conheci na academia. Agradeço, especialmente, pela paciência, pela confiança depositada em meu potencial e pelas valiosas lições que aprendi com sua sabedoria e generosidade. O seu apoio constante, tanto acadêmico quanto pessoal, foi crucial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Professor Rodrigo, pelas valiosas contribuições na qualificação, que enriqueceram o percurso da pesquisa. À banca, pelos comentários e sugestões construtivas, que aprimoraram este trabalho. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Minas, pela formação e troca de saberes, e à Dênia e ao Wallison, que fazem parte da Secretaria do Programa, por toda a colaboração, gentil escuta e disponibilidade com que sempre somos atendidos. Aos meus colegas de mestrado, que compartilharam discussões e reflexões enriquecedoras, contribuindo para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo financiamento e apoio material que possibilitaram minha entrada e permanência no mestrado, subsidiando a produção desta pesquisa.

E, por fim, a todos que me apoiaram, de forma direta ou indireta, ao longo desta jornada. Minha gratidão a cada um de vocês é imensurável, e o reconhecimento por todo

o suporte, carinho e incentivo que recebi não pode ser expresso em palavras. Termino trazendo um poema que me fortaleceu ao longo desse curto, mas intenso processo. *Com Licença Poética*, de Adélia Prado, é um dos meus poemas favoritos, e suas palavras sempre me lembraram da força que temos, mesmo nos momentos difíceis. Ela fala da tristeza, que não precisa de "pedigree" – não precisa ser grandiosa ou nobre para ser verdadeira. Ela é legítima, parte da nossa caminhada. Mas o mais importante é a alegria que buscamos, a alegria de continuar, de lutar e de encontrar forças para seguir, mesmo quando tudo parece difícil. E, acima de tudo, ela nos lembra que a mulher é "desdobrável", que tem a capacidade de se transformar e se adaptar, o que me faz pensar que, apesar de tudo, somos sempre capazes de nos reinventar e seguir em frente.

## RESUMO

A presente dissertação investiga a relação entre a Igreja Católica, o Estado e a educação no Brasil durante a década de 1920, com ênfase na análise do periódico A Família, publicado no Vale do Mucuri, Minas Gerais. O estudo busca compreender como a Igreja Católica utilizou a imprensa como uma ferramenta para defender sua visão educacional em um contexto de crescente laicização do ensino, promovida pela nova ordem republicana. A pesquisa explora a forma como o periódico se posiciona contra a implementação do ensino laico, defendendo a continuidade da educação religiosa, e analisa os posicionamentos da Igreja Católica no período. O objetivo é analisar o papel da imprensa na articulação de estratégias para preservar a influência da Igreja Católica na educação brasileira. A dissertação também explora outras formas de educação, além da escolar, promovidas pelo periódico, como a educação das mulheres, destacando o papel delas na construção da sociedade de acordo com os valores católicos. Assim, o periódico A Família é visto como um espaço onde a Igreja Católica tenta preservar seus valores e sua influência, mas se depara com uma sociedade em transformação, marcada por mudanças sociais que desafiam seus princípios. A dissertação aborda o impacto da separação entre Igreja e Estado, a resistência católica, e as implicações dessa disputa na construção de uma identidade nacional e religiosa no Brasil.



Palavras-chave: Igreja Católica; Estado; Educação; Periódico A Família; República.

**ABSTRACT**

This dissertation investigates the relationship between the Catholic Church, the State, and education in Brazil during the 1920s, with a focus on the analysis of the newspaper A Família, published in the Vale do Mucuri, Minas Gerais. The study seeks to understand how the Catholic Church used the press as a tool to defend its educational vision in a context of increasing secularization of education promoted by the new republican order. The research explores how the newspaper positions itself against the implementation of secular education, advocating for the continuation of religious education, and analyzes the positions of the Catholic Church during this period. The aim is to examine the role of the press in articulating strategies to preserve the Catholic Church's influence on Brazilian education. The dissertation also explores other forms of education, beyond schooling, promoted by the newspaper, such as the education of women, emphasizing their role in the construction of society according to Catholic values. Thus, A Família is seen as a space where the Catholic Church attempts to preserve its values and influence, yet faces a society in transformation, marked by social changes that challenge its principles. The dissertation further addresses the impact of the separation between Church and State, Catholic resistance, and the implications of this conflict in the construction of a national and religious identity in Brazil.

Keywords: Catholic Church; State; Education; A Família newspaper; Republic.

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO ..... 10**

**2 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS ATÉ A DÉCADA DE 1920 ..... 17**

**2.1 A proclamação da República e a Primeira Constituição ..... 17**

**2.2 A década de 1920 no Brasil ..... 22**

*2.2.1 A política dos governadores ..... 22*

*2.2.2 O Tenentismo ..... 25*

*2.2.3 O Movimento operário ..... 28*

*2.2.4 Semana de Arte Moderna ..... 31*

*2.2.5 Movimento Escola Nova ..... 34*

**2.3 Estado e Igreja Católica na década de 1920 ..... 38**

*2.3.1 Estado ..... 39*

*2.3.2 Igreja ..... 41*

**2.4 A questão da identidade nacional ..... 46**

*2.4.1 Estado vs. Igreja: Identidade Nacional e Laicidade ..... 49*

**3 A EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920 E O PAPEL DA IGREJA ..... 53**

**3.1 Contexto histórico da educação de 1889 a 1920 ..... 53**

*3.1.1 Proclamação da República (1889) e suas implicações para a educação ..... 54*

*3.1.2 As Reformas Educacionais (1890 - 1927) ..... 56*

*3.1.3 Tensões entre a educação laica e a educação religiosa ..... 62*

**3.1.4 O Vale do Mucuri e o periódico A Família ..... 66**

*3.1.5 A Imprensa como Instrumento Educacional ..... 72*

**4 ESTRATÉGIAS E POSICIONAMENTOS DA IGREJA CATÓLICA NA TUTELA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ..... 81**

**4.1 O periódico *A Família* como instrumento de defesa da educação católica .. 82**

*4.1.1 O combate à laicidade no ensino: argumentos e estratégias da Igreja ..... 88*

*4.1.2 A formação da mulher católica: educação, moral e papel social ..... 96*

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 110**
**REFERÊNCIAS ..... 114**

# 1 INTRODUÇÃO

A República brasileira, proclamada em 15 de novembro de 1889, marcou um momento de transformação política e institucional no Brasil. Destaca-se neste período histórico o processo de modernização da sociedade brasileira, que se tornou um movimento presente na cultura e na sociedade desde as primeiras décadas do século XX, buscando uma nova sintonia com os valores e a experiência da vida moderna. A modernização e a imprensa periódica, no Brasil, se interpenetram: se por um lado o contexto histórico traz a exigência de renovação e de mudança, por outro há a necessidade da domesticação de tal impulso transformador (Lahuerta, 1997). Nesse cenário a Igreja Católica "[...] ao mesmo tempo em que aceitava os melhoramentos modernos, se apresentava como tutora da sociedade para garantir a ordem social" (Ribeiro, 2009, p.44).

Na década de 1920, a educação, principalmente no sistema escolarizado, foi reconhecida como um elemento fundamental para impulsionar a transformação da sociedade. Nesse contexto de uma recém-estabelecida República, houve uma disputa entre o Estado e a Igreja pelo controle do fornecimento de educação à sociedade. No Vale do Mucuri, essa disputa se tornou evidente com o uso do periódico *A Família* como uma ferramenta de comunicação e mobilização. Dentre os mais variados tipos de periódicos, pode-se destacar os jornais de cunho católico, compreendendo que "[...] o jornal 'católico' (ou sobretudo 'escrito por católicos') é o que não contém nada contra a doutrina e a moral católicas. Segue e defende suas normas" (Gramsci, 2006, p. 198-199). A imprensa periódica constitui uma fonte importante para pesquisas no campo da Ciência da Religião, ao evidenciar dinâmicas sociais por meio de sua interação com os valores culturais e os comportamentos predominantes na sociedade.

De acordo com Funari (2006), os periódicos, enquanto fontes históricas, não refletem de maneira objetiva a realidade, mas apresentam narrativas construídas a partir de interesses e intenções específicas, sendo fundamentais para a análise de contextos religiosos e sociais. Para o autor:

> Fonte é uma metáfora, pois o sentido primeiro da palavra designa uma bica d'água, significado esse que é o mesmo nas línguas que originaram esse conceito, no francês, source, e no alemão, Quell. Todos se inspiraram no uso figurado do termo fons (fonte) em latim, da expressão "fonte de alguma coisa", no sentido de origem, mas com um significado novo. (FunariI, 2006, p. 85).

Além disso, Luca (2005) argumenta que os jornais permitem observar a circulação de ideias, discursos religiosos e estratégias institucionais em momentos específicos da história, tornando-se instrumentos valiosos para entender a relação entre grupos religiosos e os acontecimentos de seu tempo. Nesse contexto, os estudos sobre a imprensa periódica têm se dividido em abordagens que analisam sua trajetória e as que a utilizam como fonte primária para a reconstrução histórica, como observa Renée Barata Zicman (1985). A estudiosa identifica dois grandes grupos de estudos relacionados à história da imprensa periódica: a "História da Imprensa" e a "História através da Imprensa". O primeiro se dedica à análise da trajetória de órgãos de comunicação, enquanto o segundo engloba trabalhos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica, e, portanto: "engloba os trabalhos que tomam a imprensa como fonte primária para pesquisa histórica" (Zicman, 1985, p. 89). Como reforça Costa (2010), "as fontes não 'falam' por si só, não adquirem sentido por elas mesmas, dai a necessidade do diálogo científico com os documentos, diálogo que passa, muitas vezes, por uma relação de saudável desconfiança" (Costa, 2010, p. 193), destacando a importância de uma abordagem crítica na interpretação das fontes históricas.

A análise da imprensa escrita como fonte exige que o pesquisador considere os fatores ideológicos e políticos envolvidos em sua produção. Segundo Fairclough (2001), os periódicos não apenas registram fatos, mas também os interpretam, estruturando narrativas que estabelecem, mantêm e transformam relações de poder. Nesse contexto, os jornais católicos no Brasil desempenharam um papel crucial na legitimação de ideias e práticas religiosas, apresentando-se como defensores da moral e da fé. Como destaca Guarnieri (2013), o discurso jornalístico, ao mesmo tempo que busca credibilidade por meio de uma aparência de imparcialidade, é atravessado por interesses específicos que refletem as disputas sociais e religiosas de seu tempo. Assim, os periódicos católicos atuaram como mediadores entre as instituições religiosas e a sociedade, construindo pontes para fortalecer sua autoridade.

As transformações metodológicas que acompanharam a revolução documental no final do século XX contribuíram para consolidar a imprensa periódica como uma das principais fontes historiográficas, especialmente no campo cultural. Le Goff (2003, p. 136) destaca que "as mudanças profundas da metodologia histórica são acompanhadas de uma transformação importante da documentação", evidenciando a importância de novas abordagens para fontes até então subvalorizadas. Essa revolução documental foi particularmente fortalecida pelas contribuições da terceira geração dos *Annales*, que,

segundo Tânia de Luca (2010, p. 112), introduziu “novos objetos, problemas e abordagens”, sem ignorar as questões estruturais e econômicas que marcaram a historiografia tradicional. Esse movimento consolidou os periódicos como peças documentais de grande valor, capazes de revelar aspectos socioculturais amplos do momento em que foram produzidos, transcendendo sua função inicial como veículos de informação (Toledo, 2012, *apud* Luca, 2006).

A imprensa escrita também desempenha um papel importante na construção de identidades religiosas. Nesse contexto, os periódicos religiosos, especialmente os católicos, emergiram como ferramentas cruciais na construção de identidades e na promoção de valores culturais em sociedades em transformação. Conforme Luca (2005), os periódicos funcionam como espaços de memória e registro, documentando os valores e as ações que moldam a autoimagem das comunidades religiosas. Esse processo, no entanto, não é neutro. Os jornais selecionam, enfatizam ou silenciam eventos e discursos, sendo agentes ativos na disputa e na formação de pensamentos da sociedade. Barbosa (2006) aponta que a imprensa no Brasil sempre esteve ligada a dinâmicas de poder, ocupando uma posição central em momentos decisivos da história do país. Por meio de editoriais e colunas, a imprensa não apenas reforça estruturas de poder, mas também legitima narrativas que consolidam determinadas ideologias.

A imprensa periódica teve suas origens na Idade Moderna, com a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV, um marco que transformou radicalmente a produção de informações (Luca, 2005). Os primeiros periódicos começaram a circular na Europa no século XVII, sob a forma de panfletos e folhas de notícias que atendiam, principalmente, a uma elite letrada interessada em temas políticos e comerciais (Barbosa, 2006). Ragazzini (2001) complementa ao afirmar que os periódicos, assim como outras fontes documentais, se configuram como construções que possibilitam ao pesquisador interpretar o passado e compreender as dinâmicas culturais, sociais e econômicas de seus contextos. A formação dos periódicos está diretamente ligada ao aumento da alfabetização e ao fortalecimento dos centros urbanos, que se tornaram importantes polos de circulação de ideias e debates públicos (Luca, 2005).

O aumento da alfabetização e a expansão das práticas comerciais na Europa, especialmente entre os séculos XVII e XVIII, criaram um público leitor interessado em informações que conectassem mercados, estados e eventos internacionais (Luca, 2005). Além disso, o fortalecimento das cidades como centros culturais e políticos gerou a necessidade de meios que permitissem a disseminação rápida de notícias e ideias

(Barbosa, 2006). Esse processo foi intensificado pelo crescimento do pensamento iluminista, que valorizava a circulação do conhecimento como um pilar para a construção de sociedades mais racionais e progressistas (Stern, 2020). A imprensa periódica, assim, não apenas registrava eventos, mas atuava como agente na formação de opiniões e na construção de narrativas que refletiam os interesses dos grupos dominantes e seus esforços para moldar a percepção pública (Guarnieri, 2013).

A consolidação da imprensa periódica também esteve ligada à regulamentação e ao controle estatal sobre a circulação de informações. Governos reconheceram o potencial dos periódicos como ferramentas de propaganda política e instrumentos de formação da opinião pública, enquanto ao mesmo tempo buscavam censurar outros conteúdos (Luca, 2005). Esse duplo papel da imprensa, como difusora de ideias e alvo de regulação, reflete a complexidade de sua função na sociedade moderna. Por outro lado, o avanço técnico na impressão, como a introdução das máquinas a vapor no início do século XIX, possibilitou uma produção em larga escala, tornando os periódicos mais acessíveis e ampliando seu alcance (Barbosa, 2006). Com isso, a imprensa periódica tornou-se um espaço privilegiado para a disseminação de ideias políticas, religiosas e sociais.

Segundo Luca (2005), os periódicos foram capazes de unir leitores em torno de causas específicas, criando um senso de comunidade mesmo entre pessoas geograficamente distantes. No Brasil, a consolidação da imprensa escrita acompanhou a transição política e social do período imperial para a República, com os jornais se tornando arenas de disputa ideológica entre diferentes grupos, incluindo setores religiosos e políticos (Barbosa, 2006). Nesse cenário, a imprensa religiosa, em particular, utilizou os periódicos como instrumentos para defender seus valores e influenciar as transformações sociais em curso. O aumento da profissionalização do jornalismo ajudou a tornar os periódicos fontes confiáveis para registrar e interpretar eventos históricos, fortalecendo seu uso como fonte de pesquisa (Guarnieri, 2013).

Entre os diversos grupos que utilizaram a imprensa como estratégia de disseminação ideológica, a Igreja Católica se destacou ao consolidar uma imprensa própria, especialmente a partir do final do século XIX. De acordo com Lustosa (1983), os jornais católicos não apenas divulgavam valores religiosos, mas também desempenhavam uma função pedagógica, sendo estruturados para recristianizar a sociedade em resposta às mudanças políticas e culturais. Esses periódicos atuaram como ferramentas de mobilização e defesa, servindo tanto para fortalecer a unidade interna da

Igreja quanto para responder aos desafios externos representados pelo laicismo e pela modernidade (Marin, 2018).

A imprensa católica foi essencial para fortalecer a relação entre a Igreja e os leigos, ajudando a consolidar sua influência em um momento de mudanças sociais e políticas. Conforme Marin (2018), a hierarquia eclesiástica usou os jornais para recristianizar a sociedade, combater o laicismo e promover valores católicos. No início do século XX, a Ação Católica desempenhou um papel crucial nesse processo, organizando campanhas para ampliar a imprensa católica e fortalecer sua presença em todo o país (Campos, 2010). Esses periódicos buscavam combater a "má imprensa" e reforçar o vínculo entre fé e patriotismo, consolidando a Igreja como uma força moral e política na sociedade brasileira (Marin, 2018).

A expansão da imprensa católica no Brasil foi possível graças ao envolvimento de intelectuais religiosos. Lustosa (1983) destaca que, apesar das limitações financeiras e técnicas, a Igreja conseguiu criar uma rede de publicações que se tornaram instrumentos importantes para a propagação de sua doutrina e para a defesa de seus valores diante das mudanças políticas e culturais da época. Os periódicos não apenas veiculavam mensagens religiosas, mas também participavam ativamente de debates sobre moralidade, política e educação, buscando moldar o comportamento social de acordo com os princípios católicos (Dias, 1993). Essa estratégia mostrou a capacidade da Igreja Católica de adaptar-se às transformações do mundo moderno, reforçando sua presença em diferentes esferas da sociedade.

A imprensa católica no Brasil também exerceu um papel estratégico na criação de uma identidade coletiva para os fiéis. Conforme Campos (2010), os periódicos católicos, além de divulgarem a doutrina, criaram narrativas que reforçavam a centralidade da Igreja como referência moral e cultural. Essa construção foi essencial em momentos de crise, como a separação entre Igreja e Estado no período republicano, quando os jornais católicos assumiram a tarefa de mobilizar os leigos em defesa de valores tradicionais e de um ideal de sociedade baseado na moral cristã. Por meio de editoriais e colunas de opinião, esses periódicos ajudaram a legitimar ações da Igreja no campo educacional e político, promovendo o envolvimento dos fiéis em debates públicos e na organização de movimentos sociais (Marin, 2018).

Além disso, os periódicos católicos funcionavam como espaços para a disseminação de orientações vindas diretamente da Santa Sé. Marin (2018) destaca que a hierarquia eclesiástica utilizava a imprensa como ferramenta de controle e orientação dos

leigos, promovendo campanhas de educação religiosa e combatendo ideologias consideradas ameaças, como o liberalismo e o comunismo. A publicação de encíclicas papais e a adaptação de suas mensagens ao contexto brasileiro eram comuns, fortalecendo a conexão entre a Igreja local e o Vaticano. Essa estratégia não apenas aproximava os fiéis das diretrizes da Igreja, mas também permitia que os periódicos se posicionassem como vozes de autoridade, reforçando o papel da religião na vida pública (Lustosa, 1983).

Em Minas Gerais, e mais especificamente no Vale do Mucuri, os periódicos católicos cumpriram um papel singular ao articular os interesses religiosos e culturais de uma região marcada por transformações econômicas e sociais. Segundo Achtschin (2018), a região, historicamente isolada, utilizou os periódicos como ferramentas para articular interesses locais, especialmente os das elites agrárias e religiosas. A Igreja Católica, por meio da imprensa regional, desempenhou um papel ativo ao combater práticas que considerava prejudiciais à moral da sociedade, como o laicismo, e ao reforçar o vínculo entre fé e progresso. Essa estratégia de comunicação buscava alinhar os interesses da Igreja às transformações em curso, fortalecendo seu papel enquanto mediadora cultural e política no contexto do nordeste mineiro (Achtschin, 2018).

Assim, a imprensa católica no Vale do Mucuri demonstra como os periódicos não se limitaram a registrar os eventos de sua época, mas participaram ativamente da construção de identidades, discursos e dinâmicas sociais que marcaram a região. Ao alinhar interesses religiosos e políticos, esses jornais foram além do papel informativo, atuando como mediadores das transformações culturais que caracterizaram Minas Gerais entre os séculos XIX e XX.

O *A Família* foi criado para uma periodicidade mensal, mas tornou-se um semanário, e tinha como intuito culminar com a sagração da Igreja da Imaculada Conceição, que é a catedral da cidade de Teófilo Otoni. Esta pesquisa tem como objetivo examinar o periódico e analisar como ele elaborava seus argumentos. O jornal *A Família* foi lançado pela primeira vez em agosto de 1912 na cidade de Teófilo Otoni, encontrando uma ampla circulação na região do Vale do Mucuri, localizada no leste de Minas Gerais. Sua fundação em um contexto histórico marcado pela Proclamação da República em 1889 atribui uma significância especial à sua existência, pois desempenhou um papel crucial na disseminação de informações e ideias durante aquele período. A relação entre as transformações sociais e a imprensa periódica no Brasil é profundamente entrelaçada, já que a imprensa desempenhou um papel vital na expressão e direcionamento das mudanças sociais. Nesse contexto, a Igreja Católica adotou uma postura ambivalente, reconhecendo

os avanços modernos, como o progresso tecnológico das cidades, ao mesmo tempo em que se colocava como tutora da sociedade para assegurar a ordem social (RIBEIRO, 2009, p.44).

Ao examinar o corpo documental que se constitui o periódico *A Família*, se buscará compreender as complexidades das relações entre Igreja, Estado, educação e sociedade na década de 1920 no Vale do Mucuri. Através da análise das estratégias utilizadas pelo jornal e do teor dos conteúdos publicados, é possível identificar as principais perspectivas e argumentos defendidos pela Igreja Católica, assim como compreender as motivações e intenções por trás de suas posições. A pesquisa também tem como objetivo contribuir para o campo da Ciência da Religião, proporcionando uma compreensão mais ampla por meio de uma abordagem interdisciplinar, visado explorar as interseções entre a Ciência da Religião e outras disciplinas e promovendo diálogo e análise das influências religiosas na sociedade.

A partir das informações apresentadas, é possível sustentar a hipótese de, utilizando *A Família*, a Igreja Católica buscava propagar o pensamento e as diretrizes da hierarquia eclesiástica, ao mesmo tempo em que mobilizava a população para assumir uma postura ativa e defensora do catolicismo, atuando como (...) uma imprensa destinada aos próprios fiéis católicos, tendo em vista o fortalecimento da instituição eclesiástica (AZZI, 2000, p. 281). A adoção da educação laica, presente na Constituição de 1891, "Será leigo [isto é, laico] o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos" (art. 75, § 6º), foi vista como uma ameaça à Igreja já que refletia a visão do Estado republicano em promover uma sociedade moderna e progressista, baseada no conhecimento científico e na formação cidadã (TRINDADE, p. 185, 2004). Assim, uma de suas estratégias envolveu a defesa da escola confessional e a crítica às escolas não confessionais. Ao promover a defesa da escola confessional, a Igreja Católica buscava garantir a continuidade de sua presença na educação, onde a formação religiosa desempenhava um papel central.

# 2 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS ATÉ A DÉCADA DE 1920

Este capítulo analisa a Proclamação da República no Brasil e seus desdobramentos até a década de 1920, com o objetivo de compreender as transformações políticas, sociais e culturais que marcaram esse período. Na primeira seção, discutimos o contexto da Proclamação da República em 1889, destacando a instabilidade política, a ausência de consenso social e os impactos da separação entre Igreja e Estado, especialmente com a promulgação do Decreto 119-A e a primeira Constituição republicana de 1891. Na segunda seção, exploramos a década de 1920, marcada pela consolidação do regime oligárquico, o surgimento de movimentos como o Tenentismo e o Movimento Operário, e a efervescência cultural representada pela Semana de Arte Moderna de 1922. Na terceira seção, examinamos as tensões e colaborações entre o Estado e a Igreja Católica, destacando as estratégias da Igreja para manter sua influência nesse contexto. Por fim, na quarta seção, refletimos sobre a construção da identidade nacional no período republicano, abordando as contradições entre os ideais de modernização e progresso.

## 2.1 A proclamação da República e a Primeira Constituição

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe de Estado protagonizado por militares instaurou a República no Brasil (Castro, 2000). Apesar das transformações que se seguiram, é importante destacar que a Proclamação da República não foi uma transição pacífica e consensual. Não havia uma maioria republicana no país e nem mesmo unidade entre os militares. Muitos republicanos civis estavam ausentes e o destaque dado à propaganda republicana é frequentemente exagerado (Castro, 2000). A ideia de que teria ocorrido uma "proclamação" sugere um anúncio público de que a Monarquia fora substituída pela República sem resistência, mas isso não corresponde completamente à realidade.

> Se no dia 15 de novembro de fato praticamente não houve resistência, nos dias seguintes, em vários pontos do Brasil, estouraram revoltas protagonizadas por soldados e militares de baixa patente, episódios extremamente pouco conhecidos da história do país. Na época, esses movimentos foram bastante reprimidos, e houve censura aos jornais, o que fez com que ficassem mal conhecidos. Não foram revoltas de grande monta, mas foram indicativos de não havia um consenso na sociedade a respeito da necessidade da República (Castro, 2000, p. 11).

Além disso, a República foi proclamada provisoriamente, com um decreto que aguardava "o pronunciamento definitivo da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular". No entanto, o plebiscito só foi realizado 104 anos mais tarde, em 1993, refletindo significados completamente diferentes daqueles de 1889 (Castro, 2000).

De acordo com Aquino (2012), a legitimidade da República proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889 consistiu principalmente na ideia difusa de que ela seria a portadora de progresso e de civilização, noções associadas à modernidade. A historiografia atual da Primeira República corrobora essa afirmação, uma vez que a modernidade brasileira, em sua versão *belle époque*, tornou-se questão palpitante entre as elites intelectuais, políticas, militares e eclesiásticas, definindo a pauta de realizações de todas as principais instâncias do Estado brasileiro que se refazia na era dos nacionalismos (Aquino, 2012). Dessa forma, de acordo com o autor, quando a República foi proclamada, esses ideais de progresso, desejos de modernidade e projetos de civilidade já faziam parte dos compromissos das elites brasileiras, em virtude, substancialmente, da dedicação e paixão do segundo imperador do Brasil às ciências e às letras.

A Igreja Católica Apostólica Romana atuou como instituição religiosa oficial do Estado na América Portuguesa e, posteriormente, no Brasil Império. A Igreja esteve integrada à administração imperial lusitana e, mais tarde, à imperial brasileira, tendo usufruído de certos privilégios típicos do antigo regime (Aquino, 2013). No entanto, a Proclamação da República no Brasil resultou na promulgação do decreto 119-A, que foi responsável por extinguir o padroado. Esta data marcou um ponto de referência cronológico importante na história das religiões no Brasil, com efeitos importantes sobre o catolicismo devocional e institucional. Segundo Maurício de Aquino:

> O decreto 119-A indicou e favoreceu o desenvolvimento de secularização no Brasil com a instauração de um Estado laico que procurou, entretanto, mediar e acomodar, de um lado, as reivindicações anticlericais de jacobinos, maçons, positivistas, e, de outro, as exigências católicas emitidas por uma pequena, mas prestigiada elite eclesiástica de alcance nacional, e mesmo internacional, devido às ligações cada vez mais estreitas com a Santa Sé (Aquino, 2013, p. 4).

Em 19 de março de 1890, foi emitida uma Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, na qual os bispos se posicionaram oficialmente acerca da nova situação instaurada pelo decreto 119-A. Na carta, repudiaram o lema liberal "Igreja livre em Estado livre", ao solicitarem a união da Igreja e do Estado, considerando o catolicismo

como a única e verdadeira religião, e, sobretudo, pela condição de ser a fé da maioria do povo brasileiro (Aquino, 2013). Em seu livro Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda (1995), diz essa carta reflete a revolta da Igreja Católica em relação à perda de seus privilégios com a instauração da República.

> Nesse documento são ridicularizados os ministros de Estado que ordenavam aos bispos o cumprimento dos cânones do Concilio de Trento nos provimentos das paróquias; que lhes proibiam a saída da diocese sem licença do governo, sob pena de ser declarada a sé vacante e de procederem as autoridades civis à nomeação do sucessor; que exigiam fossem sujeitos à aprovação dos administradores leigos os compêndios de teologia em que deveriam estudar os alunos dos seminários; que vedavam às ordens regulares o receberem noviços; que negavam aos vigários o direito de reclamarem velas da banqueta; que fixavam a quem competia a nomeação do porteiro da maça nas catedrais (Holanda, 1995, p. 118-119)

Ainda no mesmo ano:

> Em junho, o Vaticano enviou o documento Instruções (CARDEAL MARIANO RAMPOLLA DEL TINDARO, 14.06.1890, Pasta Monsenhor Spolverini, ASV) para orientar a atuação do episcopado nessa fase de reorganização e, em setembro, D. Macedo Costa foi para Roma tratar diretamente com o Papa sobre o projeto de reestruturação eclesiástica do país (Aquino, 2013, p. 6).

Segundo Aquino (2013), esse encontro com o Papa teve grande impacto na Igreja Católica no Brasil, influenciando os discursos, estratégias e práticas do episcopado brasileiro no novo ambiente republicano. Além disso, esse encontro também sinalizou o respeito da Santa Sé pelo Governo da República, que foi oficialmente reconhecida pela Sé Romana, e a intenção de estabelecer relações amistosas entre os dois governos.

Conforme apontado por Aquino (2013), a Proclamação da República no Brasil em 1889 esteve associada à ideia de progresso e civilização. Nesse sentido, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) também se viu envolvida nesse contexto. De acordo com o autor, a República tornou-se realidade para a ICAR em 7 de janeiro de 1890, com a publicação do Decreto 119-A, que determinou o fim do padroado e estabeleceu a liberdade de culto no país (Aquino, 2013).

> De fato, o Decreto 119-A indicou e favoreceu o desenvolvimento da secularização no Brasil com a instauração de um Estado laico que procurou, entretanto, mediar e acomodar, de um lado, as reivindicações anticlericais de jacobinos, maçons e positivistas, e, de outro, as exigências católicas emitidas por uma pequena, mas prestigiada elite eclesiástica de alcance nacional, e mesmo internacional em virtude das ligações cada vez mais estreitas com a Santa Sé. Porém, com esse decreto o governo provisório republicano não agradou os anticlericais, os anticatólicos e os próprios católicos,

> desencadeando um período de debates e discussões sobre matéria religiosa, permeado de conflitos e tensões, que só foi encerrado, no plano constitucional, em 24 de fevereiro de 1891, com a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil (Aquino, 2012, p. 149).

A Constituição de 1891 consolidou a separação entre Igreja e Estado, garantindo a liberdade religiosa e estabelecendo o caráter laico das instituições públicas. Essa laicidade manifestou-se em várias esferas da sociedade, exercendo influência na cultura, política e no pensamento dos brasileiros. A Constituição de 1891, de acordo com Sérgio Luiz Bezerra Trindade (2008), é modelada segundo a Constituição dos Estados Unidos da América, inserindo o Brasil na tradição liberal norte-americana de organização federativa e do individualismo político e econômico. O federalismo implantado dá aos estados uma grande soma de poder, que se distribui entre o estado e os municípios. Esse princípio é a base para a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal.

O papel central dado aos direitos individuais, em detrimento da preocupação com o bem público, ou seja, a virtude pública ou cívica que está no cerne da ideia de República, funciona como uma barreira no processo de construção da cidadania no Brasil (Trindade, 2008). Reforça o autor:

> O federalismo, tal como proposto na Constituição de 1891, deixa aos estados, recém-criados, uma margem de autonomia significativa. Pela Constituição, eles detêm a propriedade das minas e das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios e podem realizar entre si ajustes e convenções, sem caráter político (art. 62). Podem legislar, também, sobre qualquer assunto que não lhes for negado, expressa ou implicitamente, pelos princípios constitucionais da União (art. 63 - Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União). Esse dispositivo permite aos estados, por exemplo, cobrar impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciário próprios, organizar força militar, etc. (Trindade, 2008, p. 176).

A Constituição republicana de 1891, ao adotar princípios da Constituição dos Estados Unidos, não considerou a realidade social e econômica do Brasil, caracterizada pela concentração da propriedade e desigualdade. Os liberais da independência vincularam a liberdade à independência nacional e ao governo constitucional, mas mantiveram um liberalismo conservador e restritivo na participação política. A Constituição de 1891 refletiu valores que negavam a igualdade entre os homens, uma herança da sociedade escravocrata brasileira que ainda hoje se faz presente de forma profunda na sociedade (Trindade, 2008). Para Sérgio Luiz Bezerra Trindade:

> No que se refere aos direitos de cidadania, a Constituição de 1891 atém-se, basicamente, aos direitos individuais (art. 72). Trata, assim, de direitos relativos à liberdade de culto e de expressão de pensamento, de segurança individual, de igualdade perante a lei, e do direito de propriedade em sua plenitude. Quanto aos direitos políticos, a Constituição inclui a liberdade de associação e reunião e o direito de voto. No caso do direito de voto, considerado o mais importante dos direitos políticos, retira-se a exigência de propriedade, mas mantém-se a exclusão dos analfabetos. Também as mulheres estão ausentes, pois ainda prevalece a representação de que a mulher pertence ao domínio do privado, presa às atividades de reprodução da espécie, sendo, portanto, inapta para a política - atividade que se processa nos domínios do espaço público. No que se refere aos direitos sociais, esses passam ao largo da Constituição de 1891 (Trindade, 2008, p. 184).

Destaca-se que, de acordo com Aquino (2012), a laicidade expressa na Constituição de 1891 no Brasil não foi antirreligiosa ou confessional, diferenciando-se das laicidades francesa e estadunidense da época. O autor sugere que esse caráter pode ser nomeado como "laicidade pragmática", uma vez que o Estado brasileiro, ao garantir sua independência civil em relação ao eclesiástico, criou um amplo espaço relacional com as diferentes confissões religiosas. Essa abordagem permitiu alianças, omissões, negociações e perseguições de acordo com os interesses do Estado, ou seja, daqueles que o controlavam, seguindo um conjunto de regras ou fórmulas para cerimônias da corte e da igreja (Aquino, 2012).

De acordo com Simon Schwartzman (1986), os católicos tinham uma vantagem relativa importante sobre os liberais e republicanos, que era sua tentativa de reencontrar uma religiosidade mais profunda no brasileiro, que pudesse ser reavivada e lhe servisse de apoio e sustentação, mesmo diante da apatia e indiferença aparentes. Schwartzman (1986) destaca que a Igreja Católica, mesmo após o fim do Império, continuou a exercer uma forte influência na sociedade brasileira, especialmente por meio de sua atuação no campo educacional.

> Ainda que enfraquecida, a Igreja não perdera sua rede de contatos e influência sobre a população espalhada por todo o território nacional, e para a maioria da qual as idéias inovadoras e reformistas que as elites traziam da Europa eram incompreensíveis ou absurdas. Diante da demissão do Estado, tanto a nível federal quanto a nível estadual, é a ela que as famílias mais ricas recorrem para a educação de suas filhas e filhos, antes de mandá-los, quando podem, para as escolas superiores das grandes cidades ou da Europa (Schwartzman, 1986, p. 114).

É na combinação deste contato com a população mais pobre e interiorana com sua proximidade com os homens e mulheres das melhores famílias que a Igreja se baseia para

tentar assumir o papel hegemônico que a sociedade brasileira até então lhe negara (Schwartzman, 1986).

Simon Schwartzman (1986) afirma que o estado de Minas Gerais foi o local em que o movimento de militância católica conservadora renasceu no Brasil. A liderança do Arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, foi crucial para que a Igreja iniciasse uma ampla ação de combate à laicização do ensino implantado por João Pinheiro. Essa ação culminou com a introdução do ensino do catecismo nas escolas públicas em todo o estado em 1928, sendo a partir dessa experiência mineira que Francisco Campos, Secretário do Interior do governo Antônio Carlos, e principal responsável pelas tentativas de modernização do sistema educacional em Minas Gerais nos anos 20, percebeu a importância de contar com o apoio da igreja em projetos políticos mais ambiciosos e o espaço que havia para conquistá-la (Schwartzman, 1986).

## 2.2 A década de 1920 no Brasil

A década de 1920 foi um período de transformações políticas, sociais e culturais no Brasil. Durante esse período, o regime oligárquico se consolidou, enquanto movimentos como o Tenentismo e os Movimentos Operários surgiam. A Semana de Arte Moderna de 1922 rompeu com os valores estéticos tradicionais e promoveu a produção artística nacional. A Escola Nova tentou reformar o sistema educacional, e a Ação Católica Brasileira buscava envolver os leigos na missão da Igreja. Todos esses diferentes aspectos ao longo da década de 1920 contribuíram para a transformação do país.

### *2.2.1 A política dos governadores*

A Política dos Governadores foi uma estratégia adotada pelos presidentes da República Velha para assegurar o controle político nos estados. Segundo Santos (2019), o termo "Política dos Governadores" apareceu pela primeira vez na imprensa em 28 de março de 1900, em um editorial de José do Patrocínio no jornal Cidade do Rio, onde ele destacou a influência dos governadores estaduais na Câmara durante a verificação dos poderes da eleição de 1900. Através dessa política, os presidentes nomeavam os governadores estaduais, garantindo que fossem aliados políticos do governo central.

De acordo com Santos (2019), essa estratégia permitiu a coesão e a estabilidade do regime, além de assegurar a manutenção do poder das oligarquias regionais. No início

do ano de 1900, o termo passou a representar algo mais amplo. Segundo o autor, a Política dos Governadores deixou de ser uma prática política local dos líderes regionais para refletir a estratégia de garantir a vontade de alguns governadores que eram do agrado pessoal de Campos Sales e da Concentração, muitas vezes ignorando o partido Republicano que havia apoiado sua eleição (Santos, 2019): "Isso no intuito de formar um Congresso com uma quantidade importante de concentrados para poder moldar a força dos republicanos dentro do legislativo em torno dos interesses políticos do Executivo" (Santos, 2019, p. 54). Isso demonstrou uma centralização do poder e controle sobre os estados, consolidando ainda mais a influência das oligarquias no cenário político nacional.

No entanto, essa centralização do poder e controle não ocorreu sem resistência e críticas. A comissão de inquérito, encarregada de validar decisões políticas e eleger representantes, tornou-se um segundo foco de poder essencial. Para garantir que essa comissão operasse a favor dos interesses dos governadores, era necessário cooptá-la adequadamente (Santos, 2019). Esse processo gerou um ambiente de contestação que se espalhou pela imprensa. Em um editorial publicado no jornal Cidade do Rio, Patrocínio acusou o presidente da República de manipular a política e enfraquecer o poder legislativo, descrevendo-o como alguém que utilizava políticos de Minas Gerais para sustentar seu governo e chamando essa prática de "pirataria legislativa" (Santos, 2019). Conforme relatado por Santos (2019):

> Sem vontade, joguete dos ministros, acocorado diante do silêncio de esfinge a bancada rio-grandense; o Sr. presidente da República, manejando os incondicionais de Minas, como o sultão os seus janizaros, o Sr. presidente da República junta à perturbação dos trabalhos legislativos o escândalo da intervenção às escancaras, rebaixando a dignidade do poder legislativo (Patrocínio, 1900f, p. 1 *apud* Santos, 2019).

Além disso, a situação foi agravada por fraudes eleitorais que transformavam as eleições em mera formalidade, com os resultados efetivamente decididos na Capital Federal e não pelos eleitores locais (Santos, 2019). Esse quadro de manipulação e corrupção gerou descontentamentos e críticas ao longo do ano de 1900, evidenciando a fragilidade e a falta de integridade no sistema político da época, e reafirmando a influência das oligarquias no controle do cenário político nacional (Santos, 2019).

O ano de 1900 também trouxe à tona a questão da sucessão presidencial, que começou a ser amplamente discutida na imprensa. Segundo Santos (2019), Gonçalves

Maia foi o primeiro a abordar o tema em 20 de agosto daquele ano, inspirado pela reforma eleitoral proposta por Gonçalves Chaves ao Senado. Em um contexto de grandes reivindicações políticas e um desejo de revisão constitucional, Maia expressava o desejo de que a disputa política fosse polarizada em torno dessas demandas. No entanto, ele acreditava que isso não aconteceria e que, em vez disso, os efeitos da política dos governadores prevaleceriam no próximo pleito (Santos, 2019).

A questão partidária passou a desempenhar um papel central na Política dos Governadores, tornando a sucessão presidencial a um tema de grande importância. Campos Sales trabalhou ativamente para garantir que Rodrigues Alves, que na época era presidente de São Paulo, fosse eleito para a presidência da República, enquanto Silviano Brandão, então presidente de Minas Gerais, fosse escolhido como seu vice. Segundo Santos (2019), Campos Sales fez essa escolha mesmo sabendo que Rodrigues Alves não teve um bom desempenho como ministro das Finanças. A indicação de Rodrigues Alves para a presidência foi vista como uma forma de reciprocidade política: Rodrigues Alves havia apoiado Campos Sales anteriormente, e agora Campos Sales retornava o favor ao apoiar a candidatura de Rodrigues Alves, promovendo uma aliança com Silviano Brandão para a vice-presidência (Santos, 2019).

A Política dos Governadores também contribuiu para a consolidação do sistema de coronelismo e para a perpetuação do domínio das elites agrárias no cenário político nacional. Segundo Faoro (2001), o sistema poderia ser usado pelo Congresso para pressionar o presidente da República em momentos difíceis. No entanto, Faoro (2001) explica que os problemas desse sistema que poderiam enfraquecer o papel do governador, eram minimizados pela forte influência que o governador exercia sobre a política estadual. Esse controle era reforçado pela lealdade das bases políticas locais, característica do coronelismo. De acordo com Carone (1971, p. 87):

> É verdade que o federalismo republicano dá ao estado, e este, por sua vez, ao município, uma série de regalias políticas e financeiras. A interdependência entre ambos é fundamental. Mas, os favores que recebe do estado, os empregos públicos estaduais que distribui, as verbas extras que consegue e a neutralização ou, beneplácito das autoridades policiais são os benefícios de uma política comum entre o coronel e a autoridade maior. O elo de ligação entre ambos é o voto. A subordinação quase total ao coronel significa, pragmaticamente, apoio a todas as suas vontades. E o voto é uma das expressões deste acatamento.

Esse mecanismo ajudava a garantir que as elites regionais, que controlavam a política estadual, mantivessem sua influência e poder sobre o processo político nacional.

Em suma, a Política dos Governadores não apenas estruturou o controle centralizado sobre os estados, mas também alimentou práticas políticas autoritárias e manipulativas, perpetuando o domínio das elites regionais. O discurso sobre essa política, frequentemente explorado pela oposição, era por vezes usado pelos governistas para desqualificar as críticas, alegando que se tratava de uma invenção da oposição (Santos, 2019). O sistema permitiu que os presidentes da República mantivessem uma coesão política ao garantir que os governadores estaduais, escolhidos por eles, fossem leais e sustentassem os interesses do governo central (Santos, 2019). No entanto, essa estratégia também gerou uma série de problemas, como evidenciado pelo ambiente de manipulação eleitoral e a resistência dos políticos e da imprensa. O sistema favorecia a manutenção de um status quo político dominado pelas oligarquias, ao garantir que a Política dos Governadores se tornasse um mecanismo de controle e barganha entre o governo central e as elites regionais (Carone, 1971). A persistência desse modelo e suas consequências para a política brasileira destacavam a necessidade de uma revisão constitucional (Santos, 2019).

### *2.2.2 O Tenentismo*

O Tenentismo no Brasil na década de 1920 teve suas origens nas insatisfações dos jovens oficiais do Exército em relação às práticas políticas e sociais vigentes. Esses oficiais buscavam um papel mais ativo na condução do país, defendendo o nacionalismo, a modernização e a democracia. De acordo com o professor Amilcar Guidolim Vitor (2020), o início da década de 1920 no Brasil foi caracterizado por crescentes contradições no sistema republicano, tanto do ponto de vista político quanto econômico. A manutenção da política dos governadores, a centralização das decisões com o comando da República concentrado em representantes do sudeste do país e um processo eleitoral fraudulento e excludente tornaram cada vez mais evidentes as fissuras do sistema implantado em 1889 (Vitor, 2020).

Nesse contexto os "tenentes" encontraram tanto as motivações quanto a oportunidade para se rebelar, algo que não era favorável ao movimento operário ou às classes médias (Vitor, 2020). O grande estopim para a oposição militar à candidatura de Artur Bernardes foi o episódio das cartas falsas divulgadas pelo jornal Correio da Manhã.

Em 9 de outubro de 1921, o jornal publicou na segunda página um artigo com o título “Injurioso e ultrajante”, ao final do qual aparecia a reprodução de uma carta supostamente escrita por Artur Bernardes ao senador Raul Soares, na qual a integridade moral das forças armadas era questionada. (Cartas Falsas, 2024, p. 1). A primeira carta, datada de 3 de junho de 1921, descreve o Marechal Hermes da Fonseca como:

> "esse sargentão sem compostura". Classificava o banquete em que sua candidatura à presidência fora lançada por numerosos oficiais como uma "orgia", e dizia, a respeito dos militares: "essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina". E prosseguia: "Veja se o Epitácio" – Epitácio Pessoa, então presidente da República – "mostra sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio, com medo, não atender, use de diplomacia, que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas" (Cartas Falsas, 2024, p. 1).

Embora tenham sido comprovadamente inverossímeis, as cartas evidenciaram a animosidade entre membros do Exército e o governo, que buscava continuar seu projeto oligárquico (Vitor, 2020).

Mesmo com o a oposição de parte dos militares, a eleição de Artur Bernardes se concretizou em março de 1922, o que causou grande descontentamento e vimos o surgimento do Tenentismo. O Tenentismo foi um movimento de jovens oficiais do Exército que, descontentes com a condução política do Brasil, propunham reformas. Entre as principais reivindicações estavam a implementação do voto secreto e universal, a ampliação do acesso à educação pública de qualidade e a elaboração de um plano de desenvolvimento nacional que contemplasse todas as regiões do Brasil (Vitor, 2020). Os tenentes se organizaram para lutar contra a corrupção, as fraudes eleitorais e as injustiças sociais, marcando assim suas principais características como movimento de contestação ao status quo e defesa de um projeto de nação mais justo e inclusivo (Prestes, 1993).

O Tenentismo manifestou-se por meio de diversas revoltas e ações diretas, podemos destacar a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolta Paulista de 1924, e a Coluna Prestes (Prestes, 1991).

A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ocorrida em 1922, marca o início das manifestações tenentistas contra as práticas políticas da República Velha. Em uma sessão do Clube Militar, as tensões atingiram o ápice: "Até quando sofreremos tão grandes ignomínias? Unamo-nos e teremos os aplausos da nação inteira, toda ela mais ou menos

ferida pela perfídia, pela inépcia... pela prepotência de um Presidente cretino, infame e déspota" (Sodré, 1979, p. 205). Este discurso do Tenente Gwaier de Azevedo, acompanhado por Siqueira Campos, refletia o crescente descontentamento que eventualmente desencadearia a rebelião (Cancelier; Salomão, 2022). Segundo Cancelier e Salomão (2022), o episódio não apenas desafiou o governo, mas também se transformou em um lugar de memória, simbolizando a luta pela reforma e a liberdade dentro do contexto militar. A revolta terminou de forma trágica para a maioria dos seus participantes, mas deixou um legado de resistência que inspiraria futuras gerações dentro das forças armadas (Cancelier; Salomão, 2022).

A Revolta Paulista de 1924 destacou-se como um episódio crítico dentro do movimento tenentista, marcado pela sua longa duração (Prestes, 1991). Durante quase um mês, os rebeldes, sob a liderança do General Isidoro Dias Lopes, mantiveram o controle de São Paulo, desafiando as oligarquias e exigindo mudanças políticas e sociais profundas (Romani, 2009). De acordo com o professor Carlo Romani (2009), o início da revolução em 5 de julho resultou em danos intensos, particularmente nos bairros operários da zona leste. As ações das tropas federais legalistas não apenas reprimiram a revolta, mas também causaram um massacre urbano, majoritariamente de civis (Romani, 2009).

Após a repressão da Revolta Paulista de 1924, as consequências foram sentidas em toda a cidade de São Paulo. A revolta resultou em confrontos urbanos intensos, levando São Paulo a enfrentar uma das crises mais graves de sua história até então (Romani, 2009). A população civil encontrou-se desamparada em meio ao caos resultante e a economia local foi afetada com fechamento temporário de comércios (Romani, 2009).

Apesar de alguns impactos negativos, a Revolta Paulista de 1924 intensificou a luta dos tenentes contra as estruturas de poder, marcando uma era de resistência que preparou o cenário para futuras insurreições visando reformas no Brasil; este movimento destacou a necessidade urgente de mudanças profundas nas políticas e estruturas sociais do país (Romani, 2009).

A Coluna Prestes também teve suas origens no descontentamento dos militares com o governo. A Coluna Prestes teve suas origens não como resultado de um plano estratégico deliberado, mas sim como uma resposta às circunstâncias históricas enfrentadas pelos militares da época, que se viram diante de duas opções críticas: capitular, entregando-se ou emigrando, ou então marchar pel o país, evitando confrontos diretos com um inimigo frequentemente superior em número e capacidade militar (Prestes, 1985). Durante a marcha pelo interior do Brasil, a Coluna Prestes enfrentou

desafios, tanto geográficos quanto de resistência das forças governamentais. Essa marcha não só testou a resistência física, mas também deu oportunidades para interagir diretamente com as populações locais, favorecendo possíveis levantes nas principais cidades (Prestes, 1985).

A Coluna Prestes, ao percorrer mais de 25.000 quilômetros pelo Brasil, não apenas testou a resistência física e tática de seus membros, mas também semeou ideias de mudança e justiça social (Lima, 1979). O movimento foi percebido como uma ameaça porque seu líder, Luís Carlos Prestes, era visto como comunista, e porque a Coluna representava um exemplo de resistência revolucionária que as classes dominantes não conseguiram reprimir (Prestes, 1985). Embora a Coluna Prestes não tenha alcançado seus principais objetivos, a derrubada do governo e a implementação de reformas políticas profundas, ela espalhou ideias de resistência e mudança social para as populações que encontrou pelo caminho, inspirando futuros movimentos (Lima, 1979).

O legado deixado pelo movimento tenentista continuou a influenciar o pensamento político brasileiro na década seguinte, servindo de inspiração para outros movimentos. Apesar de não terem conseguido derrubar o governo ou implementar as reformas propostas, os tenentes influenciaram reformas subsequentes durante o governo Vargas. Anita Leocádia Prestes destaca que a luta dos tenentes influenciou gerações, mantendo viva a chama da busca por uma sociedade mais justa e equitativa (Prestes, 1991).

### *2.2.3 O Movimento operário*

Durante a Primeira Guerra Mundial, houve a expansão da classe operária no Brasil, ocorrendo de forma natural como consequência do crescimento das indústrias. Na década de 1920, as lutas sociais no Brasil tornaram-se mais proeminentes, alimentadas pela intensificação das lutas trabalhistas e pela formação de sindicatos. Este período foi marcado por mobilizações e greves impulsionadas por uma estratégia de descentralização e baseada na ação direta dos anarcossindicalistas que lideraram o movimento operário no início do século XX (Prado, 2019). O professor Carlos Batista Prado (2019) afirma que a interação entre trabalhadores no processo produtivo contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência coletiva. O movimento social surgido na década de 1920 foi a base do processo moderno no Brasil e da integração de um novo modelo social onde a luta por

melhores condições de trabalho e salários tornou-se o objetivo principal resposta às necessidades dos trabalhadores organizados (Prado, 2019).

O movimento trabalhista brasileiro teve origem no final do século XIX, alimentado pela chegada de imigrantes europeus para trabalhar em indústrias emergentes. Esses imigrantes trouxeram de sua terra natal conhecimentos de organização e luta de classes, o que impactou o cenário brasileiro (Coggiola, 2015). Segundo Prado (2019), a presença de trabalhadores estrangeiros foi importante no início do desenvolvimento do movimento operário, proporcionando conhecimentos e processos organizacionais que começaram a se consolidar no Brasil. As condições precárias de trabalho e a exploração nas fábricas e demais locais de trabalho levaram os trabalhadores a se organizarem e lutarem por melhores condições (Coggiola, 2015). Durante a década de 1920, o movimento trabalhista no Brasil tornou-se mais organizado e ativo. Houve um salto na organização e na influência desses grupos na sociedade (Prado, 2019).

O crescimento do movimento operário na década de 1920 foi marcado pela influência de ideais anarquistas e socialistas trazidos por imigrantes, especialmente italianos com experiências prévias de organização sindical em seus países de origem; esses trabalhadores desempenharam um papel fundamental na propagação dessas ideologias entre a classe operária brasileira, contribuindo para a formação de um movimento mais coeso e combativo (Seabra, 2011). Segundo Seabra (2011), a difusão do anarquismo entre os operários foi um dos fatores determinantes para o fortalecimento das lutas sociais, que passaram a incluir não apenas melhorias nas condições de trabalho, mas também demandas por direitos sociais mais amplos. As condições de trabalho nas fábricas brasileiras durante esse período eram extremamente exaustivas, com jornadas de trabalho que chegavam a até 14 horas diárias, além de práticas abusivas, como multas e castigos corporais (Seabra, 2011). De acordo com Coggiola (2015), essa exploração intensificou a mobilização dos trabalhadores, que começaram a se organizar de forma mais sistemática em sindicatos e a realizar greves, que se tornaram uma ferramenta poderosa de pressão sobre os empregadores e o governo.

A criação de sindicatos e a crescente participação dos trabalhadores em atividades políticas e sociais ao longo da década de 1920; o surgimento de mais sindicatos e o aumento das greves e manifestações; todos esses fatores demonstram um movimento operário mais maduro e consolidado, que começou a ter uma presença mais robusta e influente nas discussões sobre os rumos da nação (Coggiola, 2015). Essas mobilizações foram fortalecidas por uma consciência coletiva crescente, que, segundo Prado (2019),

emergiu da interação diária dos trabalhadores no processo produtivo, impulsionando o movimento operário a ganhar força e a consolidar-se como um ator político relevante no cenário nacional.

Destaca-se também um marco nesse período: a criação do Partido Comunista. Os comunistas defendiam que os trabalhadores precisavam se organizar de forma centralizada e hierárquica, com o partido assumindo um papel de liderança (Prado, 2019). Conforme Seabra (2011) aponta, a década de 1920 foi um período em que os movimentos operários organizados começaram a ser vistos pelas autoridades como uma ameaça real, o que reforçou a importância de uma estrutura mais disciplinada e coesa, como a proposta pelo Partido Comunista. O Partido Comunista buscava direcionar e unificar as lutas operárias, contrastando com a abordagem mais descentralizada e autônoma dos anarcossindicalistas, que predominava até então; assim, o PCB se consolidou como uma força política significativa no cenário brasileiro, influenciando profundamente o movimento operário da época (Prado, 2019). Schmidt (1998) observa que essa centralização pretendia transformar os trabalhadores em um sujeito coletivo, capaz de enfrentar os desafios impostos pela repressão estatal e pela complexidade das lutas sociais daquele período. Assim, o PCB surgiu como uma força política que articulava a luta dos trabalhadores com ideais revolucionários que buscavam mudanças mais profundas no sistema político e social brasileiro.

Inspirados pela Revolução Russa, os fundadores do PCB adotaram o centralismo democrático como princípio organizativo, promovendo uma disciplina hierárquica rigorosa (Coggiola, 2015). A Primeira Guerra Mundial estimulou a radicalização das ideologias e o ideal socialista ganhava adeptos pelo mundo. A queda do regime czarista na Rússia (1917) e a tomada do poder pelos adversários mais radicais da guerra, os bolcheviques, são dificilmente imagináveis sem a guerra. Os bolcheviques se tornaram o modelo para os movimentos socialistas e comunistas que eclodiram em toda parte. A criação do PCB refletia a crescente influência das ideias marxistas entre os trabalhadores brasileiros, que buscavam alternativas mais estruturadas e politicamente eficazes para enfrentar as adversidades impostas pelo capitalismo emergente (Coggiola, 2015).

A repressão ao movimento operário brasileiro foi dura. O Estado adotou diversas medidas para acabar com as reivindicações dos trabalhadores, incluindo prisões, deportações e a utilização da força policial para reprimir greves e manifestações (Coggiola, 2015). Prado (2019) aponta que essa repressão não se limitou à violência física, mas também envolveu a criação de leis que dificultavam a formação de sindicatos

e restringiam o direito de greve. Muitos trabalhadores foram demitidos e impedidos de encontrar emprego em outras fábricas. As consequências sociais foram graves, com famílias sofrendo com a falta de recursos devido à perda de emprego e à repressão (Coggiola, 2015). Essa repressão deixou desconfiança e medo entre os trabalhadores (Prado, 2019).

A repressão do Estado não foi suficiente para deter o crescimento desses trabalhadores. Pelo contrário, a resistência das classes operárias diante das mais diversas formas de repressão, reforçou sua coesão interna, levando à criação de sindicatos mais articulados (Seabra, 2011). Através desses sindicatos, os trabalhadores conseguiram formalizar suas reivindicações e coordenar ações coletivas, como as greves. Assim, a década de 1920 foi marcada pela capacidade de organização e resistência dos movimentos operários, que, apesar da repressão, não apenas sobreviveram, mas também se fortaleceram e se consolidaram (Seabra, 2011). A resistência desses trabalhadores em lutar por seus direitos foi fundamental para a construção de um movimento operário mais forte, que continuaria a desempenhar um papel fundamental nas décadas seguintes; essa trajetória de luta e resiliência deixou um legado, que se refletiu nas conquistas sociais e políticas obtidas ao longo do século XX (Schmidt, 1998).

### *2.2.4 Semana de Arte Moderna*

Na década de 1920, a cultura e arte no Brasil passaram por um período de intensa efervescência. A Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 em São Paulo, foi um marco importante para o movimento modernista no país, trazendo inovações nas áreas da literatura, música, artes plásticas e teatro. Esse evento é considerado um "importante referencial para reflexões estéticas e para a crítica de arte do país" (Ajzenberg, 2012, p. 26). A efervescência cultural do período, atribuída ao nacionalismo emergente após a Primeira Guerra Mundial e à industrialização, especialmente em São Paulo, motivou intelectuais e jovens artistas a revisitar e criar novos projetos culturais, rompendo com as normas que até então impediam a renovação da criatividade artística (Ajzenberg, 2012).

A Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, contou com a participação de figuras ilustres da época, incluindo músicos como Villa-Lobos e Guiomar Novaes, além de escritores e artistas de vanguarda (Ajzenberg, 2012). Escritores como Mário de Andrade e Oswald de Andrade se destacaram com suas obras, enquanto artistas plásticos como Anita Malfatti e Tarsila do Amaral contribuíram para a renovação estética. Como

um dos principais participantes da Semana de Arte Moderna de 1922, Oswald de Andrade propôs uma ruptura radical com as tradições literárias passadas, buscando refletir a realidade e a identidade brasileiras de maneira autêntica e original (Ajzenberg, 2012). Andrade também foi um dos fundadores do movimento antropofágico, que defendia a ideia de "devorar" a cultura estrangeira e transformá-la em algo genuinamente brasileiro (Boaventura, 2000).

O Manifesto Antropófago, escrito por Oswald de Andrade em 1928, é uma das obras mais influentes do modernismo brasileiro. Este manifesto propunha a ideia de que a cultura brasileira deveria devorar influências estrangeiras e transformá-las em algo novo e autêntico, rompendo com a dependência cultural da Europa. Andrade argumentava que "só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente", destacando a antropofagia como uma metáfora para o processo criativo e cultural brasileiro. A inspiração para o manifesto veio de diversas fontes, incluindo o primitivismo estético e cultural europeu, como os movimentos Fauvismo e Dadaísmo (Ajzenberg, 2012). A antropofagia não era apenas um movimento artístico, mas também uma postura política e cultural; Ao propor a ideia de devorar as influências externas, Andrade estava defendendo uma forma de resistência cultural contra a dominação colonial (Nascimento, 2015).

Outra importante figura do modernismo brasileiro foi Tarsila do Amaral, sua obra é marcada pela utilização de cores vibrantes e formas simplificadas, características que ajudaram a definir a estética modernista no Brasil. Tarsila foi profundamente influenciada pelas vanguardas europeias, especialmente pelo cubismo e pelo surrealismo, que conheceu durante suas viagens a Paris, mas conseguiu traduzir essas influências em uma linguagem visual única que refletia a realidade e a cultura brasileiras (Ajzenberg, 2015). Sua participação no movimento modernista foi essencial para a consolidação de uma identidade artística nacional, e suas pinturas, como "A Negra" e "Antropofagia", continuam a ser referências importantes na história da arte brasileira (Andrade, 1974). Além disso, Tarsila utilizava cores e formas que remetiam diretamente à brasilidade, como o uso do cacto em "Abaporu" para representar elementos da flora nacional, reforçando a identidade cultural do país (Fonseca, 2015).

Abaporu (1928) é uma das obras mais emblemáticas do modernismo brasileiro, cujo título, significando "homem que come" em tupi-guarani, reflete a ideia central do movimento antropofágico de Oswald de Andrade, já citado acima. A figura solitária e desproporcional do Abaporu simboliza a busca por uma identidade nacional independente

das tradições europeias (Ajzenberg, 2015). O quadro é frequentemente citado como um exemplo poderoso de como a arte pode expressar e moldar a identidade cultural de um país, com elementos como o cacto verde e o sol amarelo remetendo às cores da bandeira brasileira e enfatizando a brasilidade, tornando-a um símbolo da cultura nacional (Couto; Torres; Araujo, 2021).

A década de 1920 também foi marcada pelo surgimento de importantes veículos de imprensa e revistas literárias que contribuíram para a disseminação das novas tendências culturais. Publicações como a revista Klaxon, lançada em 1922 logo após a Semana de Arte Moderna, tornaram-se plataformas essenciais para a divulgação das ideias modernistas (Ajzenberg, 2015). Júlia Silveira Matos destaca que "Klaxon deixou de ser apenas mais uma revista centrada em discussões sobre arte e literatura para se tornar o ícone do movimento de vanguarda, contestador das estruturas artístico-culturais do Brasil" (Matos, 2010, p. 2). Além disso, "a revista nasceu logo depois de encerrada a Semana de Arte Moderna, como uma forma de não deixar morrer o evento, ao mesmo tempo em que aglutinou em torno de si os pensadores e articuladores do impactante evento" (Matos, 2010, p. 2).

Pode-se dizer que a arte modernista carregou consigo uma proposta de se contrapor aos valores conservadores e eurocêntricos, caracterizando-se pela inovação e experimentação da forma, cores e linhas que compõem o trabalho, com tendências abstratas e ênfase em técnicas e processos (Couto; Torres; Araujo, 2021). Conforme descrito por Ajzenberg (2015), o modernismo brasileiro se consolidou através de uma ruptura com as tradições anteriores, promovendo novas direções para a arte e a cultura. Além disso, o modernismo foi impulsionado por várias agendas sociais e políticas, refletindo as mudanças e as inquietações do período. Na década de 1920, esse movimento tornou-se um grande marco, promovendo uma efervescência cultural em que artistas e intelectuais buscaram expressar a realidade contemporânea e explorar novas formas de expressão (Matos, 2010).

À medida que o movimento modernista progrediu, também começou a se cruzar com questões sociais e políticas relacionadas às lutas de classes e identidades regionais no Brasil. As tensões entre centros urbanos como São Paulo e áreas rurais destacaram as diferenças que os artistas procuraram abordar por meio de seus trabalhos, muitas vezes usando a arte para criticar as desigualdades sociais (Ajzenberg, 2015). Enquanto as representações de paisagens brasileiras de Tarsila do Amaral celebravam a identidade nacional, elas também criticavam as visões romantizadas da vida rural, que ignoravam as

duras realidades enfrentadas por muitos nesse cenário (Couto; Torres; Araujo, 2021). Essa dualidade não apenas enriqueceu o discurso modernista, mas também lançou as bases para movimentos posteriores que explorariam ainda mais temas de justiça social e a diversidade cultural, mostrando como a arte pode servir como um veículo poderoso para expressão e defesa em uma sociedade em constante evolução.

### *2.2.5 Movimento Escola Nova*

Para compreender o Movimento da Escola Nova e seu impacto na educação brasileira na década de 1920, é fundamental ter uma visão resumida da história da educação no Brasil. Esse contexto histórico revela as transformações e tensões entre as influências religiosas e as demandas de modernização que moldaram o sistema educacional ao longo dos séculos.

No artigo "As Origens da Educação no Brasil: Da Hegemonia Católica às Primeiras Tentativas de Organização do Ensino", Marcos Marques de Oliveira analisa os efeitos do processo de modernização europeu no Brasil, com destaque para o atraso na implementação de um modelo nacional de educação. Para isso, Oliveira (2004) realiza uma análise histórica da educação católica no Brasil colonial. Segundo o autor, a catequização indígena e a educação da elite colonizadora foram atribuídas à Ordem dos Jesuítas a partir de 1549. Oliveira cita Xavier (1980) para ilustrar que, preocupados com a difusão da fé e a formação de uma elite religiosa, os jesuítas criaram um sistema educacional que fornecia às classes dominantes uma educação clássica e humanista, alinhada ao ideal europeu da época (Oliveira, 2004).

O contexto colonial brasileiro, aliado à ausência do protestantismo, favoreceu a implementação de um modelo educativo jesuíta que, segundo Oliveira (2004), remetia à Idade Média, marcado pelo autoritarismo e rigidez, em contraste com o espírito iluminista emergente na Europa. No entanto, o autor menciona Albuquerque (1993) para destacar que esse projeto educacional teve aspectos positivos, como a transmissão de uma educação homogênea — mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo e o mesmo ideal de "homem culto" — que ajudou a moldar uma identidade cultural unificada no Brasil. Além disso, a catequese, embora destrutiva, unificou filhos de colonos, órfãos trazidos de Portugal, meninos índios e mestiços, dissolvendo costumes não europeus e contrapondo a escola e a Igreja à autoridade patriarcal da casa-grande (Oliveira, 2004).

Em 1759, com a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, o único sistema educacional existente na colônia foi extinto, e apenas treze anos depois foram tomadas medidas para a inserção de novos educadores (Oliveira, 2004). O Estado tentou administrar o ensino na colônia, substituindo o método pedagógico jesuíta por matérias isoladas e variadas, mas os mestres não conseguiram acompanhar as mudanças; com a chegada da família real e da corte de Lisboa ao Brasil em 1808, houve uma efusão cultural que resultou na criação do Museu Real, Jardim Botânico, Biblioteca Pública e Imprensa Régia, além dos primeiros cursos superiores, ainda que baseados em aulas avulsas e com um enfoque profissional prático (Oliveira, 2004). D. João VI, ao vir para o Brasil, deu início à criação do ensino superior, concomitante à autonomia política que culminou na independência do país. Oliveira conclui que, ao final do período colonial, a educação no Brasil ficou reduzida a poucas escolas e aulas régias, e que o país, saindo da fase joanina com algumas instituições de educação elitista, chegou à Independência sem uma forma organizada de educação escolar (Oliveira, 2004).

Oliveira (2004) aponta que a primeira medida de descentralização da educação no Brasil, ocorrida com o Ato Adicional de 1834, conferiu às províncias autonomia na administração do ensino básico e secundário; no entanto, um sistema tributário falho resultou na falta de recursos, deixando o ensino secundário a cargo da iniciativa privada, especialmente da Igreja, enquanto o ensino básico ficou em estado de abandono. O autor conclui que, ao final do Império, o quadro geral da educação era preocupante, com poucas escolas primárias atendendo cerca de 250 mil alunos em um país de aproximadamente 14 milhões de habitantes, dos quais 85% eram analfabetos (Oliveira, 2004). Além disso, havia liceus provinciais nas capitais, colégios particulares nas principais cidades, alguns cursos normais e cursos superiores voltados para a formação de uma elite administrativa, política e intelectual, o que se tornou um elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial (Oliveira, 2004).

Na República, o autor observa a emergência de novos estratos sociais, criando uma "composição social mais heterogênea" que demandava um sistema educacional menos simplista (Oliveira, 2004). Essas mudanças levaram a diversas tentativas de reformas educacionais, sendo que Benjamin Constant tinha como objetivos a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, incluindo disciplinas científicas, a adoção do ensino seriado, a maior organicidade do sistema em todos os níveis de ensino e, por fim, a criação do Pedagogium, um centro de aperfeiçoamento do magistério (Oliveira, 2004). No entanto, essas reformas não obtiveram sucesso, o que evidenciou a

fragilidade da jovem república. Oliveira (2004) aponta ainda outras tentativas de reformas malsucedidas e analisa esse contexto à luz da ideologia liberal.

> Podemos afirmar que durante os primeiros anos da República, a importação da ideologia liberal atuou de forma difusa: ao mesmo tempo em que validou um arranjo político em favor de uma parte da elite, produziu um imediato ressurgimento das propostas para a adequação da estrutura educacional aos desígnios de uma nova ordem 'democrática' em implantação (OLIVEIRA, 2004, p. 950).

Nesse contexto, o país experimentou a influência da ideologia escolanovista, expressa inicialmente pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que buscava reformar o sistema educacional com ênfase no ensino laico e na centralização estatal; no entanto, a Igreja Católica se opôs vigorosamente a essas mudanças. Com a Proclamação da República e a separação entre Estado e Igreja, iniciou-se um esforço para reorganizar o ensino, que incluía a seleção de conteúdos programáticos alinhados ao novo regime republicano e às demandas do mercado.

> Complementando, passamos de um país oficialmente católico pela Constituição Imperial a um país laico pela Carta Magna de 1891, que reconheceu a liberdade de religião e de expressão religiosa, proibindo ao Estado o estabelecimento de cultos, sua subvenção ou formas de aliança. A primeira Constituição Republicana, ao mesmo tempo em que reconhece a mais ampla liberdade de cultos, pune também a ofensa a estes como crimes contra o sentimento religioso das pessoas. O ensino oficial, em qualquer nível de governo e escolarização, tornou-se laico, ao contrário do Império, onde a obrigatoriedade do ensino religioso era presente (Cury, 2004, p. 188).

Para Marta Maria Chagas de Carvalho, a missão da Igreja Católica era "fazer com que os ideais de uma minoria impregnassem a massa" (Carvalho, 1997, p. 122). Apesar da separação entre Igreja e Estado, no âmbito educacional, a Igreja queria estar presente para preservar sua influência, buscando moldar o ensino de acordo com seus valores e princípios (Oliveira, 2004).

Logo a Igreja Católica se organizou para assegurar seu lugar no contexto político em questão, iniciando ações já na década de 1920 com o movimento mineiro de renovação católica. O sucesso do catolicismo é exemplificado da seguinte forma:

> O pacto toma forma numa carta do ministro Francisco Campos a Getúlio Vargas. Na missiva de 18 de abril de 1931, o ministro defende as propostas de introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e o reconhecimento constitucional do catolicismo como a religião da maioria dos

> brasileiros. No mesmo mês, depois de 40 anos, o ensino religioso volta a ser permitido nas escolas públicas, dando provas de que o processo de laicização do Estado brasileiro era uma falácia. (Oliveira, 2004, p. 952)

Oliveira (2004) conclui que todo esse processo de transição de uma educação hegemonicamente católica até a atual organização de ensino passa por três grandes fases: a de expansão da demanda social, a de consolidação e a de crítica e balanço. Iniciou-se uma tentativa de organização do ensino, incluindo a seleção de conteúdos programáticos que atendessem às demandas do novo regime e do mercado (Mesquida, 2001). Dado isso, o país passa a vivenciar um contexto de ideologia escola-novista, inicialmente expressa pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A Igreja Católica, por sua vez, se posiciona contra esse modelo educacional, o ensino laico e o monopólio estatal sobre a educação (Mesquida, 2001).

O Movimento da Escola Nova teve grande impacto na reforma do sistema educacional brasileiro ao defender métodos mais dinâmicos e participativos. Fernando de Azevedo e outros educadores pioneiros, como Anísio Teixeira, promoveram uma pedagogia centrada no aluno, enfatizando a importância da educação integral e da aprendizagem pela experiência, princípios fundamentais da Escola Nova (Carvalho, 2005). Além disso, a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, marcou um importante avanço na educação superior do país, refletindo os esforços do movimento em modernizar e expandir o sistema educacional brasileiro (Carvalho, 2005). A utilização de impressos como ferramenta pedagógica foi uma estratégia crucial adotada por esses educadores para disseminar as ideias escolanovistas e conformar as práticas escolares, destacando-se pela implementação de reformas que buscavam a democratização e a eficiência educacional (Carvalho, 2005).

A influência do Movimento da Escola Nova não se restringiu apenas à educação superior; ela também permeou o ensino básico e médio, promovendo uma série de mudanças. Os escolanovistas utilizaram estratégias editoriais inovadoras para divulgar seus princípios, produzindo e distribuindo materiais impressos que serviam como guias para professores e alunos (Carvalho, 2005). Essas mudanças contribuíram para a modernização e expansão do sistema educacional e científico no Brasil. A oposição enfrentada pelos pioneiros da Escola Nova, principalmente de grupos católicos que buscavam manter um controle doutrinário sobre as escolas, mostrou a disputa pelo controle do aparelho escolar na época (Carvalho, 2005).

O Movimento Escola Nova apresentou uma forma diferente de enxergar a educação, defendendo que a escola precisaria estar mais conectada à vida dos alunos, oferecendo uma formação prática e significativa. Monarcha (2009) explica que esses ideais tinham como objetivo deixar para trás os modelos tradicionais e criar um ensino que integrasse a escola ao dia a dia, adaptado a um mundo em transformação. Carvalho (2005) destaca que os escolanovistas acreditavam que a experimentação era o caminho para preparar as crianças de forma crítica e autônoma para enfrentar os desafios cotidianos. No Brasil, essas ideias enfrentaram forte resistência. Monarcha (2009) aponta que a Igreja Católica, por exemplo, enxergava o ensino laico como uma ameaça direta aos valores religiosos e morais que historicamente dominaram a educação no país. Mesmo assim, iniciativas como a Liga Internacional pela Educação Nova ajudaram a inserir o Brasil em um cenário global de mudanças educacionais.

Para Antunes, Santos e Verissimo (2016), o Movimento Escola Nova trouxe uma ruptura com práticas rígidas da escola tradicional, como a padronização de currículos e o controle disciplinar. Anísio Teixeira foi um dos educadores que defendeu a liberdade e a criatividade como pilares do ensino, acreditando que a educação poderia ser um instrumento de transformação social. Mesmo com as dificuldades, os princípios da Escola Nova continuam influenciando a educação. Carvalho (2005) afirma que ideias como a inclusão e a equidade são heranças desse movimento, que ainda inspiram debates sobre como a educação pode se transformar. Para Monarcha (2009), o escolanovismo no Brasil é um exemplo de como resistência e inovação podem caminhar juntas, deixando um legado que ressoa até hoje nas políticas e discussões sobre educação.

## 2.3 Estado e Igreja Católica na década de 1920

A Proclamação da República, 1889, marcou uma importante transformação política no Brasil, estabelecendo um sistema presidencialista e federalista que buscava atender principalmente aos interesses dos setores agroexportadores (Carvalho, 1990). Embora proclamada sem a iniciativa popular, o novo regime despertou um certo entusiasmo entre os excluídos do Império, que viam nele a possibilidade de participação nas decisões governamentais (Carvalho, 2004). No entanto, na década de 1920, a Primeira República evidenciava sinais de desgaste e fadiga, gerando incertezas quanto à sua capacidade de modernizar o país. A decepção em relação à viabilidade da República em

concretizar o ideal de uma sociedade nova atingiu um ponto explosivo (Lahuerta, 2014, p. 93).

Na década de 20, a Primeira República passava por um momento de transição com o enfraquecimento gradativo do domínio das oligarquias cafeicultoras e o surgimento de novos movimentos políticos e sociais, que buscavam maior participação popular e representatividade (Ferreira, 1993). Essas mudanças vinham acompanhadas de debate sobre o melhor modelo político e econômico a ser adotado, culminando em um período de agitação ideológica. Do ponto de vista econômico, a década foi caracterizada por altos e baixos, com um declínio nos preços do café que gerou inflação e crise fiscal, mas também expansão do setor cafeeiro, a diversificação da agricultura, e o desenvolvimento das atividades industriais e de empresas ligadas à indústria de base (Ferreira, 1993).

Nesse contexto, destaca-se no Brasil uma disputa pela tutela da sociedade, ou seja, o embate pelo predomínio na orientação e direção das ações sociais, culturais e políticas do povo, entre Estado e Igreja Católica. Por um lado, o Estado buscava promover um processo de modernização que visava trazer progresso e desenvolvimento para a nação, enquanto, por outro lado, a Igreja Católica se empenhava em preservar as tradições que acreditava que deviam ser mantidas vivas na sociedade. Essa tensão entre modernização e conservadorismo influenciou na forma como as pessoas se relacionavam e interagiam. Apesar do aparente confronto, é importante notar que o Estado e a Igreja frequentemente colaboravam, mesmo enquanto competiam pelo controle da moralidade pública e da orientação social.

### *2.3.1 Estado*

No início do século XX, o Estado brasileiro passava por um importante momento de transição e consolidação da República. As instituições estavam se estruturando e consolidando suas bases. Durante esse período, a Política dos Governadores continuava a desempenhar um papel crucial na manutenção da estabilidade política do país (Santos, 2019). A década de 1920 representou um cenário econômico complexo. No cenário externo, o Brasil enfrentou uma queda nos preços das commodities, que haviam sido subidos durante a Primeira Guerra Mundial; Internamente, as políticas econômicas do governo federal refletiram essas dificuldades, impactando o desempenho econômico do país se comparada à década anterior (Cano, 2012). Contudo, apesar dessas dificuldades, o café, uma das principais exportações do Brasil, teve um desempenho muito positivo.

À medida que as elites regionais consolidavam o seu poder político, a grande maioria da população, especialmente os trabalhadores rurais e urbanos mais pobres, experimentava as implicações do poder ser concentrado num só lugar. As políticas econômicas da década de 1920 giravam em torno do café e das exportações que não atendiam às necessidades básicas da maioria da população que enfrentava condições de vida miseráveis (Cano, 2012). A rápida urbanização que se concretizou em cidades como São Paulo veio acompanhada da expansão da infraestrutura, embora expusesse desigualdades sociais, onde a maioria dos trabalhadores vivia em condições precárias de saúde, educação e saneamento (Cano, 2012). Além disso, os movimentos trabalhistas, que lutavam por direitos fundamentais como a jornada de 8 horas e a regulamentação do trabalho infantil, enfrentaram forte repressão estatal, como já mencionado anteriormente, o que dificultou ainda mais a melhoria das condições de vida para os mais pobres (Cano, 2012).

Outro fator importante nesse período era a influência das elites econômicas sobre o cenário político. As políticas públicas eram frequentemente moldadas para beneficiar essas elites, garantindo-lhes subsídios e apoio estatal para a exportação de commodities, especialmente o café, que era o principal produto de exportação do Brasil (Cano, 2012). Além disso, Wilson Cano (2012) ressalta que a resistência a qualquer mudança que pudesse ameaçar os interesses dessas elites resultava em um ambiente político conservador e repressivo, dificultando a implementação de reformas sociais e econômicas que pudessem beneficiar a população em geral (Cano, 2012). A concentração de poder nas mãos dos grandes proprietários de terra e empresários não apenas perpetuava a desigualdade social, mas também impossibilitava o desenvolvimento de outros setores econômicos e regiões do país (Cano, 2012).

Essa relação intrínseca entre o poder econômico e político contribuía para a manutenção do status quo e limitava as possibilidades de mudança e progresso social. O controle que os grandes latifundiários e empresários exerciam sobre as decisões governamentais assegurava a continuidade de um modelo econômico centrado na agroexportação, que beneficiava principalmente essas elites (Cano, 2012). Em conclusão, o Estado brasileiro na década de 1920 refletia uma estrutura consolidada, mas marcada pela concentração de poder econômico e político nas mãos das elites agroexportadoras, especialmente os grandes latifundiários e empresários, perpetuando o modelo econômico centrado na exportação de café (Cano, 2012). A estrutura e as políticas públicas indicavam um Estado com bases sólidas, mas em contínua transformação para se adaptar

às demandas da sociedade. A resistência a reformas sociais e econômicas por parte dessas elites, no entanto, criava um ambiente conservador que limitava o progresso social (Cano, 2012).

Além do já exposto, outro aspecto fundamental para compreensão do Estado nesse período é saber que embora o Estado busque a separação formal da Igreja para garantir a igualdade de direitos e a liberdade de consciência, essa separação não é absoluta. Tanto o Estado quanto a Igreja almejam a tutela da sociedade, o que gera um embate constante entre suas esferas de influência, e durante a década de 1920, sob a liderança de figuras como D. Sebastião Leme, a Igreja Católica buscou uma maior presença e colaboração com o governo para conter movimentos revolucionários, refletindo um contexto de reaproximação entre essas instituições (Azzi, 1997). Além disso, a mobilização de intelectuais e lideranças pela Igreja para combater o anticlericalismo e o comunismo demonstra a busca contínua por influência na sociedade brasileira (Fernandes, 2019).

### *2.3.2 Igreja*

No final do século XIX, novas formas de ver o mundo reivindicavam para si a compreensão do processo histórico, ameaçando o controle da Igreja e promovendo o homem como agente transformador da sua realidade, negando a busca da felicidade além da vida terrestre e abandonando a eterna subordinação aos desígnios de Deus (Rosa, 2011). Esse contexto exigia uma reação da Igreja para evitar a marginalização e a redução ao estado de simples doutrina. Com a Proclamação da República Brasileira, a Igreja Católica deixou de ser a religião oficial do Estado, o que exigiu a elaboração de novas estratégias de atuação dentro do contexto republicano, caracterizado por tendências liberais e positivistas. Essa mudança na política nacional preocupava a Igreja, que se via como a única força ideológica capaz de enfrentar as transformações em curso (Rosa, 2011). Em resposta, a Igreja Católica reestruturou suas estratégias para manter sua influência e se adaptar aos novos desafios, buscando reafirmar sua posição como uma força dominante na sociedade e na política do país.

> O novo governo assumia posturas públicas que evidenciavam a crença que esse modelo de Estado detinha a capacidade de gerar os instrumentos legais que colocariam o Brasil no caminho do progresso, tendo como base a ciência e o racionalismo. Acreditavam que poderiam abrir mão da religião como legitimadora do seu poder. Não mais o obscurantismo da religião, não mais a monarquia atrofiada. (Rosa, 2011, p. 48).

A Igreja Católica visava a condução dos fiéis à salvação, argumentando que a felicidade eterna era alcançada por meio do trabalho cristão contínuo na terra, que incluía a santificação das almas e o estabelecimento de normas práticas para a vida dos fiéis (Rosa, 2011). Para a hierarquia eclesiástica, era essencial que a Igreja Católica e o Estado mantivessem uma autonomia entre suas estruturas, mas com um objetivo convergente: o bem comum da sociedade brasileira. Tal bem comum, segundo a Igreja, só poderia ser alcançado por meio do ordenamento cristão da sociedade e da prática de uma vida integralmente cristã. A Igreja e o Estado compartilhavam a responsabilidade de conduzir o mesmo povo no mesmo território e, portanto, não poderiam ignorar um ao outro (Rosa, 2011).

Riolando Azzi, em seu artigo "O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930" destaca que, durante a década de 1920, inicia-se uma nova etapa na história da Igreja no Brasil, conhecida como "Restauração Católica". A Igreja Católica brasileira reconheceu a necessidade de um reposicionamento estratégico diante das mudanças políticas e sociais que ocorriam no Brasil. A Igreja começou a perceber que a manutenção de sua influência dependia de uma colaboração mais estreita com o governo (Azzi, 1977). Nesse período, os líderes do catolicismo tinham duas ideias dominantes: a necessidade de uma maior presença atuante da Igreja na sociedade e a disposição de colaborar efetivamente com o governo para manter a ordem e a autoridade constituída na sociedade brasileira (Azzi, 1977). A "Restauração Católica" surgiu como uma resposta ao cenário de desafios impostos pelas novas ideologias que começavam a ganhar força no Brasil. A Igreja, viu que não podia atuar apenas como uma guia espiritual, mas também como uma força política, capaz de contribuir para a ordem social (Azzi, 1977).

Essa reaproximação entre Igreja e Estado, conforme aponta Azzi (1977), não foi um processo simples, mas envolveu uma série de negociações e ajustes que se estenderam por toda a década de 1920. A colaboração com o governo passou a ser vista como um meio de garantir não apenas a sobrevivência da própria Igreja, mas também de promover uma moralidade social que estivesse alinhada com os valores católicos (Azzi, 1977). Nesse sentido, Azzi (1977) afirma que “o governo esperava o apoio da Igreja como legitimação do poder, e a Igreja esperava a colaboração do governo como instrumento para retomar seu prestígio e sua ação na sociedade brasileira” (Azzi, 1977, p. 75). Esse movimento de reaproximação exigiu dos líderes eclesiásticos habilidade diplomática,

uma vez que precisavam negociar com um governo que ainda desconfiava das intenções da Igreja e temia seu potencial de influência sobre as massas (Azzi, 1977).

Um dos aspectos centrais da "Restauração Católica" foi a tentativa da Igreja de influenciar as políticas educacionais do país. Conforme Azzi (1977), "o governo esperava a colaboração da Igreja como instrumento para retomar seu prestígio e sua ação na sociedade brasileira" (AZZI, 1977, p. 75). Contudo, houve complexidade nesse processo. A complexidade desse processo se deve também ao fato de que a reaproximação não ocorreu de maneira homogênea em todo o país. Em alguns estados, como Minas Gerais, a colaboração foi mais fluida, com líderes políticos locais reconhecendo a importância de uma aliança com a Igreja Católica. Azzi (1977) menciona que "o primeiro presidente do Estado de Minas Gerais a tomar efetivamente consciência da força potencial da Igreja Católica, e da necessidade de ter o apoio da hierarquia católica foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, eleito para o quadriênio 1926-1930" (Azzi, 1977, p. 76). Essa colaboração mostrava o entendimento mútuo de que a educação era um campo estratégico na formação das futuras gerações, ou seja, um espaço onde a Igreja precisava reafirmar sua influência (Azzi, 1977).

Em estados como Mato Grosso, a colaboração entre o bispo local e o governo foi tão estreita que o próprio bispo chegou a ocupar a presidência do estado, demonstrando que a Igreja estava disposta a ir além de suas funções espirituais para garantir a manutenção da paz e da estabilidade (Azzi, 1977). Azzi destaca que:

> No Estado do Mato Grosso, apresenta-se uma situação especial. Aí, não houve simplesmente uma reaproximação entre a hierarquia eclesiástica e o poder político, mas o próprio bispo assumiu por solicitação do Governo da República o poder político (Azzi, 1977, p. 79).

Essa aliança, no entanto, não foi livre de tensões, já que envolvia a difícil tarefa de conciliar os interesses da Igreja com as demandas políticas do governo. Já em outras regiões, como São Paulo, por exemplo, exigiu-se um esforço maior de ambas as partes para construir uma base de cooperação. Azzi destaca que essa dinâmica regional refletia as variações na força da influência católica pelo território nacional (Azzi, 1977).

A tese de que a maioria dos cidadãos brasileiros eram também fiéis católicos se tornou um dos principais pontos de defesa dos interesses da Igreja a partir desse período (Rosa, 2011). Com base nessa tese, a hierarquia eclesiástica acreditava que seria impossível para o Estado e a Igreja conduzir os mesmos indivíduos sem um acordo mútuo. Para evitar que um violasse os direitos do outro, a Igreja defendia a cooperação entre os

dois poderes, mantendo sua independência de atuação, mas também uma união necessária com o Estado para prevenir desordem social, perda da paz e discórdia entre os cidadãos (Rosa, 2011). A união entre o Estado e a Igreja era compreendida a partir da ideia de harmonia, entendida como uma ação coordenada onde o Estado respeitaria as diretrizes divinas. Nesse cenário, o Estado era visto como um instrumento de Deus para a manutenção da ordem e da paz social, condições indispensáveis para o sucesso da Igreja em seu trabalho de salvação das almas (Rosa, 2011).

Durante a década de 1920, no Brasil, a Igreja Católica buscou reafirmar sua influência na sociedade e na política. De acordo com Rosa (2011), a hierarquia católica intensificou um processo de recristianização da sociedade civil brasileira durante essa fase. Esse movimento era uma resposta à crescente influência de ideologias que ameaçavam tanto as crenças religiosas quanto o poder da Igreja. As articulações políticas do período forneceram à Igreja pistas importantes sobre como deveria agir no novo cenário. Com as novas regras de participação política no Estado Republicano, era necessário que a Santa Sé e a alta hierarquia católica adaptassem suas formas anteriores de influência na política nacional. A articulação política emergiu como a primeira estratégia adotada pela Igreja para manter sua relevância e enfrentar os desafios impostos pelo novo contexto republicano (Rosa, 2011).

Nesse período, a orientação da Santa Sé era clara: os prelados deveriam evitar um envolvimento direto na política, preferindo agir por meio dos "bons católicos" (Rosa, 2011). A Secretaria de Estado ressaltou a importância da educação religiosa como a abordagem ideal para formar líderes que seriam capazes de restaurar a posição da religião católica dentro do governo brasileiro. Além disso, a razão por trás da expansão da educação religiosa também pretendia aumentar o número de clérigos, de modo a alargar a presença da Igreja através do território nacional (Rosa, 2011). Destaca-se também o papel do Arcebispo na supervisão da adoção dos regulamentos tridentinos em todo o país, no Brasil, e na ênfase da importância da adesão às diretrizes da Santa Sé. Essas diretrizes incluíam a vigilância sobre o clero, o cumprimento dos deveres dos católicos com o Estado e o combate aos principais inimigos da Igreja (Rosa, 2011). Mesmo diante da separação entre o Estado e a Igreja, os membros de ambos os poderes mantiveram relações cordiais e de auxílio mútuo, conforme desejado pela Santa Sé (Rosa, 2011).

Essa postura de cooperação e adaptação permitiu à Igreja Católica manter sua influência e continuar a desempenhar um papel importante na sociedade e na política brasileira durante esse período de transformação. A habilidade da Igreja em navegar por

essas mudanças e a sua capacidade de se reorganizar internamente foram cruciais para a sua preservação. Essa aliança, contudo, não foi isenta de críticas. Internamente, muitos membros da hierarquia eclesiástica expressaram preocupações sobre as possíveis consequências negativas dessa proximidade com o poder político (Azzi, 1977). Segundo Azzi (1977), havia receios de que a colaboração com o governo pudesse comprometer a independência da Igreja, enfraquecendo sua autoridade. Alguns bispos temiam que a Igreja, ao se envolver diretamente em questões políticas, passasse a ser vista como uma extensão do Estado, o que poderia prejudicar sua missão espiritual (Azzi, 1977).

Essas críticas não eram infundadas. Durante o período colonial e até o advento da República, a Igreja havia desfrutado uma posição de destaque, em aliança com o poder monárquico. Conforme Azzi (1977), inicialmente, poucos bispos, como D. Macedo Costa, viam essa nova realidade como uma oportunidade para a Igreja aceitar a situação e colaborar com a República (Azzi, 1977). Predominava, na instituição, um espírito mais conservador, o que gerou muita preocupação quanto à aliança com a república; Levantavam-se questões sobre até que ponto a Igreja estaria disposta a comprometer seus princípios ao se envolver em decisões governamentais (Azzi, 1977). Segundo Azzi (1977) havia o temor de que, ao buscar influenciar a política, a Igreja estivesse assumindo um papel político que não lhe cabia. De acordo com o autor:

> Essa situação gerou um debate interno sobre os limites da colaboração entre Igreja e Estado. Enquanto alguns líderes eclesiásticos viam a aliança como uma oportunidade necessária para reafirmar a influência da Igreja em uma sociedade em rápida mudança, outros temiam que o custo dessa colaboração fosse alto demais. Havia o risco de que a Igreja se tornasse dependente do Estado, perdendo assim sua capacidade de criticar e orientar moralmente o governo quando necessário (Azzi, 1977, p. 75).

Apesar das críticas, a colaboração entre a Igreja e o Estado seguiu funcionando como uma importante estratégia para que a Igreja preservasse sua relevância mesmo com a chegada da república. Segundo Azzi (1977), a Igreja Católica precisou equilibrar seus objetivos espirituais com as pressões políticas; ao oferecer sua colaboração, a Igreja buscava garantir seu prestígio e ação na esfera pública (Azzi, 1977). Assim, "Na medida em que passaram a defender a liberdade da Igreja na esfera religiosa, passaram consequentemente a admitir o poder do Estado na área política" (Azzi, 1977, p. 73). A década de 1920 foi marcada pela busca da Igreja Católica em estabelecer estratégias para não perder sua influência no Brasil, exigindo dela habilidade para negociar e redefinir seu papel no cenário republicano (Azzi, 1977).

## 2.4 A questão da identidade nacional

A identidade nacional está relacionada ao sentimento de pertencimento a uma nação, abrangendo aspectos culturais, históricos, linguísticos e sociais que diferenciam um povo dos outros. Anderson (1983) define as nações como “comunidades imaginadas”, destacando que elas são feitas por narrativas e práticas que unem indivíduos. Essa ideia de coletividade imaginada é fortalecida por símbolos como bandeiras, hinos e mitos fundadores, que criam uma base emocional compartilhada (Hobsbawm, 1990). Debrun (1990) também ressalta que a identidade nacional vai além do pertencimento geográfico, envolvendo sentimentos e valores que conectam os cidadãos a um ideal coletivo. Nesse sentido, a identidade nacional desempenha um papel unificador, especialmente em sociedades diversas, ao alinhar diferentes realidades culturais sob um mesmo projeto de nação.

Apesar de seu papel de unir os indivíduos em torno de uma ideia coletiva, a identidade nacional muitas vezes se torna palco de tensões e disputas. Anderson (1983) destaca que, embora as nações sejam construídas por narrativas compartilhadas, elas refletem as dinâmicas de poder presentes na sociedade. A disputa por essas narrativas é visível em contextos em que as desigualdades sociais e culturais são mais marcantes. Hobsbawm (1990) aponta que as identidades nacionais podem ser manipuladas para atender a interesses políticos. Além disso, a construção da identidade nacional muitas vezes depende da idealização ou apagamento de alguns aspectos históricos. Anderson (1983, p. 16) observa que "as nações são comunidades imaginadas porque os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas". Assim, a identidade nacional é uma criação dinâmica e frequentemente questionada, mostrando as disputas de poder e os processos históricos que a criaram.

No Brasil, a identidade nacional foi influenciada pela diversidade cultural e miscigenação, fruto da interação entre indígenas, africanos e europeus desde o Brasil colônia. Essa característica, celebrada por alguns como um símbolo de unidade, na verdade esconde um histórico de desigualdades e exclusões que acompanharam a formação da sociedade brasileira. Esse debate foi explorado por Gilberto Freyre, que apresentou a miscigenação como uma marca central da identidade nacional. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), analisou a formação social brasileira destacando a miscigenação como elemento central da identidade nacional. Para Freyre (2006), a interação entre indígenas, africanos e europeus não foi apenas um processo de

exploração, mas também de transformação cultural, gerando um modelo de convivência singular que ele chamou de "equilíbrio dos contrários". Freyre descreve o patriarcalismo como central na convivência social, mas foi criticado por ignorar os conflitos e a violência envolvidos.

Florestan Fernandes ofereceu uma análise crítica da visão de Gilberto Freyre sobre a sociedade brasileira. Enquanto Freyre idealizava a miscigenação como um fator de integração social, Fernandes via nessa narrativa uma tentativa de mascarar as desigualdades estruturais do Brasil. Ele argumentava que a ideia de “harmonia racial” era um mito que legitimava a segregação racial e social. Para Fernandes (2008), o patriarcalismo descrito por Freyre era, na verdade, uma estrutura de controle que reforçava a opressão dos afrodescendentes e consolidava hierarquias coloniais. Segundo Fernandes (2008), a escravidão não apenas sustentou a economia colonial, mas também estruturou as bases do racismo moderno no Brasil, perpetuando as desigualdades mesmo após a abolição.

Florestan Fernandes (2008) afirmou que o mito da democracia racial moldou uma identidade nacional que ignorava as desigualdades raciais, apresentando o Brasil como uma nação unida pela miscigenação. Essa visão ajudou a esconder o racismo e a exclusão dos afrodescendentes dos espaços de poder. Debrun (1990) também apontou que a identidade nacional no Brasil enfrenta dificuldades por causa das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Debrun (1990) apontou que, embora elementos como a música, a culinária e o sincretismo religioso sejam exaltados como símbolos de brasilidade, eles coexistem com a marginalização histórica de indígenas e afrodescendentes. Assim, a construção da identidade nacional no Brasil reflete a riqueza da diversidade, mas também os desafios das desigualdades sociais. Essa dualidade tornou-se ainda mais evidente no período republicano, quando o país tentou consolidar uma nova identidade baseada em ideais positivistas e liberais.

Bandeira de Mello (2006) aponta que a Proclamação da República, em 1889, representou o desafio de criar uma nova identidade nacional, rompendo com os valores monárquicos e adotando os ideais de modernização e progresso. Essa nova identidade foi moldada pelo positivismo, filosofia de Auguste Comte que:

> Partiu da ideia de que a sociedade só poderia ser reorganizada ou regenerada através de uma completa reforma intelectual do homem. Esta deveria fornecer-lhe novos hábitos de pensar em conformidade com o estado das ciências do seu tempo. Está relacionado às garantias

> da experiência e da ciência. [...] Este sistema levaria a paz à sociedade e a estabilidade ao regime político. O desenvolvimento científico e industrial levaria ao progresso e à felicidade humana (Pereira, 2006, p. 97).

Esses princípios, sintetizados no lema “Ordem e Progresso” da bandeira republicana, refletiam a influência do positivismo como base ideológica para as reformas políticas e sociais da época (Bandeira de Mello, 2006). Contudo, Fernandes (2008) aponta que esse projeto de modernização foi profundamente excludente, mantendo afrodescendentes, indígenas e trabalhadores rurais à margem das promessas de progresso.

O positivismo teve papel muito importante na formulação do discurso de modernidade da Primeira República, principalmente na tentativa de estabelecer uma identidade nacional baseada na ciência. Segundo Pereira Bandeira de Mello (2006), os positivistas ortodoxos, liderados por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, buscavam implementar uma "ditadura republicana", alinhada aos princípios de Augusto Comte, para guiar a sociedade brasileira na transição para a modernidade. A adoção do lema "Ordem e Progresso" na bandeira republicana simboliza esse esforço. No entanto, essa visão utópica enfrentou resistências e contradições. Como aponta Arruda (2007), a estrutura agrária e excludente da economia brasileira limitou o alcance das reformas, preservando a marginalização das massas populares. Assim, embora o positivismo tenha exercido grande influência no projeto republicano, as contradições de sua aplicação, como apontado por Bandeira de Mello (2006), evidenciam os limites de sua eficácia em uma sociedade profundamente desigual.

Paralelamente ao positivismo, o liberalismo desempenhou um papel muito importante na organização política da república. O liberalismo na Primeira República brasileira destacou a descentralização do poder e a autonomia dos estados, adaptando os ideais liberais europeus ao contexto local. Segundo Arruda (2007), esse liberalismo focava em garantir a liberdade individual e a limitação do poder central, mas, no contexto brasileiro, foi apropriado pelas elites regionais para consolidar suas posições de poder. Embora proclamasse ideais de liberdade, igualdade e progresso, na prática, restringia a participação popular nos processos decisórios e reforçava o domínio político das oligarquias regionais (Arruda, 2007). Essa apropriação do liberalismo pelas elites regionais encontrou respaldo na Constituição de 1891. Contudo, como aponta Trindade (2008), essa mesma Constituição distorceu os ideais de liberdade e igualdade ao adotar o voto censitário e excluir analfabetos e trabalhadores rurais, restringindo a participação

popular nos processos políticos. Essa exclusão reforçou a lógica de um sistema político elitista, no qual o poder permanecia concentrado nas mãos das oligarquias regionais. Trindade (2008) observa que esse liberalismo excludente não apenas limitava a cidadania, mas também servia para manter as hierarquias sociais e econômicas deixadas pelo período colonial, garantindo a hegemonia das elites sobre o Estado.

Além do controle das elites, a Constituição de 1891 também trouxe o ideal da laicidade. Inspirada pelos princípios liberais, essa separação entre Estado e Igreja marcou uma ruptura com o passado monárquico. Como destaca Trindade (2008), esse rompimento ajudou a moldar uma identidade republicana que buscava se alinhar aos valores de liberdade e modernidade promovidos pelo liberalismo, reforçando a autonomia do Estado frente às influências religiosas.

### *2.4.1 Estado vs. Igreja: Identidade Nacional e Laicidade*

A formação do Brasil como nação independente consolidou uma relação de parceria entre a Igreja Católica e o Estado, baseada no regime do padroado. Esse sistema, como explica Barbato (2014), permitia ao Estado controlar a administração da Igreja, incluindo a nomeação de bispos e o gerenciamento de seus bens, em troca de proteção e financiamento das atividades religiosas. Essa relação reforçou o papel do catolicismo como um elemento central da identidade nacional. Segundo Barbato (2014), a Coroa Portuguesa e, posteriormente, o império brasileiro, utilizavam a Igreja Católica como um instrumento de controle social, garantindo que os interesses religiosos e políticos estivessem alinhados. Assim, a Igreja, como instituição oficial, desempenhava um papel fundamental na legitimação do poder estatal e na manutenção da ordem social.

Apesar da parceria entre a Igreja e o Estado, o período imperial também foi marcado por tensões que evidenciaram os limites dessa relação. A Questão Religiosa, como detalha Neto (2014), foi um exemplo desse conflito, sendo quando bispos proibiram a atuação de maçons em cargos da Igreja, desafiando a autoridade do imperador. Esse episódio deu na prisão de líderes religiosos, mostrando a existência de embate entre a autonomia do clero e o controle estatal. Barbato (2014) observa que a tensão decorreu da tentativa da Igreja de reafirmar sua autoridade moral e espiritual em um contexto de centralização política. Esses conflitos prenunciavam a necessidade de uma redefinição dessa relação, algo que se tornaria mais evidente com a transição para a República.

A Proclamação da República em 1889 mudou a relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro. A Constituição de 1891 oficializou a separação, extinguindo o regime do padroado e declarando o Estado laico. Essa mudança, segundo Giumbelli (2008), buscava alinhar o Brasil aos princípios republicanos modernos, como a liberdade religiosa e a igualdade civil. Apesar da separação formal, a influência da Igreja Católica continuou presente na sociedade brasileira. Giumbelli (2008) destaca que, mesmo sem o apoio oficial do Estado, a Igreja manteve sua influência por meio de iniciativas sociais e culturais, como a organização de obras assistenciais e a presença em espaços educacionais. Neto (2014) relata que a Igreja também investiu em associações leigas, como as confrarias e os movimentos marianos, buscando reforçar os valores católicos na vida cotidiana da população. Além disso, o catolicismo ainda era muito praticado pela população, o que reforçava sua autoridade moral, mesmo sem o respaldo do aparato estatal.

No entanto, a laicidade do Estado trouxe desafios para a Igreja Católica. Neto (2014) destaca que, ao perder o status de religião oficial, a Igreja precisou adaptar suas práticas para competir com outras forças sociais que também disputavam espaço no imaginário coletivo. Giumbelli (2008) argumenta que essa nova realidade exigiu da Igreja uma mudança em seu papel. Assim, a Igreja passou a investir em estratégias que garantissem sua relevância na vida pública. Como aponta Aquino (2012), a "diocesanização" tornou-se a principal estratégia da Igreja para expandir sua presença no território brasileiro. Essa política resultou na criação de novas dioceses, prelaturas e prefeituras apostólicas, expandindo a presença da Igreja e fortalecendo sua atuação em áreas mais remotas (AQUINO, 2012).

A Igreja Católica também utilizou de narrativas históricas que associavam o catolicismo à formação da identidade nacional. Neto (2014) observa que essa abordagem a permitiu se apresentar como uma instituição fundamental para a coesão social, principalmente em um Brasil que passava por diversas transformações e tinha uma república enfraquecida. Ao mesmo tempo, a Igreja também buscou redefinir suas relações com o Estado, mesmo com a separação formal. Aquino (2012) destaca que, ao mesmo tempo em que o Estado buscava estabelecer sua laicidade, a Igreja negociava sua autonomia institucional e fortalecia seus laços com a Santa Sé. Um exemplo desse processo é a Carta Pastoral Coletiva de 1890, que mostrou a relação ambígua entre Igreja e Estado no período.

Segundo Aquino (2012), a Carta Pastoral Coletiva de 1890 expressava a lamentação dos bispos pela perda de privilégios que tinham no sistema do padroado, mas também comemorava a liberdade para reorganizar suas práticas e reforçar sua autonomia:

> Os bispos brasileiros, na Carta Pastoral de 1890, celebraram a liberdade adquirida para reorganizar suas práticas e reforçar sua autonomia, afirmando que o decreto republicano de separação, em sua interpretação jurídica, 'terá resultado benéfico restituindo liberdade à Igreja até então oprimida por um cesarismo (Aquino, 2012, p. 149).

Essa postura ambígua ajudou a Igreja a se ajustar à República. A busca por equilíbrio entre tradição e adaptação, expressa nessa carta, foi uma estratégia essencial da Igreja para reafirmar sua presença no imaginário nacional e enfrentar os desafios impostos pelo laicismo (AQUINO, 2012). Ainda de acordo com Aquino (2012), essas ações fortaleceram a continuidade da Igreja, que conseguiu se ajustar às exigências do Estado republicano sem comprometer seus princípios e objetivos.

Por outro lado, o Estado republicano enfrentava o desafio de consolidar sua autoridade. Como aponta Gomes (2008), o Estado buscou se apresentar como laico e moderno, mas ao mesmo tempo reconhecia a influência do catolicismo na sociedade brasileira. Nesse contexto, a laicização das instituições, como a educação pública, buscava uma neutralidade religiosa que frequentemente se chocava com a forte influência do catolicismo na cultura e na sociedade brasileira (GOMES, 2008). A Constituição de 1891 foi muito importante nesse processo, ao determinar a laicidade do Estado e acabar com privilégios religiosos em questões civis, como o casamento e a educação. Essas medidas tinham o objetivo de afirmar a autonomia do Estado, mas precisavam ser aplicadas em um país marcado pela presença do catolicismo, o que tornava o projeto de neutralidade religiosa um desafio constante (Gomes, 2008). Tudo isso na tentativa do Estado em construir uma identidade política própria, rompendo com séculos de aliança com a Igreja Católica.

Nesse cenário, o projeto de identidade nacional do Estado republicano foi fundamentado em princípios como a ordem e o progresso. De acordo com Fausto (2006), esses princípios não apenas buscavam legitimar o novo regime, mas também projetar a imagem de uma nação coesa e soberana, guiada pela racionalidade e pelos valores da modernidade. O Estado se apresentava como a força unificadora capaz de superar divisões regionais, promovendo a ideia de progresso e desenvolvimento como pilares da identidade nacional (Gomes, 2008). A educação tornou-se uma ferramenta muito

importante nesse processo, com a escola assumindo o papel de inserir os valores republicanos na população. De acordo com Miceli (1988), o currículo escolar passou a enfatizar o civismo, o patriotismo e a ciência, buscando substituir a influência do catolicismo. Esse esforço visava moldar cidadãos alinhados aos ideais republicanos, fortalecendo o Estado enquanto entidade laica e moderna (Miceli, 1988).

Contudo, esse projeto enfrentava muitos desafios nas regiões onde o catolicismo permanecia mais enraizado entre a população, o que fez com que a construção da identidade nacional pelo Estado republicano buscasse equilibrar os valores modernos de laicidade e progresso com as tradições culturais e religiosas da sociedade brasileira (MICELI, 1988). Essa realidade exemplifica como o projeto republicano brasileiro precisou se adaptar às realidades locais enquanto buscava afirmar sua autonomia e autoridade no país.

# 3 A EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1920 E O PAPEL DA IGREJA

Este capítulo aborda o contexto histórico da educação no Brasil entre 1889 e 1920, com ênfase nas transformações educacionais e políticas, bem como nas disputas ideológicas e sociais que marcaram esse período. Na primeira seção, discutimos o impacto das guerras internacionais e os conflitos sociais que influenciaram a educação no século XX, com a emergência de novos países e a necessidade de um sistema educacional mais complexo e inclusivo. A separação entre Igreja e Estado, resultado da Proclamação da República, e suas implicações para o sistema educacional são analisadas na segunda seção, destacando a resistência da Igreja e suas estratégias para manter sua influência. A terceira seção trata das reformas educacionais implementadas entre 1890 e 1927, como a Reforma Benjamin Constant e suas tentativas de modernizar o ensino, a resistência regional e as limitações estruturais. Por fim, na quarta seção, refletimos sobre as tensões entre a educação laica e a educação religiosa, considerando o papel da Igreja Católica na formação de uma sociedade moralmente alinhada com os valores cristãos, e o uso da imprensa como ferramenta de mobilização e educação religiosa.

## 3.1 Contexto histórico da educação de 1889 a 1920

As guerras internacionais, juntamente com a intensificação dos conflitos entre grupos sociais, raciais e ideológicos, caracterizaram o século XX e tiveram profundos efeitos sobre a educação. A primeira guerra mundial enfraqueceu o poder militar e político de grandes potências europeias e, à medida que novos países independentes emergiram na África, América e na Ásia, as necessidades educacionais foram se distinguindo. Enquanto as guerras internacionais moldavam o cenário geopolítico, com a redefinição de potências e o surgimento de novos países, o Brasil também experimentava profundas transformações internas. No contexto da República Brasileira coloca-se que a mudança principal seria a da existência de novos estratos sociais criando uma composição social mais heterogênea que exigiria do sistema educacional um caráter menos simplista.

A separação entre a Igreja e o Estado, que se concretizou com a Proclamação da República, foi resultado de um distanciamento progressivo entre as duas instituições na segunda metade do século XIX, embora a maioria do clero tenha sido pega de surpresa pelo novo regime e pelo Decreto que formalizou essa separação (Mesquida, 2001). A partir daí, inicia-se uma tentativa de organização do ensino, inclusive com a seleção de

conteúdos programáticos que atendessem o novo regime e o mercado. Peri Mesquida (2001) destaca a atuação do Padre Júlio Maria como um agente missionário, traduzindo os anseios da Santa Sé com relação à educação católica no Brasil. Para Padre Júlio Maria, a educação era primordial e libertadora, porém, o ensino católico tinha objetivos diferentes para o ensino de ricos e pobres.

Padre Júlio Maria acreditava que a educação estava se tornando cada vez mais secularizada, o que, para ele, resultava na adoção de um ensino materialista que negligenciava os valores cristãos. Esse afastamento dos princípios religiosos enfraquecia a espiritualidade, criando uma sociedade mais racional e menos conectada aos valores espirituais, o que, por sua vez, gerava uma crise moral, especialmente entre a elite. Ao se distanciar da religião, essa camada social se afastava também dos valores cristãos essenciais para a coesão moral da sociedade (Mesquida, 2001). No contexto das tensões entre o Estado republicano e a Igreja Católica, surgiu uma disputa pela tutela da sociedade. A Igreja, ao buscar inserir o ensino religioso nas escolas públicas, defendia uma educação que, para ela, era mais autêntica e sólida, visando formar intelectuais na elite capazes de influenciar as políticas do país. Enquanto isso, tratava a educação popular como uma missão religiosa, preocupada em assegurar a formação moral e espiritual da população.

### *3.1.1 Proclamação da República (1889) e suas implicações para a educação*

A Proclamação da República, em 1889, inaugurou uma nova fase na história do Brasil, com implicações diretas para o sistema educacional. Durante o Império, a educação era centralizada e amplamente controlada pela Igreja Católica, o que limitava o acesso ao ensino para as massas e tornava a formação educacional um privilégio das elites. No entanto, a República trouxe consigo a promessa de uma educação mais democrática, inspirada pelos ideais republicanos de liberdade, igualdade e laicidade. A Constituição de 1891 foi um marco importante, estabelecendo a separação entre Igreja e Estado e criando as bases para um sistema educacional que não estivesse atrelado aos interesses religiosos, o que impactou diretamente as práticas educacionais do país (Freitas, 2014). De acordo com Mormul e Machado (2011), as ideias de uma educação laica já circulavam no final do Império, com pensadores como Rui Barbosa defendendo a secularização do ensino, alinhando-se ao modelo dos Estados Unidos, onde o ensino público era desvinculado da religião.

Antes da Proclamação, a educação no Brasil era vista como um privilégio de poucos. No entanto, com a ascensão da República, passou-se a entender a educação como um direito de todos os cidadãos, e o Estado assumiu a responsabilidade de fornecer esse direito, embora, como aponta Figueiredo (2011), a transição não tenha sido imediata. A falta de infraestrutura, a resistência de setores conservadores, especialmente da Igreja Católica, e as limitações econômicas foram desafios significativos para a implementação de um sistema educacional acessível a todos (Peres, 2005). A Lei de 15 de outubro de 1827, uma das primeiras tentativas de organizar a educação no Brasil, estabeleceu a obrigatoriedade das escolas de primeiras letras, mas sua implementação foi dificultada pela falta de recursos e pela forte resistência das autoridades locais e religiosas (Silva; Souza, 2011).

Durante o período imperial, a educação era fragmentada, com algumas regiões recebendo mais atenção que outras. O sistema educacional, apesar de algumas reformas, ainda era voltado para a formação de uma elite política e intelectual, enquanto a ampla maioria da população, em grande parte, permanecia fora do sistema educacional. O Ato Adicional de 1834, que descentralizou a administração da educação para as províncias, não conseguiu superar a desigualdade de acesso à educação nas diversas regiões do país (Peres, 2005). As reformas de Leôncio de Carvalho, em 1878 e 1879, tentaram modernizar o ensino, mas a resistência das elites e a continuidade do controle eclesiástico dificultaram a expansão de um ensino mais acessível e democrático.

No final do século XIX, as ideias de Rui Barbosa começaram a ganhar força. Barbosa, defensor do ensino laico, acreditava que a educação deveria ser um instrumento de progresso social e nacional, desvinculado da Igreja (Mormul; Machado, 2011). Em seu parecer de 1883, ele propôs a criação de um sistema educacional gratuito, laico e obrigatório para todos os cidadãos, inspirado em modelos educacionais progressistas, como o dos Estados Unidos. Segundo Mormul e Machado (2011), Barbosa via a educação como um direito universal, fundamental para a construção de uma nação moderna e democrática. Essas ideias reformistas se tornaram uma das bases da educação republicana, sendo um ponto de inflexão para a construção do sistema educacional brasileiro que, com a República, se tornaria mais inclusivo.

A Proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891 deram base legal para mudar o sistema educacional brasileiro, alinhando-o aos ideais republicanos de liberdade, igualdade e laicidade, como defendido por Rui Barbosa. As reformas educacionais defendidas por Barbosa ganharam força com o novo governo, que almejava

criar um sistema educacional mais inclusivo e acessível a todos, focando na educação primária gratuita e obrigatória. De acordo com Silva (2017), as reformas republicanas representaram um avanço importante na democratização da educação, mas sua concretização foi um processo gradual e repleto de desafios. Assim, as primeiras reformas educacionais republicanas representaram um passo importante para a criação de um sistema educacional mais democrático e alinhado aos princípios republicanos, mas sua efetivação foi dificultada (Silva; Souza, 2011).

### *3.1.2 As Reformas Educacionais (1890 - 1927)*

As reformas educacionais no Brasil, impulsionadas pela Proclamação da República, refletem as profundas transformações que o país passava no final do século XIX e início do século XX. A Reforma Benjamin Constant, implementada em 1890, é um exemplo dessas mudanças. Essa reforma, que procurou substituir o currículo acadêmico tradicional por um currículo mais enciclopédico, teve como objetivo modernizar o sistema educacional brasileiro, alinhando-o a ideias positivistas. O modelo educacional proposto por Benjamin Constant enfatizava o ensino científico e prático, ao invés das disciplinas humanistas predominantes até então, o que mostrava a influência do positivismo na educação brasileira (Cunha, 2007). A reforma, que buscava promover uma educação mais inclusiva e implementar um sistema graduado, encontrou dificuldades para se concretizar:

> Benjamin Constant tinha os seguintes objetivos: a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico (com a inclusão de disciplinas científicas); o ensino seriado; maior organicidade do sistema em todos os níveis de ensino; e, por fim, a criação do Pedagogium, centro de aperfeiçoamento do magistério. (Oliveira, 2004, p. 949-950).

O modelo de ensino, extremamente ambicioso e complexo, acabou sendo mal adaptado às capacidades dos alunos e às condições materiais das escolas, resultando em resistência tanto por parte dos professores quanto dos estudantes (Silva, 1994).

A Reforma Benjamin Constant também quis tornar o ensino secundário no Brasil mais uniforme, criando um sistema seriado e exames de madureza, que eram provas para certificar a conclusão do ensino secundário e permitir que os diplomas das escolas provinciais fossem reconhecidos, assim como o do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. De acordo com Cunha (2007), essa reforma teve um grande impacto na estrutura do

ensino secundário, mas não conseguiu superar as desigualdades regionais no acesso à educação de qualidade. Embora o Decreto nº 981 de 1890 tenha sido um marco na tentativa de uniformizar a educação, o ensino nas províncias continuava a ser desigual, com algumas regiões enfrentando dificuldades. Além disso, a resistência das elites e a falta de recursos financeiros prejudicaram a expansão e a efetividade do ensino secundário e superior em todo o território nacional (Reis Filho, 1981).

Após a Reforma Benjamin Constant, outras reformas educacionais apareceram, como a de Epitácio Pessoa, em 1901. Essa reforma teve como foco o ensino secundário, buscando consolidar o modelo de ensino iniciado por Benjamin Constant, e, conforme destacam Silva e Souza (2011), propôs a equiparação dos colégios estaduais ao Colégio Pedro II, estabelecendo-o como referência para as demais instituições de ensino do país. A principal mudança trazida pela mencionada reforma foi a uniformização do ensino secundário, com a criação de um sistema de fiscalização federal (Silva, 1994). Esse movimento tinha o objetivo de padronizar o ensino secundário, garantindo que todos os estudantes do ensino médio tivessem uma formação mais igual e de qualidade, independentemente da região onde morassem.

Além disso, a reforma de Epitácio Pessoa reduziu a carga horária do ensino secundário, diminuindo de sete para seis anos, para torná-lo mais acessível e adeq uado às necessidades do país, que ainda era predominantemente rural. Segundo Cunha (2007), a proposta de redução da carga horária foi uma forma de facilitar o acesso ao ensino secundário, mas, ao mesmo tempo, acabou deixando de lado a verticalização dos conteúdos, o que resultou em um currículo mais restrito. As críticas à reforma surgiram porque ela deu mais foco na preparação para o ensino superior, em vez de um currículo que atendesse melhor às necessidades da sociedade em mudança, com foco na educação para o trabalho e a vida pública (Nagle, 2009).

Essa reforma não conseguiu reverter a resistência ao ensino laico e gratuito em várias regiões do país. Como destacam Silva e Souza (2011), a resistência das elites locais, que ainda preferiam o ensino privado ou religioso, dificultou a universalização do ensino, especialmente nas áreas rurais e nas províncias mais pobres. Assim, a reforma, embora tenha estabelecido diretrizes importantes para a uniformização do ensino, não foi capaz de criar uma educação acessível a todos os cidadãos de maneira efetiva. Esse cenário de desafios no campo educacional levou à necessidade de novas reformas que buscassem resolver essas questões, a exemplo da Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911, que visava flexibilizar o sistema e dar mais liberdade ao ensino.

Feita no governo de Hermes da Fonseca, a Reforma Rivadávia Corrêa trouxe uma mudança importante no sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino superior e secundário. Essa reforma foi marcada pela descentralização do controle educacional e pela eliminação de regras anteriores, como a equiparação das escolas secundárias ao Colégio Pedro II, que havia sido estabelecida pela reforma de Epitácio Pessoa. Como observa Nagle (2009), a reforma aboliu o exame de madureza, que anteriormente validava o ensino secundário, e retirou a fiscalização direta do Estado sobre esses estabelecimentos. Em decorrência disso, o ensino se tornou mais livre, mas a falta de supervisão resultou em cursos de baixa qualidade e em uma desorganização generalizada no campo educacional. Embora tenha sido uma mudança bem-intencionada, ela acabou causando um caos no sistema educacional, com a criação de cursos mal estruturados e a ausência de uniformidade no país (Silva, 1994).

Essa reforma também teve implicações no ensino superior. A reforma permitiu que qualquer faculdade privada que seguisse o currículo das faculdades oficiais tivesse seus diplomas reconhecidos, o que aumentou o número de instituições de ensino superior no país. Segundo Cunha (2007), isso resultou em um aumento do número de bacharéis, mas também em um comprometimento da qualidade do ensino, já que muitas dessas novas instituições não tinham a estrutura necessária para formar profissionais qualificados. Além disso, a eliminação dos exames de madureza tornou o ensino superior mais acessível, mas não garantiu que todos os ingressantes estivessem preparados para as exigências da universidade. A ideia de que a liberdade educacional permitiria uma maior diversidade de instituições e cursos não se concretizou como esperado, pois o ensino superior continuava acessível apenas a uma pequena elite que podia arcar com os custos dessas instituições, além de, muitas vezes, não garantir uma formação de qualidade para todos os formandos (Cunha, 2007).

Logo depois, no ano de 1915, veio a Reforma Carlos Maximiliano, que pretendia restaurar o controle estatal sobre a educação e corrigir as falhas da reforma anterior. Sob a liderança de Carlos Maximiliano, um educador conhecido e influente no Brasil, a reforma teve como objetivo reintroduzir os exames preparatórios e valorizar o Colégio Pedro II como referência (Cunha, 2007). Segundo Cunha (2007), uma das principais mudanças da reforma foi a reinstalação dos exames de madureza. Além disso, a reforma buscou uniformizar a qualidade do ensino secundário, exigindo que as escolas estaduais seguissem o currículo do Colégio Pedro II, garantindo que os alunos tivessem acesso aos mesmos exames e diplomas reconhecidos nacionalmente (Cunha, 2007).

A reforma foi uma mudança importante nas políticas educacionais do Brasil, especialmente no controle do ensino federal. O Decreto nº 11.530, de março de 1915, teve como objetivo reorganizar o ensino secundário e superior, aumentando a centralização na administração e fiscalização das escolas, algo diferente da Reforma Rivadávia Corrêa de 1911, que descentralizou o ensino. Segundo Ferreira (2012), essa reforma buscava retomar o controle do governo, exigindo que as faculdades e escolas federais seguissem normas definidas pelo Ministério da Justiça. O principal objetivo era garantir um ensino mais uniforme e de qualidade, com destaque para o Colégio Pedro II, que deveria servir como modelo para outras instituições. Porém, as dificuldades financeiras e estruturais continuaram a atrapalhar a implementação plena da reforma, principalmente devido às desigualdades regionais no acesso à educação (Ferreira, 2012).

Além disso, a Reforma Carlos Maximiliano se distanciou da visão positivista de Rivadávia, adotando uma abordagem liberal sobre como organizar o ensino. Em vez de defender um "ensino livre", como nas reformas anteriores, a reforma de 1915 passou a exigir a frequência obrigatória nas escolas federais e a criação de exames de admissão para as faculdades, com o objetivo de garantir que os alunos realmente comprometidos tivessem acesso (Ferreira, 2012). Para Maximiliano, a exigência de frequência era fundamental para melhorar a qualidade do ensino, já que os alunos faltosos seriam afastados, permitindo que as vagas fossem preenchidas por estudantes mais comprometidos (Ferreira, 2012). A reforma também representou um aumento do controle do Estado sobre a educação, com o governo assumindo um papel mais forte na administração das escolas. Ferreira (2012) afirma que, apesar de tentar centralizar o poder educacional, a reforma não conseguiu resolver as desigualdades regionais e as condições locais do Brasil e a necessidade de um sistema ainda mais estruturado e eficiente levou à criação de novas reformas educacionais, como a Reforma João Luiz Alves, em 1925.

De acordo com Elomar Antônio Callegado Tambara (2009), essa reforma tentou aprimorar o que foi feito anteriormente e ampliar o acesso à educação em várias regiões, especialmente nas áreas mais distantes. A reforma também buscava integrar melhor o ensino primário, secundário e superior, criando um sistema mais coeso e organizado. A Reforma foi crucial para a ampliação e organização do ensino no Brasil. Ela criou o Departamento Nacional do Ensino, vinculado ao Ministério da Justiça, com a missão de supervisionar e promover o desenvolvimento educacional (Tambara, 2009).

Ainda segundo Tambara (2009), o principal objetivo da reforma era garantir a articulação entre os diferentes níveis de ensino, com uma fiscalização mais eficaz, além

de ampliar o ensino primário nas regiões mais carentes, com a colaboração dos Estados e da União. A nova estrutura administrativa visava dar mais autonomia às escolas e universidades, mas sempre com o acompanhamento e controle do governo central. A reforma também buscava centralizar a gestão educacional e criar um órgão com mais poder para implementar mudanças no sistema educacional (Tambara, 2009). Além disso, de acordo com o autor, a Lei Rocha Vaz também criou o Conselho Nacional do Ensino, que ficaria responsável por discutir e propor mudanças nas políticas educacionais, revisando programas e avaliando as condições das escolas e universidades no Brasil (Tambara, 2009). Como aponta Tambara (2009), a reforma não só regulou as práticas educacionais, mas também redefiniu as funções dos institutos e universidades, criando normas mais uniformes para o ensino secundário e superior e buscando maior equidade na educação no país.

A Reforma João Luiz Alves (Lei Rocha Vaz) teve um impacto importante na reorganização do sistema educacional brasileiro, mas sua implementação não foi totalmente bem-sucedida. A reforma criou uma estrutura administrativa centralizada e buscou expandir e regularizar o ensino, mas encontrou dificuldades para ser eficaz nas regiões mais distantes e carentes do Brasil. A dependência de acordos entre a União e os Estados, como a criação de escolas subvencionadas, foi uma solução parcial diante das grandes desigualdades educacionais (Tambara, 2009). De acordo com o autor, embora tenha criado órgãos como o Departamento Nacional do Ensino e o Conselho Nacional do Ensino, a reforma enfrentou limitações de recursos e infraestrutura, o que dificultou a democratização do ensino e a melhoria real da educação. Diante dessas dificuldades, dois anos depois, em 1927, surgiu uma nova tentativa de reforma com a Reforma Francisco Campos / Mário Casassanta.

A Reforma Francisco Campos-Mário Casassanta de 1927 foi uma mudança importante na educação de Minas Gerais, focada na formação de professores e na adoção de novos métodos pedagógicos da Escola Nova. A reforma tentava modernizar o ensino, incorporando diferentes conhecimentos científicos, como a Psicologia, para melhorar as práticas pedagógicas. De acordo com Azevedo *et al*. (2021), essa reforma foi parte de um movimento global de renovação educacional, que se espalhou no início do século XX, com o uso de práticas pedagógicas baseadas na experimentação e na Psicologia educacional. Um dos principais avanços dessa reforma foi a criação de laboratórios de Psicologia nas Escolas Normais, na tentativa de dar uma base científica à formação dos professores, os ajudando a entender o desenvolvimento infantil.

Além de investir na formação científica dos professores, a reforma incentivou a adoção de livros de Psicologia, que eram vistos como ferramentas importantes para o aperfeiçoamento dos professores. Silva Lança (2017) destaca que livros sobre desenvolvimento infantil faziam parte de uma estratégia maior para modernizar o ensino, aplicando métodos científicos como testes psicológicos e pedagogia experimental. Esses recursos eram vistos como essenciais para uma educação mais eficaz e centrada no aluno. Contudo, a reforma enfrentou muitos desafios durante sua implementação. A resistência em algumas regiões de Minas Gerais e as desigualdades regionais dificultaram a aplicação das mudanças. Como aponta Azevedo *et al*. (2021), a reforma encontrou obstáculos práticos, como a falta de recursos e a infraestrutura inadequada nas escolas rurais. Embora a reforma tenha sido bem-sucedida em algumas regiões, ela não conseguiu alcançar todas as áreas do estado de forma igual. Silva Lança (2017) também observa que, embora os livros de Psicologia fossem importantes para a formação dos professores, eles não foram suficientes para superar todos os problemas educacionais e garantir que as práticas inovadoras da reforma se espalhassem por todo o estado.

Ainda assim, a reforma de 1927 foi um passo importante para melhorar a educação em Minas Gerais, e a Psicologia educacional se tornou uma parte central na formação dos professores. Como afirma Silva Lança (2017), ao integrar a Psicologia ao currículo, a reforma não apenas buscava melhorar o ensino, mas também criar um novo tipo de educador, mais preparado para aplicar os conhecimentos modernos da época. Embora incompleta, a reforma de Francisco Campos foi um ponto de partida para outras reformas que ajudaram a moldar o sistema educacional brasileiro.

Em síntese, as reformas educacionais no Brasil, que começaram com a Proclamação da República e continuaram ao longo do início do século XX, refletiram tentativas de modernizar o sistema educacional brasileiro de acordo com a nova mentalidade que surgia com a recém república. Reformas como as de Benjamin Constant, Epitácio Pessoa, Rivadávia Corrêa, Carlos Maximiliano, João Luiz Alves e Francisco Campos procuraram combater as desigualdades na educação e melhorar a formação dos professores, incorporando novas metodologias pedagógicas e conhecimentos científicos. No entanto, conforme demonstrado, essas reformas enfrentaram obstáculos, como a resistência das elites locais, as desigualdades regionais e a falta de recursos, o que dificultou a implementação dessas mudanças em várias regiões do país. Essas reformas foram fundamentais para a construção de um sistema educacional mais moderno e

científico, preparando o terreno para as reformas que viriam a seguir e continuariam a moldar a educação brasileira no século XX.

### *3.1.3 Tensões entre a educação laica e a educação religiosa*

Alguns historiadores apontam as Reformas Protestantes do século XVI como uma força motriz da educação pública no continente europeu, mais precisamente na Europa Ocidental. Ferreira da Silva Júnior (2023) destaca que a Reforma Protestante teve um impacto significativo na educação, sendo um dos principais fatores para a ascensão de uma cultura letrada na Europa, especialmente após a invenção da imprensa por Gutenberg. Os reformadores protestantes promoveram a alfabetização alegando que todos precisavam ler a Bíblia. a Reforma do século XVI estabeleceu uma nova relação espiritual com Deus, mediada pela leitura e compreensão das Escrituras Sagradas, que passaram a ser vistas como a única fonte legítima de fé e prática dentro da perspectiva protestante (Júnior, 2023). Por considerarem a Bíblia essencial no ensino de questões doutrinárias, líderes religiosos pediram a construção de escolas e a tradução da Bíblia.

Enquanto os impactos das Reformas Protestantes ajudaram a moldar a educação pública na Europa, o processo de modernização europeu e suas consequências também influenciaram o desenvolvimento educacional no Brasil, onde a educação católica durante o período colonial ainda refletia a herança a tradição eclesiástica. Assim, enquanto a Europa vivia os impactos das Reformas Protestantes, o Brasil adotou um modelo educacional jesuíta. O contexto da colônia brasileira em conjunto com a ausência do protestantismo no local favoreceu a implementação de um modelo de educação jesuíta que, de acordo com Albuquerque (1993), remete à Idade Média com o autoritarismo e a rigidez da ordem imposta, o que contrasta com o homem do iluminismo latente na época. Apesar disso, o autor cita Albuquerque (1993) para demonstrar os resultados positivos do projeto de educação jesuíta:

> [...] a transmissão de uma educação homogênea — mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, mesmo ideal de 'homem culto', ou seja, letrado e erudito — plasmando, de norte a sul, uma identidade cultural; a catequese como processo de aculturação, embora destrutiva, de filhos de colonos e órfãos, trazidos de Portugal, com meninos índios e mestiços, elidindo a distinção de raças e dissolvendo costumes não europeus; a contraposição da escola e da Igreja à autoridade patriarcal da casa-grande (Albuquerque, 1993, p. 18 *apud* Oliveira, 2004, p. 946)

Os jesuítas possuíam um caráter educacional fundamentado nos princípios da teologia cristã, na disseminação do ministério de Jesus Cristo e no cumprimento do mandamento que ordena aos seus Apóstolos: propagarem o Evangelho pelo mundo.

Pode-se considerar o papel autoritário dos jesuítas, uma vez que o grupo adotou uma política etnocida, que prejudicou a cultura de muitos povos indígenas ao impor uma visão eurocêntrica, onde somente sua própria forma de enxergar o mundo e a cosmologia era aceita. Esse modelo educacional, apesar de ter aspectos positivos, refletia também uma tentativa de controle cultural e social. Além da catequese, os jesuítas usavam estratégias como festas e teatralizações para reforçar e consolidar a ordem que tentavam impor. A prática de reunir os povos indígenas em aldeamentos parece ter sido uma forma de facilitar o ensino da cultura europeia e a imposição dos valores da sociedade colonizadora. Em 1759, a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil, extinguindo o principal sistema educacional que existia na colônia. Após a expulsão, passaram-se treze anos até que o governo tomasse providências para trazer novos educadores e reorganizar o sistema de ensino.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o Marquês de Pombal iniciou uma série de reformas com o objetivo de reorganizar o sistema educacional no Brasil. A partir desse momento, o Estado buscou substituir o modelo pedagógico jesuíta por um ensino mais alinhado aos interesses comerciais e políticos da metrópole, com a implantação das Aulas Régias e a introdução de um ensino laico e público, desvinculado dos aspectos religiosos (Melo, 2012). Segundo Josimeire Medeiros Silveira de Melo (2012), o objetivo principal das reformas pombalinas era o estabelecimento de um sistema educacional acessível a todos, voltado para a formação de um cidadão útil ao Estado e à economia. Apesar das tentativas de tornar o ensino laico e público, essas ideias não foram totalmente alcançadas, devido à grande influência religiosa que ainda existia, especialmente pelas instituições católicas e pela resistência de grupos locais. Dessa forma, embora as reformas tivessem o objetivo de modernizar a educação, as mudanças não aconteceram, já que houve dificuldades tanto na adaptação dos professores quanto na implementação do novo modelo de ensino.

Durante o Império, a Igreja Católica manteve uma forte influência sobre a educação, controlando muitas das instituições de ensino. O governo imperial não priorizava a educação, preferindo investir em questões políticas e econômicas, e a Igreja continuava sendo a principal responsável pela formação educacional, especialmente nas escolas e colégios católicos (Melo, 2012). A educação era um privilégio de uma parte da

população, a elite. Como afirma Melo (2012, p. 34), "o Brasil tinha nesta época uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias". Além disso, o ensino apresentava características regionalistas e faltava material didático-pedagógico. Os professores, por sua vez, enfrentavam dificuldades, como a falta de condições para se dedicar integralmente ao magistério, sendo forçados a buscar outras fontes de renda (Melo, 2012).

A forte presença da Igreja no sistema educacional e a resistência a um modelo laico e público de ensino foram fatores que dificultaram a modernização da educação, como destacado por Melo (2012), que aponta que a educação no Império continuou a ser influenciada pela Igreja, que resistia a mudanças mais profundas no sistema educacional. Ao contrário do que ocorreu na Europa, onde a Reforma Protestante, como já mencionado, favoreceu a leitura da Bíblia e a criação de escolas públicas para garantir a alfabetização religiosa, no Brasil imperial o Estado não incentivou a expansão do ensino primário para a população geral. Como afirmado por Cunha (2017), a religião Católica Apostólica Romana era a religião do Estado, a única mantida por ele. Enquanto as elites brasileiras tinham acesso a escolas particulares, a educação pública era limitada, sem grande alcance, o que refletia a falta de interesse do Estado em promover um sistema educacional amplo e acessível (Cunha, 2017).

Com o golpe republicano de 1889 e a promulgação da Constituição de 1891, a República dos Estados Unidos do Brasil deixou de ser oficialmente um país católico. A ideia de um Estado laico no Brasil foi defendida por quatro grupos principais: liberais, maçons, protestantes e positivistas. Esses grupos se uniram para separar a Igreja Católica do Estado, querendo substituir o sistema confessional pela laicidade e tornando essa ideia uma força política (Cunha, 2017). Segundo Cunha (2017), a separação entre Igreja e Estado não era necessariamente contra o Catolicismo. Protestantes e positivistas tinham motivos doutrinários para se opor à Igreja, mas liberais e maçons não tinham essa razão. Como afirma Cunha (2017), foi o Cristianismo, com a fórmula “a Deus o que é de Deus, a César o que é de César”, que estabeleceu a distinção entre o Estado e a religião. Essa distinção, esteve presente na teoria da República Brasileira. Essa separação entre Igreja e Estado provocou uma série de transformações, incluindo a transferência das instituições públicas de ensino para a administração do governo.

No início da República, a Igreja Católica se mobilizou para enfrentar os desafios trazidos pela separação entre Igreja e Estado. Como aponta Cunha:

> [...] a Igreja mobilizou congregações religiosas para atuar diretamente na educação. As congregações tinham como foco criar escolas católicas que suprissem a ausência do Ensino Religioso nas escolas públicas, uma estratégia essencial para preservar a formação moral e religiosa da juventude (Cunha, 2017, p. 506).

Além disso, Cunha (2017) aponta que, em resposta à exclusão do Ensino Religioso das escolas públicas, a Igreja Católica iniciou uma resistência ativa, promovendo a formação de professores e a criação de material didático. Estas escolas ofereciam educação formal e buscavam moldar os valores morais e espirituais das novas gerações. Muitas dessas instituições eram voltadas às elites, com o objetivo de formar lideranças que pudessem influenciar setores estratégicos da sociedade. Dessa forma, a Igreja Católica conseguiu consolidar espaço na educação brasileira, utilizando suas instituições para preservar seus valores e manter sua influência na sociedade (Cunha, 2017).

Essa resistência da Igreja Católica se deu em um contexto de tensão em relação à laicidade do Estado republicano, já que a separação entre Igreja e Estado gerou debates intensos sobre o papel da religião nas escolas públicas. Como observou Cunha (2017), com a separação formal entre Igreja e Estado, o ensino nas escolas públicas passou a ser "leigo", ou seja, sem a presença do Ensino Religioso nas grades curriculares. No entanto a Igreja Católica tentou reinterpretar esse contexto, insistindo na troca de "ensino leigo" por "ensino livre", argumentando que todo educador passa suas crenças religiosas através de sua prática pedagógica e tem religião (Cunha, 2017). De acordo com essa ideia, a religião do professor estaria presente em suas aulas, ou seja, seria impossível separar aspecto moral e religioso do ensino. Assim, os católicos queriam que as escolas públicas fossem mais flexíveis em relação à religião, mas os positivistas defendiam a laicidade. Eles acreditavam que acabar com o Ensino Religioso nas escolas ajudaria a evitar discriminação e criar um ambiente mais igual entre os alunos de diferentes religiões (Cunha, 2017, p. 386).

Essa discussão sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas mostra como o processo de secularização da educação era complicado. Mesmo com a separação oficial entre Igreja e Estado, ainda havia conflitos. Em vez de usar o sistema público de ensino, a Igreja Católica poderia seguir o exemplo das Igrejas Protestantes, oferecendo o Ensino Religioso em escolas dominicais aos domingos. Isso permitia que a educação religiosa continuasse sem a intervenção do Estado, mantendo o caráter voluntário (Cunha, 2017). No entanto a Igreja Católica não queria perder esse espaço educacional, que era importante tanto para a formação religiosa quanto para manter sua influência na

sociedade. A Igreja queria continuar controlando os valores que transmitia e não queria deixar de ter a chance de moldar a moralidade e a identidade social segundo sua doutrina. Assim, fica claro que a laicidade do Estado republicano não foi algo resolvido logo no início, mas um processo que aconteceu aos poucos, com muitos debates sobre o papel da religião na educação, mostrando que a laicidade ainda estava sendo construída e não era um princípio definitivo (Cunha, 2017).

### *3.1.4 O Vale do Mucuri e o periódico A Família*

O Vale do Mucuri, Minas Gerais, foi habitado por povos indígenas, que tinham uma cultura forte e baseada na relação com a natureza. Antes da chegada dos colonizadores, a região era dominada por grupos indígenas, conhecidos por sua resistência e pelas práticas culturais profundamente enraizadas em suas tradições. Esses povos, que habitavam as matas densas e as margens dos rios Mucuri e seus afluentes, praticavam uma economia baseada na caça, pesca e coleta de frutos do território (Mattos, 2004). Seu modo de vida era caracterizado pela mobilidade e pela organização em pequenas tribos nômades, cujas interações com a natureza eram guiadas por uma cosmologia própria, em que a espiritualidade estava profundamente conectada aos elementos da terra, como as matas, os rios e os animais (Moraes, 2018).

Com a chegada dos portugueses no século XVI, a região começou a ser ocupada pelos portugueses. Nos séculos XVII e XVIII, exploradores e bandeirantes invadiram o território, gerando conflitos e expulsando os indígenas. Mesmo assim, o Vale permaneceu isolado por algum tempo, já que estava longe dos centros de mineração. Esse isolamento garantiu a preservação de alguns aspectos da paisagem natural e da cultura indígena por mais tempo do que em outras áreas de Minas Gerais. Foi apenas com o avanço da agricultura, especialmente do café, que a ocupação do Vale do Mucuri ganhou força, consolidando a região como um ponto estratégico no cenário nacional (Achtschin, 2018). Segundo Moraes (2018), esse processo representou uma transição importante na economia regional, que passou a se basear em atividades agrícolas. Além disso, conforme destacado por Achtschin (2018), a expansão da agricultura foi impulsionada pela construção de estradas e pela chegada de imigrantes europeus, atraídos pelas promessas de terras férteis e novas oportunidades.

Essa integração entre economia e infraestrutura foi diretamente favorecida pela geografia do Vale do Mucuri. O Rio Mucuri, principal curso d'água da região,

desempenhou um papel fundamental no transporte de pessoas e produtos, enquanto a abundância de recursos naturais, como madeira e ervas medicinais, atraiu colonos e exploradores (Ribeiro, 2013). O solo fértil e o clima favorável também contribuíram para o crescimento da agricultura, consolidando o café como a principal atividade econômica. Contudo, o avanço agrícola alterou drasticamente a paisagem, substituindo as florestas nativas por plantações e pastagens. Além disso, a expansão trouxe tensões sociais, pois as terras indígenas foram invadidas e os povos originários enfrentaram uma crescente pressão territorial (Santos 2020).

O desenvolvimento da agricultura no Vale do Mucuri não apenas transformou a economia local, mas também influenciou a sua organização social e conexão com o restante do país. Segundo Achtschin (2018), a construção de infraestrutura, como a Estrada Santa Clara, desempenhou um papel essencial na integração regional, ligando o Vale aos grandes mercados consumidores e portos de exportação, ainda que essas vias fossem frequentemente precárias e insuficientes para atender às crescentes demandas do setor agrícola. Ribeiro (2013) destaca que o aumento da produção de café atraiu grandes proprietários de terras, especialmente do Vale do Jequitinhonha e do norte de Minas Gerais, reforçando a concentração fundiária e a desigualdade social. Além disso, conforme apontado por Santos (2020), a transformação das paisagens nativas em lavouras monocultoras não apenas reduziu significativamente a biodiversidade local, mas também agravou os conflitos territoriais com as populações indígenas.

Esses conflitos, conforme Moraes (2018), foram exacerbados pela pressão econômica exercida pelos grandes fazendeiros sobre pequenos posseiros e povos indígenas, que enfrentavam a perda de suas terras para a expansão das plantações de café. Achtschin (2018) argumenta que a modernização econômica do Vale do Mucuri estava atrelada ao aumento do poder político e econômico das elites locais, enquanto a maior parte da população trabalhadora, incluindo indígenas e agregados, permanecia em condições de exploração e vulnerabilidade. A monocultura do café, embora lucrativa, consolidou um modelo de desenvolvimento que reforçava as desigualdades sociais e criava uma estrutura de trabalho hierarquizada, com os grandes proprietários mantendo o controle sobre a força de trabalho local (Ribeiro, 2013).

Além das questões sociais, a expansão agrícola no Vale do Mucuri também teve impactos ambientais. A derrubada de florestas para dar lugar às lavouras de café e pastagens não apenas reduziu a biodiversidade da região, mas também comprometeu os recursos hídricos, uma vez que os rios e nascentes passaram a sofrer com o assoreamento

causado pelo desmatamento intensivo (Ottoni, 2002). Conforme aponta Santos (2020), essas mudanças ambientais alteraram profundamente a dinâmica ecológica do Vale, dificultando a subsistência de comunidades indígenas que dependiam da caça e coleta para sobreviver. A introdução de práticas agrícolas voltadas exclusivamente para a exportação, como destaca Ribeiro (2013), refletiu a falta de políticas voltadas para um uso sustentável dos recursos, priorizando o lucro imediato em detrimento da preservação ambiental. Essas transformações comprometeram o equilíbrio ecológico local e intensificaram os conflitos pela terra, à medida que as áreas agrícolas avançavam sobre territórios tradicionalmente ocupados por indígenas e pequenos agricultores.

A dinâmica econômica e social do Vale do Mucuri foi também influenciada pela chegada de imigrantes europeus, que introduziram novas práticas agrícolas e contribuíram para a diversificação das culturas na região. Achtschin (2018) afirma que esses imigrantes, principalmente alemães e italianos, reforçaram a força de trabalho disponível e desempenharam um papel importante na introdução de técnicas de cultivo. Moraes (2018) destaca que, embora muitos tivessem sido atraídos pelas promessas de terras férteis, enfrentaram desafios como a precariedade das infraestruturas. Enquanto alguns imigrantes conseguiram ascender socialmente, outros se viram presos em relações de dependência com os grandes proprietários locais, continuando com dinâmicas de exploração já existentes. A integração dos imigrantes europeus com os habitantes do Vale do Mucuri intensificou as disputas por terras, agravando o deslocamento das comunidades indígenas e aprofundando as desigualdades sociais (Santos, 2020). Esse processo não se limitou aos conflitos territoriais, mas também se refletiu em tensões culturais e religiosas.

Muitos imigrantes, especialmente alemães e suíços, trouxeram consigo práticas protestantes que contrastavam com a predominância do catolicismo na região (Achtschin, 2018). Segundo Ribeiro (2013), a chegada de comunidades protestantes introduziu novos valores, como a ênfase na leitura da Bíblia e no trabalho comunitário. Essa disputa por influência religiosa também se manifestou na educação. Segundo Bairon (1993), comunidades protestantes estabeleceram escolas em algumas áreas do Vale, promovendo uma educação baseada em valores como disciplina, alfabetização e leitura da Bíblia. Essas escolas não apenas atendiam aos filhos dos imigrantes protestantes, mas também atraíam outras crianças, o que ampliava sua influência social. Por outro lado, a Igreja Católica intensificou seus esforços na criação de escolas paroquiais e catequeses para garantir a manutenção de sua hegemonia religiosa, muitas vezes financiadas por grandes proprietários de terra que apoiavam o catolicismo (Achtschin, 2018).

Essa competição educacional refletia a busca por controle social no Vale, já que tanto protestantes quanto católicos enxergavam a educação como um meio de moldar as próximas gerações e consolidar sua presença na região (Santos, 2020). Além da competição educacional, a Igreja Católica também utilizou a imprensa como uma ferramenta estratégica para reforçar sua influência e combater o avanço de outras crenças na região. Nesse contexto, o periódico *A Família* emergiu como uma iniciativa central para consolidar os valores católicos e reafirmar a hegemonia da Igreja no Vale do Mucuri. O jornal abordava temas como a defesa da educação católica, a valorização dos sacramentos e a crítica a práticas consideradas incompatíveis com a fé católica. Essa estratégia da Igreja Católica demonstrava sua preocupação em moldar não apenas a esfera religiosa, mas também a vida cotidiana e os costumes da população local, utilizando o periódico como um veículo de formação e persuasão.

Fundado em 21 de março de 1912, o jornal *A Família* foi idealizado como uma resposta direta às críticas anticlericais e às sátiras à moral católica veiculadas por periódicos como *O Mucuri*. O jornal foi criado para uma periodicidade mensal, mas tornou-se um semanário, e tinha como intuito culminar com a sagração da Igreja da Imaculada Conceição que, desde 28 de agosto de 2012, é a catedral da cidade de Teófilo Otoni, pelo arcebispo D. Joaquim de Diamantina. Na primeira edição do jornal, encontramos:

> Sahiu o primeiro numero!
> Novo jornal: filho recém nascido da Rainha do Mundo.
> Novo jornal: ideas antigas, mas sempre novas, não obsoletas.
> Novo jornal: eis a sua glória: ramo novo de viçoso tronco, mil vezes secular.
> Confortado pela aprovação e bençao da autoridade diocesana é assim sumamente recomendável o novo jornal se apresenta esperançoso as familias e alista-se humildemente na grande fileira de diarios, jornaes, revistas, dirigidos por confrades brilhantes em valores jornalísticos querendo bater se por ideias sacrossantas consagrados pelos tempos idos como os mais adaptados a servir de base a família e a sociedade.
> Como será se o programa?
> Jesus Christo habite pela fé nos vossos corações.
> Eis o programa: eis o fim único fim a que se consagra a nossa modesta pena eis a ideia sublime que prevalecerá as questões que se tratarem pois Jesus Christo e de sua doutrina regeneradora e manda tudo o que social e individualmente possa tornar a sociedade feliz.
> Elle Jesus Christo é videira circular: nós vamos descer um ramo novo. E como os ramos por todas as veias aspiram a seiva que eles vêm do tronco a fim de conservar sua jovem vida assim a família para que ele venha a vida um desses estreitamente Jesus Christo inspirando-se pelo espírito de eterno chefe visando trabalhar para que ele o Christo do senhor seja mais amado glorificado para que dele vem as vossas famílias o reino da paz.
> Em outras palavras: a família jornal católico jornal religioso.
> Como tal se apresenta a família as vossas famílias.

> Nos seus artigos de fundo tratará não só de questões religiosas mas também de questões atuais percorrendo de todos os campos em que o leitor se possa nobilitar e engrandecer.
> Seus artigos não serão políticos impuramente religiosos mas sim de caráter de interesse geral.
> No seu noticiário dará um resumo do que se passa na vida dos povos tanto na vida de indivíduos com a sociedade.
> No seu registro religioso e civil publicará o que possa interessar.
> No seu folhetim e nos seus contos juntará o util ao agradavel, desejando deste modo oferecer semanalmente uma leitura variada moralizadora e civilizadora. (A FAMÍLIA, 1912, ed. 1, p. 1)

A criação do jornal surgiu de uma necessidade urgente da Igreja Católica de reafirmar sua influência no Vale do Mucuri, especialmente em um momento de crescimento de práticas religiosas divergentes, como o protestantismo. No entanto, a fundação do periódico enfrentou grandes desafios financeiros. A paróquia local estava endividada, e a construção da matriz inacabada consumia grande parte dos recursos disponíveis. Durante o Congresso Católico de Belo Horizonte, em 1911, o Bispo de Diamantina, sensível à urgência da situação, negociou o perdão de uma dívida de 4:000$000 (quatro mil contos de réis) da paróquia e buscou o apoio necessário para adquirir uma tipografia moderna no Rio de Janeiro.

O equipamento foi financiado com a ajuda dos frades franciscanos, que também desempenharam um papel ativo na montagem da gráfica em Teófilo Otoni. A primeira edição enfatizava: "Novo jornal: ideias antigas, mas sempre novas, não obsoletas. Novo jornal: eis a sua glória: ramo novo de viçoso tronco, mil vezes secular" (*A FAMÍLIA*, 1912, ed. 1, p. 1) Sob a direção de Frei Benvenuto Poell, um frade franciscano alemão conhecido por seu zelo religioso e talento jornalístico, *A Família* rapidamente se destacou como um importante veículo de comunicação na região. Instalado na esquina da matriz, o jornal começou a circular com conteúdo voltados para a defesa dos valores católicos, a promoção da moral cristã e a crítica às práticas consideradas incompatíveis com a fé. Frei Benvenuto não apenas liderou a produção editorial, mas também implementou inovações técnicas na gráfica, como o uso de apógrafos e a criação de ilustrações e mapas que enriqueceram significativamente o conteúdo publicado. Essas iniciativas tornaram o jornal uma referência, sendo amplamente lido em todo o norte e nordeste de Minas Gerais.

Além de abordar questões religiosas, o periódico atuava como uma voz ativa em debates sociais e políticos, reforçando o papel da Igreja na orientação moral da sociedade e na formação de opinião pública. Como o jornal enfatizava em sua missão: "Jesus Christo habite pela fé nos vossos corações. Eis o programa: eis o fim único fim a que se consagra a nossa modesta pena" (*A Família*, 1916, p. 1). Em um editorial comemorativo, destacou-

se: “Robustecer a fé no coração do povo christão fez a sua primeira aspiração [...] das normas estabelecidas não nos desviamos” (*A FAMÍLIA*, 1913, ed. 53, p. 1).

O impacto de *A Família* não se restringiu à esfera religiosa, mas também alcançou outras áreas importantes para o desenvolvimento regional. A produção cafeeira, destaque da economia local, foi frequentemente mencionada: “O café, como também o milho, arroz, feijão, prometem colheita tão grande que, se não vier pessoal de fora, talvez a metade se perca” (*A FAMÍLIA*, 1916, ed. 211, p. 1). A publicação também acompanhava os avanços da região, celebrando marcos como a iluminação elétrica e a inauguração de hospitais. Em 1922, por exemplo, o jornal noticiou: “Afinal, temos a luz! Custou, mas em compensação é muito boa” (*A FAMÍLIA*, 1922, ed. 490, p. 1). Sob a liderança de Frei Benvenuto, o jornal desempenhou um papel crucial na mobilização da sociedade em torno de causas importantes, como a proposta de Minas Gerais adquirir um porto marítimo em Caravelas, no sul da Bahia. A campanha, conduzida com entusiasmo pelo frade, ganhou apoio de outros jornais e mostrou como *A Família* transcendia os limites de um veículo religioso, atuando também como articulador de debates econômicos e políticos.

Com uma tipografia moderna, o jornal não só publicava edições semanais, mas também imprimia livros, revistas ilustradas e até materiais técnicos, ampliando sua influência cultural e social. Contudo, o crescente anticlericalismo e as tensões políticas da época apresentaram desafios significativos, culminando em confrontos que marcaram a história do periódico. Apesar das dificuldades, o jornal destacou-se como uma publicação consistente e de qualidade: “Robustecer a fé no coração do povo christão fez a sua primeira aspiração [...] das normas estabelecidas não nos desviamos” (*A Família*, 1913, p. 1). A linha editorial do periódico também refletia uma visão política conservadora e alinhada à doutrina católica. Em uma edição de 1915, reafirmava a importância da independência do Brasil, destacando que o país deveria manter-se livre de “atheismo, politicagem e outras influências avassaladoras” (A FAMÍLIA, 1915, ed. 159, p. 1). Essa postura demonstrava como o jornal buscava consolidar valores tradicionais em um momento de transformações sociais e culturais.

A morte de Frei Benvenuto em 1918 marcou o fim de uma era de liderança à frente do jornal *A Família*, mas não extinguiu o impacto de sua obra. Sua morte foi sentida como uma grande perda para a Igreja Católica e para a comunidade de Teófilo Otoni, que reconhecia nele um líder incansável na defesa dos valores cristãos e um comunicador brilhante. Mesmo após sua partida, o legado do periódico perdurou, agora sob a direção de outros membros da Igreja. *A Família* permaneceu como um veículo de resistência

católica e um marco na história da imprensa regional. Seu papel na formação da opinião pública, especialmente em um contexto de modernização e tensões sociais, reforçou a importância do jornal como um espaço de resistência cultural e religiosa em um período de grandes transformações no Brasil.

Sua trajetória abrangeu o período de 1912 até meados da década de 1930, entrelaçada às lutas políticas, à formação religiosa da comunidade e à troca de ideias de grande repercussão, sempre movida pela tipografia própria que, em suas idas e vindas, deixou contribuições inestimáveis à memória cultural e religiosa do lugar. Através de suas edições, o jornal consolidou sua presença não apenas como um meio de comunicação, mas como uma verdadeira ferramenta de evangelização para a sociedade do Vale do Mucuri. O legado de *A Família* permanece nos registros históricos, que ressaltam seus 25 anos de atuação dedicados à evangelização, à formação política e à difusão de ideias católicas em Minas Gerais e regiões vizinhas.

### *3.1.5 A Imprensa como Instrumento Educacional*

Os periódicos desempenharam papel importante nas primeiras décadas do século XX ao promover valores sociais e culturais na região do Vale do Mucuri. A transição do século XIX para o século XX foi marcada por grandes transformações, impulsionadas pelas mudanças vindas da modernidade. Esse processo de modernização não apenas reconfigurou as dinâmicas sociais, mas também fez com que as cidades se tornassem os centros das novas forças socioculturais e político-sociais (Berman, 2007). Ao mesmo tempo, surgiram intensas disputas sobre a ordem, as leis, a cultura e as ideologias dominantes. Neste contexto os periódicos agiram na educação informal da população, atuando como mediadores da cultura e veículos para a difusão de valores. A imprensa, por ser um meio de comunicação, se tornou um espaço formativo, onde ideias e práticas eram debatidas, contestadas e, frequentemente, estabelecidas como normas.

Por meio de suas colunas, os jornais desempenhavam um papel ativo na construção da moralidade pública e na promoção de ideais ligados à civilidade, ao comportamento adequado e ao progresso social (Habermas, 2006). No cenário das transformações sociais e culturais, os periódicos não eram apenas canais de informação, mas ferramentas poderosas para a construção da "modernidade" social, conforme Berman (2007) descreve. A modernidade, dividida entre a "modernização" da economia e política e o "modernismo" nas artes e cultura, era processada e disseminada através de meios

como os jornais. Com isso, a imprensa não só refletia as mudanças sociais, mas ajudava a formar uma sociedade que se adequasse a esses novos parâmetros.

Um exemplo dentro do periódico *A Família* pode ser encontrado em discussões sobre o tabagismo, um tema que gerava grande preocupação na sociedade. O jornal não apenas condenava o hábito, mas o fazia dentro de um contexto mais amplo de discussão sobre os padrões de comportamento civilizado e a saúde pública:

> [...] quem perambula pela nossa cidade, em todo e qualquer logar encontra grupos de pirralhos a tirarem insolentemente grossas baforadas de fumaça de seus cigarros, não os incommodando a presença de pessoas mais idosas e respeitaveis. Não vai muito longe o tempo em que os rapazes, mesmo attingida a maioridade, tinham como falta grave e grande desrespeito fumar deante dos pais. Muita gente por ahi entende que esse tempo era de carrancismo… (A FAMÍLIA, 1917, ed. 251, p. 1)

A crítica ao tabagismo não se limitava a um apelo moral contra o vício, mas envolvia uma reflexão sobre o impacto desse hábito na construção de uma sociedade mais "saudável" e "civilizada", conforme os padrões da modernidade que começavam a se consolidar. Ao se posicionar dessa forma, *A Família* não apenas procurava modificar comportamentos individuais, mas também colaborava na formação de uma identidade coletiva, alinhada com os ideais de progresso e educação que surgiam no contexto da urbanização e da modernização da sociedade brasileira.

Esse papel dos periódicos vai além da mera disseminação de normas comportamentais, ele está relacionado com a construção de uma nova identidade social. Ao propagar ideais sobre o comportamento adequado e o progresso social, os jornais ajudavam a consolidar a visão de uma sociedade “civilizada”, na qual a modernidade era vivenciada de acordo com a moralidade cristã. Nesse contexto, *A Família* frequentemente enfatizava a importância da religiosidade e da moral cristã para a prosperidade da nação. Em uma de suas edições, o periódico declara: "Como catholicos não podemos esquivar-nos ao dever de trabalhar pelo seu levantamento religioso... Que da presença de Deus e suas santas leis estejam empregnadas todas as nossas instituições" (A FAMÍLIA, 1915, ed. 196, p. 1). Esse chamado à ação reflete o papel formativo da imprensa e a forma como os jornais se viam como agentes da moralidade cristã, colaborando para a criação da ordem social que equilibrava o novo e o tradicional, o moderno e o moralmente correto dentro dos valores da Igreja Católica.

Essa visão reforça a ideia de que a religião era um pilar essencial para a construção de uma sociedade moderna, e que as instituições públicas deveriam refletir essa

moralidade cristã. O periódico propôs que “da presença de Deus e suas santas leis estejam impregnadas todas as nossas instituições, que o Governo, cuja auctoridade vem de Deus e por esta razão há de ser respeitada, reconheça ao Altíssimo como seu supremo Legislador” (A FAMÍLIA, 1915, p. 1). Dessa forma, a imprensa se tornava uma ferramenta para a criação de uma ordem social que equilibrava o novo e o tradicional, o moderno e o moralmente correto, mantendo os valores católicos enquanto promovia a adaptação a um mundo em transformação. A fé e os princípios religiosos, portanto, eram apresentados não como elementos distantes da modernidade, mas como os fundamentos necessários para que a República se tornasse “forte e gloriosa”.

Ao consolidar a visão de uma sociedade “civilizada” alinhada aos valores cristãos, *A Família* atuava na promoção de novos comportamentos e normas sociais e se inseria em um contexto de modernização e adaptação da sociedade brasileira às exigências do século XX. A modernização no Brasil, como aponta Lahuerta (1997), era um processo multifacetado, no qual a necessidade de transformação social convivia com a urgência de domesticar e adaptar esse impulso a uma ordem já existente, muitas vezes baseada em normas tradicionais e religiosas. Esse fenômeno é evidente no papel da imprensa, que, segundo Jardim e Brandão (2014), foi um marco de transição no Brasil, refletindo e contribuindo para a formação de uma nova sociedade. Nesse processo, *A Família* e outros periódicos não só relataram as mudanças, mas se tornaram poderosos agentes formadores de opinião, moldando os costumes e a moralidade local.

No caso específico do Vale do Mucuri, e mais especificamente em Teófilo Otoni, *A Família* demonstrou seu grande alcance e impacto. A relação do periódico com seus leitores revela seu papel como um instrumento de disseminação de valores sociais e culturais. Em seu segundo ano de circulação, o redator do jornal destacava o prazer de ser 'lida e procurada semanalmente por uns 5 a 6 mil leitores' (A FAMÍLIA, 1914, ed. 120, p. 1), um número significativo, embora seja importante considerar que tal estimativa foi fornecida pelo próprio editor, o que pode exigir cautela quanto à sua precisão. Esse dado ilustra, ainda assim, a influência de A Família na formação das ideias de uma comunidade em transformação. Assim, ao alcançar um público expressivo, o periódico se configurou como um elo entre a modernidade e os valores tradicionais, promovendo, ao mesmo tempo, adaptação e preservação de normas socioculturais, ligadas à moral cristã, que fundamentavam a visão de uma nação moderna.

A crescente disseminação de valores sociais e culturais promovida pelos periódicos, como *A Família*, ocorreu em um cenário no qual a Igreja Católica se

posicionava como uma instituição essencial para a orientação moral da sociedade brasileira. A Igreja, ao se colocar como "tutora da sociedade", buscava indicar os limites da modernidade em sua relação com a ordem social, como afirma Ribeiro (2009). Nesse contexto, o periódico católico revela um caráter conservador defendido pela Igreja, que, segundo Gramsci (2006, p. 198-199), caracteriza-se como "o jornal 'católico' (ou sobretudo 'escrito por católicos') é o que não contém nada contra a doutrina e a moral católicas, e segue e defende suas normas". Os defensores do conservadorismo, representados por esse tipo de imprensa, promovem a crença de que as tradições estabelecidas ao longo dos séculos são responsáveis pela estabilidade da sociedade. Em sua primeira edição, *A Família* já nos apresenta essa postura, ao afirmar: "ideias antigas, mas sempre novas…" (A FAMÍLIA, 1912, ed. 1, p. 1).

Esse posicionamento mostra o compromisso do periódico com a preservação dos valores tradicionais. Ao adotar essa postura, *A Família* refletia as ideias conservadoras da Igreja e agia como um agente na formação de uma sociedade alinhada com os princípios católicos. Esse compromisso com a tradição e com a moralidade cristã revela o caráter educativo do periódico, que, por meio de sua leitura, visava a construção de um comportamento alinhado aos valores da Igreja, funcionando como uma forma de educação informal.

A educação informal desempenha um papel importante nesse contexto, já que periódicos como *A Família* não apenas informam, mas também educam seus leitores de acordo com os ideais da Igreja Católica. A imprensa se torna uma ferramenta poderosa para espalhar ideologias, funcionando como um verdadeiro aparelho ideológico. Com a chegada da República, essa legitimação ideológica se estendeu para além das escolas, alcançando outros meios de comunicação, como os jornais. Cury (2001, p. 310) destaca que a República, como "ordem educadora", procurou reforçar valores por meio de "universos simbólicos", usando a imprensa como um canal rápido e confiável para disseminar ideologias. Dessa forma, a imprensa não se limita a informar, mas também forma e controla a sociedade.

Em uma sociedade com um sistema educacional ainda precário, a imprensa preencheu uma lacuna importante, funcionando como uma educação alternativa. Como apontam Zanlorenzi e Nascimento (2013), os jornais se tornaram uma forma de comunicação eficaz e acessível, especialmente no final do século XIX e início do século XX, quando o Brasil carecia de um sistema escolar eficiente. Mesmo com uma baixa taxa de alfabetização, a cultura oral teve um papel crucial na disseminação das ideias dos

jornais. A informação alcançava um público maior, sendo transmitida por meio de conversas informais, mas com grande poder de legitimação (Zanlorenzi; Nascimento, 2013).

Apesar de muitas vezes ter seu foco em uma elite letrada, a imprensa possuía uma função educativa que ultrapassava as barreiras da alfabetização formal. Como afirma Zanlorenzi e Nascimento (2013), os jornais e revistas, ao serem lidos ou discutidos, atingiam não apenas os leitores diretos, mas também as pessoas que, por meio da oralidade, tomavam conhecimento do conteúdo veiculado. Dessa forma, mesmo os cidadãos que não tinham acesso direto à leitura dos periódicos, mas que participavam das conversas informais sobre os temas discutidos neles, também estavam sendo educados e influenciados pela ideologia presente no jornal. Esse processo de disseminação aumentava o impacto dos periódicos como agentes formadores de opinião.

A Igreja Católica passou a perceber a importância da imprensa para manter seus fiéis. Com a presença crescente dos jornais na sociedade, especialmente entre as elites letradas, ela começou a ver a imprensa não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas também como um espaço para defender suas ideias. Segundo Amaral (2011), os jornais se tornaram “armas” importantes para defesa da fé e da moral católicas. A escrita, que antes servia apenas para registrar doutrinas, passou a ser usada como uma ferramenta para combater ideologias como o positivismo e o liberalismo, que estavam ganhando força (Amaral, 2011). Assim, a Igreja se empenhou em garantir sua presença na imprensa, usando os jornais para fortalecer suas ideias. A partir desse momento, ela não apenas se adaptou à imprensa, mas começou a usá-la de forma estratégica, publicando matérias que reforçassem sua imagem e os princípios da moral cristã. Amaral (2011) aponta que a Igreja passou a ver tanto os clérigos quanto os leigos como aliados essenciais para sua atuação na imprensa.

Ao invés de resistir ao crescimento da imprensa, a Igreja percebeu nela uma aliada importante para disseminar seus valores e desafiar a secularização promovida pela República. Nesse cenário, Jornais como *A Família* passaram a ser usados para defender a fé católica. Na edição de 6 de junho de 1914, por exemplo, a Igreja usou a palavra escrita para discutir questões de moralidade, a importância da fé e os cuidados com a família, sempre dentro da sua ótica ~~cristã~~. Através de artigos e poesias, como o texto *"Ao Ateu"*, a Igreja se posicionava contra o materialismo e as ideias ateias, buscando reafirmar a ideia de que o cristianismo era essencial para a moralidade e o bom funcionamento da sociedade. O poema é um exemplo claro desse posicionamento, com versos como:

Alma brumosa, fria, enregelada
Onde não paira um riso de bonança,
Onde brota a flor de uma esperança,
Onde não brilha a luz de uma alvorada,
Suspende os olhos para o céu extenso,
Olha p'ra o sol p'ra lua p'ra as estrellas,
Contempla atentta suas luzes bellas,
Baixa depois à vista ao mar imenso:
Diz-me então: não vês nesses primores
De Deus a imagem magestosa e pura,
Sorrindo meiga, a pobre creatura?
Vives em noite cheia de negrores,
Noite medonha, tetrica, obscura
Em que o crime aos pés calca ventura. (A FAMÍLIA, 1914, p. 1)

Esse poema não apenas critica a visão ateísta, mas também reforça a ideia de que a moralidade e a esperança estão ligadas à fé em Deus, defendendo os valores cristãos em oposição ao materialismo crescente da época.

Na edição de *A Família* de 24 de fevereiro de 1917, a Igreja novamente usou a imprensa como ferramenta para reforçar os princípios morais e religiosos. Um exemplo disso pode ser encontrado no artigo sobre a leitura proibida de certos romances, considerados imorais e contrários aos bons costumes. O texto adverte sobre o impacto negativo da leitura desses livros, citando Victor Hugo: “Ai! si tua mão abrir este infame livro. De repente sentirás Deus morrer em tua alma” (A FAMÍLIA, 1917, p. 2). Esse trecho ilustra o uso da palavra escrita para controlar o tipo de conhecimento que deveria ser acessado, destacando a necessidade de preservar a moralidade e a fé cristã dentro da sociedade, especialmente dentro do ambiente familiar.

A Igreja, portanto, não só controlava o que era publicado, mas também inseria suas ideias nas discussões sobre temas como educação, política e cultura. Amaral (2011) argumenta que, com o aumento da influência da imprensa, a Igreja viu uma oportunidade de fortalecer seus valores religiosos e sua unidade social, tornando-se uma força central nas discussões sobre o futuro do Brasil. Um exemplo claro dessa intervenção pode ser encontrado na edição de *A Família* de 23 de setembro de 1916, onde a Igreja Católica se posiciona contra o socialismo e suas manifestações no Brasil. O artigo questiona a presença e a influência do socialismo, afirmando que, apesar de sua forma agressiva e anárquica, ele já se fazia sentir no país, principalmente por meio de suas manifestações antirreligiosas e em sua oposição ao ensino católico e às congregações religiosas. O texto afirma:

> Há uns quinze ou vinte annos que meia duzia de padres tentaram reunir os operarios catholicos e chamar a attenção dos influentes e do governo sobre o perigo do socialismo. Sabem o que lhes aconteceu? Apodaram-n'os de visionarios, lunaticos, obscurantistas, perturbadores da paz... (A FAMÍLIA, 1916, p. 1).

O A Família destaca a preocupação da Igreja com as ideologias que ameaçavam a moral cristã e a estabilidade social, considerando o socialismo uma ameaça direta à fé católica e aos valores que a sustentavam. A publicação adverte:

> O socialismo não existe no Brasil como existe na Allemanha: organizado, disciplinado, com programma, com centros, com jornaes, com deputados no parlamento, com ministros no governo; mas, existe na forma aggressiva e anarchica que impéra na Italia, França, Hespanha, Argentina, etc., sendo as suas manifestações abertamente anti-religiosas. (A FAMÍLIA, 1916, p. 1).

O periódico defende que o socialismo no Brasil, embora não tenha ainda se estabelecido de forma organizada, já estava presente nas suas manifestações mais radicais, como a extinção das congregações religiosas e a promoção do ensino ateu. O artigo conclui com um apelo à ação urgente:

> Precisamos trabalhar, e trabalhar muito. Devemos começar pela organisação dos operarios e pelo catecismo social. Devemos abrir os olhos a quem os traz fechados. Devemos ir para a luta com a consciencia de quem está cumprindo um dever. E deve ser já. (A FAMÍLIA, 1916, p. 1).

Essa estratégia de usar a imprensa para alertar sobre os perigos do socialismo e fortalecer a unidade católica reflete o papel da Igreja em formar uma opinião pública alinhada com seus valores e em combater a secularização que ganhava força na República. Compreende-se assim que "A História se torna um lugar de 'controle' onde se exerce uma "função de falsificação" (Certeau, 1982, p. 88). Nota-se que a Igreja Católica, por meio do A Família visou "[...] uma homogeneização na ordenação das sensações, por via da autoridade" (Braghini, 2017, p. 24), na tentativa de condicionar seus leitores a pensarem e reproduzirem o ideal que o periódico possuía acerca do socialismo.

Outro exemplo de como o periódico *A Família* desempenha um papel educativo pode ser observado na maneira como aborda o papel da mulher na sociedade, especialmente em relação ao casamento, aos filhos e ao cuidado com o lar. Faz-se necessário compreender que mesmo com o avançar do tempo ainda há, no século XX, um ideal de mulher a ser admirado pela sociedade que dita um padrão de comportamento, uma forma de pensar e de agir, estimulando a produção de determinadas sensibilidades

que podem "[...] se converter em sentimentos, comportamentos, atitudes que assumem um caráter duradouro" (Taborda de Oliveira, 2019, p. 107). Ao refletirmos sobre o passado, vemos a figura feminina em narrativas fundamentais da história e da religião. O texto de *A Família* rememora figuras como Eva, a primeira mulher, que é associada à queda da humanidade, e Maria, a virgem imaculada, que, por meio de sua maternidade, traz a salvação. Esse contraste entre o mal e o bem representa a dualidade das mulheres na sociedade patriarcal, conforme o artigo do jornal que afirma:

> Volvamos um olhar ao passado. Veremos - Eva - a primeira mulher, cooperando para a ruina do genero humano. - Maria - a virgem immaculada da regia estirpe de David, contribuiu com o fructo bendito do seu regaço materno, para a redempção do humano, escravissado por Lucifer. Quantas e quantas heroinas, cujos nomes matizam as páginas da historia, não coadjuvaram para erguer do abysmo povos inteiros; não interceptaram hecatombes tremendas prestes a envolverem no torvelino da desgraça, sociedades inteiras? (A FAMÍLIA, 1914 ed. 120, p. 3)

A partir dessas figuras míticas e históricas, o periódico constrói uma narrativa sobre o papel central da mulher, destacando a sua importância na formação e preservação da ordem social. A mulher é apresentada não apenas como um pilar da moralidade, mas também como responsável pela elevação do progresso e da sociedade. No entanto, esse ideal vem com fortes restrições sobre o comportamento feminino. O texto ressalta:

> Ela exerce, na vida, uma posição de destaque dependendo dela, às vezes, o progresso, a moralização, o enaltecimento sociais. Isto, porém, não é, como pretendem alguns, pelo amor desordenado ao luxo, que se consegue, mas pela dedicação espontânea à piedade, ao patrimônio, à filantropia do Calvário. A vaidade e a piedade não podem viver conjuntamente; quando a mulher domina a vaidade, a piedade é forçada a abandonar o coração e daqui, a ruína é da família, da sociedade, as desavenças e dissabores da vida íntima, conjugal (A FAMÍLIA, 1914, ed. 120, p. 3).

Esse discurso reforça a ideia de que a mulher deve ser virtuosa, com a vaidade sendo vista como uma ameaça ao bem-estar da família e da sociedade. Ao promover essas ideias, *A Família* não só educava suas leitoras sobre como se comportar dentro das normas sociais de gênero, mas também moldava a percepção de seu papel como uma mulher virtuosa, dedicada à moralidade, ao cuidado com os filhos e ao bem-estar da sociedade, alinhada aos padrões patriarcais promovidos pela Igreja Católica.

Essa visão do papel feminino, enraizada nas normas sociais da época, também se reflete nas exigências estéticas que se impõem sobre as mulheres. As questões de gênero, muitas vezes abordadas de forma direta ou indireta, têm um impacto significativo sobre

as vivências das mulheres, refletindo as imposições sociais que afetam, de maneira mais intensa, o corpo feminino e a estética. Perrot (2019) afirma que "o corpo tem uma história, física, estética, política, ideal e material", e destaca como as questões de gênero tornam essas vivências distintas. Ela também aponta a imposição da beleza como algo central para as mulheres: "Primeiro mandamento das mulheres: a beleza. Seja bela e cale-se" (Perrot, 2019, p. 50). Esse discurso reflete-se claramente no conteúdo de *A Família*, que, em sua edição de 1913, recomenda atividades físicas para as mulheres, associadas ao seu papel tradicional no lar. O periódico cita, por exemplo, um conselho do Dr. Dudley Sargent, professor da Universidade de Harvard, que afirma:

> O sport racional, hygienico, que dará ao vosso corpo força e belleza, será sempre o trabalho doméstico. O que há de melhor para fortalecer os músculos das pernas e envolver o busto, é subir e descer escadas; os trabalhos que obrigam as mãos a levantarem-se de continuo, servem também ao desenvolvimento do busto. Para flexibilidade das espáduas, é incomparável o uso da vassoura e se mais quiserdes, podereis adicionar o carregar muitos baldes d'agua por dia. Fazer massas, e os vossos antebraços serão roliços e de uma resistência admirável, e saber que lavar roupa durante uma hora, vale por uma semana de ténis (A FAMÍLIA, 1913, p. 1).

Esse tipo de mensagem reflete a visão tradicional que se tinha da mulher, para quem as atividades físicas estavam diretamente relacionadas ao trabalho doméstico e ao cuidado da casa. A mulher é vista como responsável pelo lar, com um papel centrado na manutenção da ordem social e familiar, como reforçado pelo Código Civil de 1916, que a colocava em uma posição submissa ao marido e aos encargos da família. Venosa (2014) explica que:

> Os Códigos elaborados a partir do século XIX dedicaram normas sobre a família. Naquela época, a sociedade era eminentemente rural e patriarcal, guardando traços profundos da família da Antiguidade. A mulher dedicava-se aos afazeres domésticos e a lei não lhe conferia os mesmos direitos do homem. O marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. Nosso Código Civil de 1916 foi fruto direto dessa época (Venosa, 2014, p. 16).

Além de suas recomendações sobre o trabalho doméstico, o periódico também aborda a questão da aparência feminina. No início do século XX, a propaganda de produtos de beleza exaltava a pele branca como ideal de beleza, um padrão que se refletia em anúncios em *A Família*. Em um desses anúncios, o periódico afirma que "O uso deste pó de arroz embeleza, remoça, tira a cor encardida do rosto, os pannos, as sardas, as rugas,

as espinhas, e os cravos pretos que tanto prejudicam a beleza e os atrativos das senhoras" (A FAMÍLIA, 1918, p. 4).

A beleza, nesse contexto, passa a ser vista não apenas como um atributo desejado, mas como uma necessidade imposta pelas normas sociais. Como Perrot (2019, p. 50) observa, "As feias caem em desgraça, até que o século XX as resgate: todas as mulheres podem ser belas. É uma questão de maquiagem e de cosméticos. [...] Em suma, ninguém tem o direito de ser feia. A estética é uma ética".

Essa visão da beleza como algo essencial e alcançável reflete-se nas mensagens veiculadas em *A Família*, que incentiva suas leitoras a se embelezarem com produtos como o "Flôr da Belleza", que promete um "Rosto Bonito, sem rugas, nem cravos, espinhas e pannos" (A FAMÍLIA, 1913, p. 4). Esses exemplos demonstram como o periódico educava suas leitoras ao reforçar ideais de comportamento, aparência e papéis de gênero, contribuindo para a formação de um modelo de mulher que se alinhava com as expectativas sociais da época relacionadas à Igreja Católica.

Entende-se então que os periódicos não apenas informavam, mas educavam, moldando atitudes e comportamentos alinhados aos valores tradicionais da Igreja Católica. Ao discutir temas como o papel da mulher, a moralidade pública e a construção de uma sociedade "civilizada", o jornal atuava como um formador de opinião. Ele também refletia as mudanças trazidas pela modernidade, tentando adaptar os valores antigos às novas realidades e promovendo a moral cristã como base para a criação de uma sociedade moderna. Dessa forma, a imprensa não só acompanhava as mudanças sociais, mas também ajudava a direcioná-las, criando uma sociedade que equilibrava o novo com o tradicional, onde moralidade, religião e comportamento social estavam interligados.

# 4 ESTRATÉGIAS E POSICIONAMENTOS DA IGREJA CATÓLICA NA TUTELA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Este capítulo aborda as estratégias e posicionamentos da Igreja Católica na tutela da educação brasileira, com foco na atuação do periódico A Família como defensor da educação católica e da moral cristã. Na primeira seção, analisamos como o jornal se

posiciona como um agente formador, destacando seu compromisso com a educação moral e espiritual, e seu papel na promoção de uma sociedade alinhada aos princípios cristãos. Na segunda seção, discutimos o combate da Igreja à laicidade no ensino, com críticas à educação secular e à neutralidade religiosa nas escolas, utilizando exemplos internacionais como o sistema educacional da França. Na terceira seção, exploramos a formação da mulher católica, ressaltando seu papel central na educação moral e no fortalecimento da família, conforme a visão do periódico. Por fim, refletimos sobre o impacto desses posicionamentos na sociedade brasileira da época.

## 4.1 O periódico *A Família* como instrumento de defesa da educação católica

Como já dito anteriormente, *A Família* se propõe a ser mais do que um simples veículo de notícias, buscando ser fonte de elevação moral e espiritual para seus leitores. Em sua apresentação, o jornal revela seu compromisso de abordar não apenas questões religiosas, mas também questões atuais e de interesse social, abrangendo diversos campos nos quais os leitores possam se nobilitar e engrandecer (A FAMÍLIA, 1912). Ele se propõe a ser um guardião dos valores da sociedade, dedicando seus artigos à formação de uma sociedade alinhada com os princípios cristãos. A publicação não se limita a discutir temas religiosos, mas também se engaja em questões sociais, culturais e educacionais, sempre a partir da ótica da moral católica, como mencionado na apresentação do jornal, "nos seus artigos de fundo tratará não só de questões religiosas mas também de questões atuais percorrendo de todos os campos em que o leitor se possa nobilitar e engrandecer" (A FAMÍLIA, 29/08/1912). Isso revela a intenção do jornal em ser uma plataforma de educação cívica e moral, guiando seus leitores através dos ensinamentos cristãos e buscando transformar a sociedade por meio de uma educação veiculada nos jornais.

O compromisso com a educação católica reflete na escolha de temas e na abordagem dos artigos, que visam educar de acordo com os princípios cristãos. O jornal se propõe a "juntar o útil ao agradável" em seus folhetins e contos, oferecendo uma leitura que seja instrutiva e prazerosa, sempre com o objetivo de moldar o caráter dos leitores. O *A Família* se coloca como um espaço para educar espiritualmente e socialmente. Ao declarar que "seus artigos não serão políticos impuros, mas sim de caráter de interesse geral" (A FAMÍLIA, 29/08/1912), o periódico reafirma sua postura de que qualquer discussão deve ser conduzida de acordo com os preceitos da moral cristã, colocando a educação católica como a linha orientadora dessas questões. A defesa da educação

católica também se expressa nas seções do jornal que abordam diretamente a formação das mulheres e das crianças, apontando a necessidade de uma educação religiosa que vá além da escola e permeie a vida familiar e social. O jornal *A Família* via a educação moral e espiritual como algo essencial para toda a sociedade. Como disse na sua apresentação, "nos seus artigos, o periódico tratará de assuntos que possam engrandecer e nobilitar o leitor" (A FAMÍLIA, 29/08/1912). Essa missão de melhorar o ser humano busca elevar a moral para construir uma comunidade baseada em virtudes cristãs.

Nessa esteira, ao afirmar que a verdadeira educação da mulher deve ser baseada na moral católica, o jornal destaca a importância do papel da mulher na educação dos filhos e na harmonia da família para o sucesso da sociedade. Além disso, *A Família* se posiciona como uma ferramenta de formação que vai além da religião, incluindo a educação moral e social, com o objetivo de criar cidadãos conscientes, íntegros e comprometidos com a doutrina cristã. Para isso, o jornal sugere que pais e mães sejam guias morais para suas famílias, com uma formação baseada na moral católica. Assim, o periódico defende a educação católica nas escolas e afirma que essa educação deve começar em casa, com o apoio da orientação religiosa. *O A Família* se posiciona de forma clara como um defensor da educação católica, tratando de assuntos religiosos e buscando integrar esses valores em todas as áreas da vida do leitor.

Um ano após seu lançamento, o artigo de 23 de agosto de 1913, publicado na edição número 53 de *A Família*, reforça essa ideia do jornal como um instrumento dedicado à promoção da educação católica e formação moral da sociedade. O texto destaca que, ao longo de seu primeiro ano, o jornal tem cumprido fielmente sua missão de fortalecer a fé cristã entre seus leitores, sem se desviar dos princípios estabelecidos em sua fundação. Ao afirmar que "daquelas normas estabelecidas não nos desviamos", o artigo ressalta a constância do periódico em seus objetivos originais, que visavam promover uma moral cristã sólida e consolidada (A FAMÍLIA, 23/08/1913). A reafirmação desses princípios no segundo ano de existência do jornal demonstra que *A Família* se consolidou como um veículo de notícias e como um pilar moral e religioso na sociedade de sua época. Esse compromisso com a formação moral é expresso de maneira clara ao afirmar que o objetivo principal do jornal é "robustecer a fé no coração do povo cristão" (A FAMÍLIA, 23/08/1913). A utilização do verbo "robustecer" transmite a ideia de que o jornal não está apenas informando, mas trabalhando para fortalecer as convicções religiosas e morais de seus leitores, proporcionando uma leitura que vai além

do entretenimento, mas também serve como uma ferramenta de edificação espiritual e cívica.

Ao enfatizar que sua missão é "servir os interesses da religião" (A FAMÍLIA, 23/08/1913), o artigo também sublinha que o foco do jornal sempre será na promoção da moral cristã. Além disso, o artigo de um ano de *A Família* reforça o caráter do jornal como um verdadeiro canal da vontade divina, ao afirmar que "só à Deus sejam dadas toda a honra e glória do nosso trabalho" (A FAMÍLIA, 23/08/1913). Ao transferir a honra e a glória de sua missão para Deus, o periódico enfatiza que seu trabalho não é uma obra humana, mas uma ação divina executada através do serviço prestado à comunidade cristã. Isso demonstra que o jornal se coloca como um instrumento da Igreja Católica, com um propósito de servir à fé e à moral cristã, buscando cumprir um dever espiritual de edificação da sociedade. Ao olhar para o trabalho realizado até aquele momento, o artigo reafirma o compromisso do periódico com sua missão de promover a educação religiosa, a moral cristã e a formação ética da sociedade, tudo sob a orientação divina.

Em 1916, o periódico *A Família* destacou com entusiasmo a celebração do seu quinto ano de existência, reafirmando sua missão de servir à causa do bem. Na edição de 23 de setembro de 1916, número 214, o artigo fez questão de celebrar o marco de sua trajetória, com uma menção especial à qualidade do trabalho jornalístico que o caracterizava. O jornal é descrito como "excelente hebdomadário, bem escripto e nitidamente impresso, proficientemente dirigido, pelos revmós. Padres Franciscanos, de Th. Ottoni" (A FAMÍLIA, 23/09/1916).

O artigo de 20 de agosto de 1927, na edição número 770 de *A Família*, reflete a função do jornal como um instrumento utilizado pela Igreja Católica para educar e orientar a sociedade de acordo com os princípios cristãos. Em seus 15 anos de existência, o periódico não se comprometeu com a formação moral e religiosa de seus leitores. O texto menciona que a jornada do jornal foi marcada por "lucros, as decepções, as amarguras, os prazeres, os entusiasmos e as esperanças" (A FAMÍLIA, 20/08/1927), uma narrativa de altos e baixos, mas que nunca se desviou de sua missão inicial. O periódico é descrito como "esse órgão católico, mercê de Deus, jamais se afastou, excluindo uma só linha ou vírgula do compromisso firmado nas colunas do seu primeiro número em 1912" (A FAMÍLIA, 20/08/1927). Essa frase reforça a ideia de que *A Família* foi um veículo que buscou alinhar-se aos ensinamentos da Igreja Católica, em especial no que tange à educação moral e religiosa. O compromisso com a moral católica foi uma constante, e o jornal se dedicou a ser um guardião desses valores em todos os aspectos de

sua publicação. Ao se manter fiel a essa missão, *A Família* tornou-se uma peça fundamental na construção da identidade religiosa da sociedade local, oferecendo aos leitores uma fonte constante de orientação moral, espiritual e social, sempre alinhada com os interesses da Igreja Católica.

Ainda nesse mesmo artigo, o jornal enfatiza que sempre esteve "ao lado da razão, da justiça e da religião sem medir conveniências, sem ceder ao medo" (A FAMÍLIA, 20/08/1927). Esse posicionamento reflete a postura do periódico em relação às questões morais, sociais e políticas, colocando a educação católica acima de qualquer interesse partidário ou pessoal. O jornal não se deixou influenciar por pressões externas e manteve-se firme na sua defesa de valores cristãos, combatendo o que considerava ser vícios e práticas destrutivas para a sociedade, como o jogo, o álcool e a vadiagem (A Família, 1927). Com isso, *A Família* educava seus leitores sobre os perigos de comportamentos imorais e indesejáveis, alinhando-se à missão da Igreja Católica de promover uma sociedade virtuosa, conforme os ensinamentos cristãos. O texto do artigo também destaca que a missão do jornal era nobre e, portanto, digna de respeito e consideração: "Quanto mais nobre, elevada e difícil é uma missão social, tanto maior seleção, respeito e dignidade deve merecer a pessoa que dela se encontra incumbido (A FAMÍLIA, 20/08/1927)."

Ao fazer essa declaração, o jornal reforça a importância de seu papel na sociedade, considerando que a tarefa de educar a população com os valores da Igreja Católica exigia não apenas coragem, mas também um grande senso de responsabilidade.

O jornal não se via somente como um meio de comunicação, mas como um agente de transformação social e moral. Sua missão de melhorar espiritualmente a sociedade estava focada em ensinar valores cristãos que buscavam o bem-estar de todos, a justiça e o crescimento moral e espiritual (A Família, 1927).

O artigo também destaca o papel do jornal como defensor das classes mais humildes e oprimidas, e como um aliado das causas populares. Ao afirmar que "os humildes, os pequenos, os oprimidos e os fracos sempre viveram nos corações do jornal" (A FAMÍLIA, 20/08/1927), o texto ilustra como *A Família* buscou representar e defender aqueles que não tinham voz na sociedade. O jornal queria ser uma plataforma de justiça, ajudando aqueles que, segundo a Igreja, precisavam de mais proteção e cuidados espirituais. Dessa forma, *A Família* estava envolvido na sociedade da época, tentando fortalecer os laços entre a Igreja e as pessoas mais vulneráveis, com a orientação religiosa como guia. Ao reafirmar seu compromisso com a Igreja e com a educação religiosa, *A Família* se coloca como uma defesa contra os desafios da sociedade. O artigo deixa claro

que, apesar das dificuldades e da tentação de se envolver em questões políticas ou interesses pessoais, o jornal se manteve "alheio às lutas partidárias, defendendo com firmeza os interesses sagrados da Religião" (A FAMÍLIA, 20/08/1927). Esse afastamento da política não significava que *A Família* fosse indiferente aos problemas sociais, mas sim que focava em questões alinhadas com os valores cristãos e com a missão da Igreja de promover o bem-estar social e espiritual.

Por fim, o artigo expressa o desejo de que o periódico continue seguindo os mesmos princípios que o fundaram, com a missão de defender a fé católica, a moral cristã e a justiça social. O jornal se comprometeu com a educação religiosa e se posicionou como atuante na construção de uma sociedade moralmente justa e espiritualmente fiel aos preceitos cristãos. O texto conclui com uma saudação aos responsáveis pela manutenção do jornal, incluindo os sacerdotes e colaboradores, enfatizando que todos estavam unidos pelos mesmos ideais humanos dentro do programa traçado (A FAMÍLIA, 20/08/1927).

O artigo "A má imprensa", publicado em 1929, fala sobre o poder da imprensa e a influência negativa que ela pode ter na sociedade. Desde o começo, o texto reconhece que "é enorme o poder e a influência da imprensa" (A FAMÍLIA, 29/06/1929), destacando o impacto da mídia na formação da opinião pública. O jornal alerta sobre os perigos dessa influência, principalmente quando a mídia é usada de forma irresponsável ou desonesta. Ele lembra que, por trás dos jornais e livros, estão pessoas com falhas e defeitos, o que coloca em dúvida a veracidade e moralidade do que é publicado. O autor usa uma metáfora forte ao dizer que "se conhecêssemos a pessoa homem vis à vis, que ora se esconde atrás das letras negras impressas, não lhe daríamos o mesmo pendor de autoridade" (A FAMÍLIA, 29/06/1929, p. 1). Isso sugere que a distância criada pela mídia dá a jornalistas e figuras públicas uma autoridade que, na realidade, não teriam se estivessem frente a frente com o leitor. Ele também critica os "falsos profetas" que, escondidos atrás da autoridade da imprensa, promovem ideias destrutivas ou imorais.

O artigo também fala sobre como a imprensa pode enganar os leitores com "frases pomposas", sem que eles saibam a origem dessas ideias e se são boas ou ruins. O autor alerta para o risco de consumir ideias sem questioná-las, especialmente quando são disfarçadas de sabedoria ou moralidade. Ele critica textos como os de Voltaire, que, ao promover comportamentos sem restrições morais, acabam incentivando práticas prejudiciais à sociedade, especialmente entre os jovens. O artigo "A má imprensa" reconhece o poder da mídia, mas alerta para os perigos que ela representa quando espalha ideologias ou comportamentos imorais. *A Família* se coloca contra essa influência

negativa, defendendo a educação moral e a preservação dos valores cristãos, desafiando as falácias da imprensa quando ela se afasta dos princípios éticos. O jornal se posiciona como o verdadeiro veículo de sabedoria, alertando sobre os perigos das ideias espalhadas por outras publicações que, segundo ele, disseminam erros e falsidades. Ao afirmar que a imprensa exerce "enorme poder e influência", *A Família* reconhece a força dessa ferramenta, mas ao mesmo tempo se coloca em um nível superior, defendendo que apenas abordagens baseadas nos princípios cristãos e na moral católica são capazes de oferecer uma leitura construtiva para os leitores. Assim, enquanto outras publicações podem se deixar influenciar por modismos ou interesses externos, *A Família* se vê como uma autoridade moral, sendo a referência para orientar a sociedade segundo os valores cristãos. O periódico critica os erros dos outros textos e se autoproclama como o verdadeiro guardião da moral e da fé.

Em 1930, o artigo "A imprensa católica" faz uma crítica ao estado da imprensa católica no Brasil, lamentando a falta de empenho dos católicos na divulgação da imprensa religiosa. O autor começa afirmando que a situação do "apostolado da imprensa" é "triste e desanimadora", mostrando um cenário em que, em vez de promover a mensagem cristã, muitos se limitam a criticar e reclamar. Ele questiona a atitude passiva dos católicos em relação à leitura e apoio da imprensa católica, comparando a propagação do jornal a uma recomendação ineficaz, em que "nada fazem" (A Família, 05/04/1930). Ao dizer que, no caso dos jornais católicos, "todos nós arrogamos 'direitos' sem fim, mas deveres... nenhuns" (A Família, 05/04/1930), o Arcebispo denuncia a falta de compromisso da comunidade católica com o crescimento e a manutenção desses periódicos. Ele aponta que a imprensa católica enfrenta ataques e críticas injustas, mas os católicos muitas vezes não se dedicam o suficiente para apoiar esses veículos. Essa reflexão destaca a necessidade de mais envolvimento e responsabilidade dos católicos em relação à imprensa que promove os valores cristãos.

Apesar da crítica, o Arcebispo encerra com uma mensagem de esperança, afirmando que, embora o apostolado cristão seja "fértil de cruzes", um dia "as cruzes deitarão brotos e verdegirão" (A Família, 05/04/1930). Ele sugere que, mesmo diante das dificuldades e da indiferença, o trabalho missionário e a divulgação dos princípios cristãos por meio da imprensa católica devem continuar, pois a recompensa será a "glória eterna" para os jornalistas católicos. Essa visão idealista reforça a ideia de que o trabalho de promover a fé por meio da imprensa, embora desafiador, tem um valor altíssimo aos olhos de Deus, sendo comparado ao martírio dos apóstolos. O Arcebispo se posiciona como um

defensor do apostolado católico na imprensa, reconhecendo as dificuldades de engajamento da comunidade, mas enfatizando que, apesar de tudo, é essencial continuar a luta, confiando em Deus e esperando por tempos melhores.

No decorrer deste terceiro capítulo, iremos nos aprofundar em como o jornal *A Família* aborda o combate à laicidade no ensino e a formação da mulher católica, reconhecendo que ambos são apresentados como pilares essenciais para a Igreja Católica preservar sua hegemonia e influência na sociedade do Vale do Mucuri. O periódico utiliza esses temas para reforçar a importância da educação religiosa e do papel da mulher na transmissão dos valores cristãos, buscando garantir a continuidade da moral católica em uma sociedade que se via cada vez mais influenciada por ideais novas.

### *4.1.1 O combate à laicidade no ensino: argumentos e estratégias da Igreja*

No contexto das discussões sobre a educação na sociedade brasileira e mundial, *A Família* se posiciona firmemente contra a laicidade no ensino. Para o jornal, a laicização das escolas representava um risco à formação integral dos alunos, uma vez que afastava a religião, considerada essencial para a educação moral e espiritual. A edição número 12 de *A Família* ilustra essa posição ao analisar os resultados da educação secular na França e os efeitos nocivos dessa abordagem para as crianças. Na edição número 12 de *A Família*, o periódico dedica um artigo que reflete profundamente sobre a problemática da laicidade no ensino, destacando os efeitos da educação sem a influência religiosa, especificamente na França. O título, “Pobre Crianças!” já dá o tom de crítica à laicização do ensino, apontando o resultado desastroso dessa medida para a formação intelectual e moral dos estudantes. A preocupação com a educação sem princípios religiosos, como descreve o jornal, é evidente: “A escola na França ficou livre de toda a influência religiosa. E o resultado?” (A FAMÍLIA, 1912). Esse questionamento destaca a crítica principal do artigo: o afastamento da religião nas escolas causou um empobrecimento no ensino, fazendo com que as crianças não aprendessem habilidades básicas, como ler e escrever.

O jornal segue destacando, nesse artigo, o caso de um aluno que, embora tenha sido premiado em história e geografia, não sabia nada sobre figuras históricas importantes, como Henrique IV e Napoleão. Quando perguntado sobre quem foi Henrique IV, ele respondeu que “era alguém que brincava com seus filhos no pátio de sua casa”, uma resposta que não fazia sentido dentro do contexto (A FAMÍLIA, 1912). O jornal usa esse exemplo para criticar o sistema educacional laico, que, segundo ele, não ensina aos

alunos o conhecimento histórico e a formação intelectual necessários para entender o mundo e as figuras que fizeram sua história. A crítica é clara: “bem triste resultado. Prova a intenção dos ateus em falsificar todo o ensino na França” (A FAMÍLIA, 1912). O jornal sugere que a falta de ensino religioso nas escolas estava sendo usada de forma intencional para distorcer a história e os valores. O artigo também destaca como a falta de um ensino baseado em princípios cristãos afeta negativamente o desenvolvimento das crianças, mostrando que, apesar de estarem nas escolas por bastante tempo, muitos alunos saem delas sem saber o básico sobre acontecimentos históricos importantes. “O progresso, a liberdade e a civilização o exigem!!! Pobre crianças” (A FAMÍLIA, 1912) é uma conclusão cheia de indignação, que reforça a ideia de que a laicização do ensino prejudica o aprendizado acadêmico, a formação moral e ética da sociedade.

No ano seguinte, em 1913, era comum ver no jornal pequenas mensagens como esta: “A Igreja condemnou sempre com a maior energia as taes chamadas escolas neutras” (A FAMÍLIA, 1913), refletindo a postura da Igreja Católica contra a laicização do ensino. Na edição número 33 de *A Família* de 1913, o jornal critica a educação moral e a neutralidade religiosa nas escolas. Ele começa sua análise destacando um evento internacional importante, o congresso realizado em Scheveningen, na Holanda, sobre a educação moral das crianças. No entanto, o evento, apesar de ter sido amplamente divulgado pela imprensa neutra, não trouxe resultados concretos para as crianças. O jornal comenta: “A utilidade, porém, que tal congresso trouxe para as crianças foi nulla ou quase nulla, só lucraram efetivamente os proprietários de hotéis e estabelecimentos recreativos” (A FAMÍLIA, 1913). Essa crítica reflete a decepção do periódico com a falta de resultados práticos no congresso, além de destacar a superficialidade das discussões, conduzidas por pessoas com visões morais conflitantes e sem uma base religiosa sólida.

A crítica se intensifica ao afirmar que a tentativa de “neutralidade” nas discussões sobre educação moral não passou de uma falácia. O jornal explica que os congressistas, embora se dissessem neutros em relação às convicções religiosas, não conseguiram evitar os conflitos morais, já que os participantes tinham posições ideológicas muito divergentes, que iam do neo-malthusianismo ao anarquismo (A FAMÍLIA, 1913). Com muita ênfase anunciaram de antemão que as convicções religiosas de cada um dos congressistas seriam respeitadas, observando-se em todas as discussões a mais estreita neutralidade. Realmente! (A FAMÍLIA, 1913, p.1).

O jornal denuncia a hipocrisia dessa neutralidade, pois, embora proclamada, ela foi usada como pretexto para atacar diretamente os princípios da religião, evidenciado pelas propostas absurdas e antirreligiosas defendidas por alguns congressistas.

A crítica aos ideais defendidos no congresso é clara: o jornal questiona a natureza das ideias promovidas, como a defesa do socialismo nas escolas e a afirmação de que todas as religiões são boas. “Mais explícito ainda foi o anarquista holandês, Domela Nieuwenhuis, dizendo que, em matéria de ensino, não devemos nos regular pelos princípios do cristianismo” (A FAMÍLIA, 1913). O periódico também ironiza a proposta de um ensino neutro, sugerindo que uma educação sem religião levaria à desordem social. O periódico também destaca o apoio de figuras relevantes, como a mãe da Rainha da Holanda, que se opôs ao congresso e declarou que “educação sem religião não é coisa alguma” (A FAMÍLIA, 1913). Essa posição é apresentada como uma resposta firme e necessária contra as ideias da neutralidade, e o jornal aplaude o governo cristão da Holanda por rejeitar a ideia de um ensino laico e apoiar a educação religiosa. O jornal conclui que, ao tentar evitar a influência religiosa, os defensores da neutralidade acabaram atacando a moral cristã de forma brutal e destrutiva: “Afirmaram os propugnadores desta estultice que não se incomodariam com a religião, e, ao mesmo tempo, a atacavam por toda linha” (A FAMÍLIA, 1913).

Em 1914, *A Família* publicou um artigo sobre o ensino laico e os perigos da secularização nas escolas, reforçando a posição da Igreja Católica contra a educação separada dos valores religiosos. O jornal critica, mais uma vez, a ideia de ensino sem religião, dizendo que as escolas secularizadas são um “perigo para a sociedade” (A FAMÍLIA, 1914), pois a falta de ensino religioso ameaça a moralidade e os princípios cristãos que sustentam a ordem social. Para apoiar essa visão, o jornal cita pensadores importantes. O filósofo francês Victor Cousin, conhecido por sua influência no sistema educacional francês, é citado dizendo que “é um dever das famílias e do clero combaterem-nas” (A FAMÍLIA, 1914), reforçando que a Igreja e as famílias têm responsabilidade em garantir que a educação ensine valores cristãos, além do conhecimento acadêmico. O jornal também cita Lord Derby, um importante estadista britânico e líder conservador, que chama a educação sem religião de “uma ideia louca e perigosa” (A FAMÍLIA, 1914). Além dele, Gladstone, ex-primeiro-ministro do Reino Unido e figura histórica de grande influência política, diz que “colocar a educação religiosa no segundo plano é um sistema pernicioso” (A FAMÍLIA, 1914).

Essas citações são usadas para mostrar que a oposição à educação laica não é uma posição isolada da Igreja, mas compartilhada por pessoas influentes em diferentes áreas, como filosofia e política. Com base nessas declarações, o jornal argumenta que os católicos têm o direito de "reclamar liberdade de ensino religioso nas escolas públicas, ao menos uma vez por semana" (A FAMÍLIA, 1914). O periódico destaca que a Igreja e seus fiéis devem lutar para garantir uma educação que respeite os valores cristãos.

Na edição número 346 de *A Família*, publicada em 1919, o periódico faz referência a uma comissão nomeada pelo governo inglês para estudar o modelo da escola neutra, que, após diversas reuniões, chegou a algumas conclusões significativas que o periódico destaca com ênfase. Primeiramente, a comissão constatou que "quasi todos os paes querem que se dê a seus filhos instruccio religiosa" (A FAMÍLIA, 1919). Essa conclusão corrobora a posição do jornal de que a grande maioria das famílias acredita que a educação religiosa é fundamental para o desenvolvimento moral e espiritual de seus filhos. Para *A Família*, essa afirmativa reforça a ideia de que a instrução religiosa deve ocupar um lugar central na educação escolar. Em seguida, a comissão observou que "o ensino do catecismo um dia só da semana é insufficientissimos" (A FAMÍLIA, 1919). Para *A Família*, a educação religiosa deve ser contínua e integrada ao currículo escolar, para que os alunos possam internalizar os ensinamentos cristãos de forma mais eficaz e duradoura. O artigo, portanto, critica a insuficiência de um ensino religioso esporádico e propõe que a moral cristã seja incorporada de maneira mais profunda e regular na educação dos jovens.

Por fim, a comissão concluiu que "o melhor processo para formar um homem honrado e moralizado é o estudo da religião christa" (A FAMÍLIA, 1919). Essa afirmação, citada pelo periódico, ecoa o argumento central de *A Família* de que a educação religiosa, em particular o estudo da religião cristã, é o único meio capaz de formar cidadãos moralmente íntegros e comprometidos com valores de honestidade e virtude. O jornal reforça que a verdadeira educação não se limita ao ensino de disciplinas acadêmicas, mas deve incluir, fundamentalmente, a moral cristã.

Na edição de outubro de 1927, *A Família* dedica-se a um tema central: o laicismo e sua falência em várias áreas da sociedade, principalmente na educação e na moralidade pública. O jornal inicia com uma crítica, afirmando que seria fácil provar a falência do laicismo observando os eventos da vida social e políticas. O periódico denuncia o que considera uma "bancarrota fraudulenta" do laicismo, que, segundo o jornal, falha em governar as "almas" por meio de decretos e ameaças de prisão. A citação é clara e direta:

“Este sistema de se governarem almas a golpe de decreto e com ameaça de cadeia” (A FAMÍLIA, 1927). O jornal vê o laicismo como uma tentativa falha de controlar a moral e os valores da sociedade sem recorrer à autoridade moral da Igreja. O artigo também faz referência a um importante discurso do senador francês coronel Jusse, que, ao analisar o laicismo na França, descreve a “bancarrota” desse sistema. Segundo o senador, as falhas do laicismo foram evidentes e não puderam ser disfarçadas, independentemente das intenções de seus defensores (A FAMÍLIA, 1927). O jornal destaca que “com truands oratorias, que todos conheceram ainda que deslumbre, mas convicção que, durante mil vezes mais eloquentes que as de Presidentes das Repúblicas” (A FAMÍLIA, 1927). Aqui, *A Família* elogia Jusse, dizendo que ele soube como expor de forma clara e convincente os erros do laicismo, algo que, segundo o jornal, os líderes políticos e presidentes de repúblicas falharam em fazer.

Essa crítica é dirigida não apenas ao laicismo, mas também à falta de uma liderança política capaz de admitir as falhas de um sistema que, para *A Família*, está fadado ao fracasso.

*A Família* observa que a implementação de escolas neutras e laicas resultou em um ensino desestruturado e incapaz de cumprir seu papel moral e intelectual. O artigo diz: “No que diz respeito à educação primário e ao ensino técnico, para a mesma hora do modelo a pobre em si e o seu resultado em falta de cabecê” (A FAMÍLIA, 1927). Para *A Família*, o laicismo não conseguiu oferecer uma educação de qualidade e acabou destruindo a base moral que deveria ser parte do currículo escolar, essencial para a formação do caráter. O periódico também aponta que, em 1912, as escolas na França estavam longe de atingir seus objetivos, abandonando o ensino moral e religioso em favor de uma abordagem mais secular. “Em 1912, as escolas habitantes navia as alphabetsfao" (A FAMÍLIA, 1927) – essa frase revela o estado precário do sistema educacional após a adoção do laicismo, com as escolas públicas deixando de oferecer um ensino completo, que incluísse a formação religiosa. Em um ponto crucial, o jornal afirma que a neutralidade em questões religiosas na educação “é uma pura phantasia, uma ilusão” (A FAMÍLIA, 1927), criticando diretamente a ideia de que o ensino poderia ser neutro e imparcial, sem qualquer base religiosa. Para *A Família*, essa ideia de neutralidade é perigosa, pois permite que valores contraditórios sejam ensinados.

Na edição de junho de 1928 de *A Família*, o periódico dedica-se a uma crítica à Reforma do Ensino implementada na época, que o jornal considera desastrosa tanto para o ensino primário quanto para o ensino normal. O artigo começa com uma análise do

impacto da reforma, destacando que, em sua visão, ela causou um grande retrocesso na qualidade da educação no Brasil. O periódico aponta que, com a reforma, o ensino normal foi praticamente extinto, e o ensino primário se transformou em um "ensino totalmente leigo" (A Família, 1928). Essa mudança, de acordo com o periódico, comprometeu a formação religiosa e moral das crianças, um ponto central para *A Família*, que sempre defendeu a educação religiosa como parte fundamental da formação educacional. O jornal considera que a reforma, que se apresentou como uma melhoria, na verdade representou um grande retrocesso. O artigo descreve que a reforma "será uma reforma para pior, e que patente fica por uma análise acurada do seu regulamento, considerando esse sob ponto de vista doutrinário e educativo" (A FAMÍLIA, 1928). Para o periódico, a reforma falhou em melhorar a educação. Além disso, *A Família* acusa a reforma de ser "absurda e irreversível", principalmente por suas implicações doutrinárias, que, segundo o jornal, envolvem erros e heresias que comprometem a formação moral dos alunos (A Família, 1928).

Em diversas passagens do artigo, *A Família* expressa a ideia de que a reforma falhou porque desconsiderou os ensinamentos da Igreja Católica e impôs um modelo de educação que, ao eliminar o ensino religioso, não poderia oferecer a formação completa que os alunos necessitavam. O periódico reforça a ideia de que "a educação dos nossos filhos, tanto na escola, como em casa, há de ser religiosa, não neutra" (A Família, 1928), sendo essa uma posição clara em defesa da educação católica como a única verdadeira formação que pode garantir uma sociedade cristã.

Em dezembro do mesmo ano, na edição número 835 de *A Família*, o periódico celebra uma decisão do governo de Antônio Carlos, presidente de Minas Gerais, que, na visão da Igreja Católica, representa uma vitória para a educação religiosa no país. O jornal elogia a permissão para o ensino do catecismo nas escolas públicas, considerando esse ato um dos mais benéficos para a sociedade e para o futuro das novas gerações (A Família, 1928). *A Família* não hesita em afirmar que esse ato merece "louvores", pois, segundo o periódico, é uma decisão que impactará positivamente a formação moral dos estudantes. Para o jornal, a introdução do ensino religioso nas escolas públicas é uma resposta direta às demandas da Igreja Católica, que sempre defendeu a educação cristã como essencial para a construção da sociedade. O artigo inicia destacando que, embora o governo de Antônio Carlos tenha recebido muitos elogios por suas políticas, a permissão do ensino do catecismo nas escolas públicas se destaca como um dos maiores méritos de sua

administração. O periódico considera essa medida de grande importância para o povo mineiro e para o país, pois ela reflete um compromisso com a moral religiosa. Ele afirma:

> Sem querer manifestar-me singular, acho de nenhum proveito prático essas conferências de educação, das quais a 2ª. foi realizada agora na capital de Minas; e, convenhamos, essas reuniões em que se discutem assuntos apresentados em termos pomposos e de grande aparente significação, não mais fazem do que tratam (A FAMÍLIA, 1928).

O jornal expressa ceticismo em relação às conferências de educação que, segundo ele, discutem questões de grande significância sem oferecer soluções concretas. Para *A Família*, mais importante que essas discussões teóricas é a ação prática de ensinar os princípios da moral religiosa diretamente nas escolas. O periódico defende que o verdadeiro valor da educação está em inserir, com "amor, com carinho, com a bênção de Deus", os conhecimentos religiosos nas crianças (A FAMÍLIA, 01/12/1928). O ensino dos princípios da moral cristã, de acordo com *A Família*, tem um impacto duradouro e na formação das futuras gerações. Porque são estes, bem acolhidos pelos espíritos formados das criancinhas, terão duração verdadeira entre os entes que serão o futuro brilhante e salta da nossa sociedade (A FAMÍLIA, 01/12/1928, p.1).

Para o jornal, a moral cristã deve ser transmitida desde a infância, pois é ela que sustenta a formação de cidadãos com caráter, princípios e valores sólidos. A reflexão do periódico também traz o poeta Horácio, que em seus versos fala sobre a importância de introduzir as crianças em princípios e valores desde cedo. O jornal utiliza essa citação para enfatizar a importância do ensino religioso: "e quanto mais imbutra receitas, quanto mais dourada tenta duz, que ensina-ras que, assim como conhece o vaso novo o perfume, o menino instiga-se pura virentur" (A FAMÍLIA, 01/12/1928). A ideia expressa é que, assim como um vaso novo recebe e preserva o perfume, a criança, ao ser educada nos princípios religiosos, "instiga-se" pela pureza e pela moralidade que a religião oferece.

A decisão de permitir o ensino do catecismo nas escolas públicas é muito valorizada por *A Família* por sua ligação direta com a Igreja Católica. O jornal afirma que "só na religião católica se podem encontrar o bálsamo e o vigor com que a alma se alenta para enfrentar os rigores da peregrinação sobre a terra" (A FAMÍLIA, 01/12/1928). Para *A Família*, a educação religiosa não é apenas uma questão moral, mas uma necessidade espiritual, fundamental para enfrentar as dificuldades da vida com a força da fé cristã. A decisão de Antônio Carlos de permitir o ensino do catecismo é vista como um ato corajoso, pois ele "pôs de parte preconceitos sociais" e reconheceu a importância do

ensino religioso para o bem-estar da sociedade. O artigo termina elogiando o governo de Minas Gerais e seu presidente, Antônio Carlos, dizendo que a permissão para o ensino religioso nas escolas públicas é uma vitória para o povo mineiro e para a educação moral do país: "Parabéns ao povo mineiro, que tem para seu governo um grande estadista, honrado e nobre fidago educado nos princípios da moral christã, a qual verá ensinada nas escolas públicas" (A FAMÍLIA, 01/12/1928). Para *A Família*, essa decisão fortalece a educação pública e garante que os valores cristãos continuem sendo uma parte essencial da formação das futuras gerações.

Na edição de 26 de abril de 1930, *A Família* publica a carta encíclica do Papa Pio XI sobre a educação cristã, destacando a importância do documento para os católicos e para a educação religiosa da época. O jornal, ao divulgar o conteúdo integral da encíclica, faz questão de reforçar a importância do assunto, que trata da necessidade de uma educação alinhada com os princípios cristãos, tanto para os jovens quanto para os educadores, pais e mães de família. A carta é vista pelo periódico como uma orientação divina para a formação moral e espiritual das futuras gerações, com um apelo direto a todos os membros da Igreja Católica para que se comprometam com a verdadeira educação cristã. A encíclica inicia com uma saudação apostólica, refletindo a posição do Papa Pio XI sobre a responsabilidade da Igreja na educação: Representante na terra d'aquelle Divino Mestre que, apesar de orar com a iminência do seu sacrifício a todos os homens, mesmo aos maiores índigenos, mostrou todo o fervor do seu amor na educação de sua Igreja (A FAMÍLIA, 26/04/1930).

O Papa faz eco das palavras de Cristo, "deixai vir a mim os pequenos, porque deles é o reino dos céus" (Marcos 10,14), e enfatiza a missão da Igreja de educar, como o fez Cristo com os pequenos. Essa introdução é um lembrete de que a educação cristã é um compromisso divino, sendo uma das responsabilidades centrais da Igreja Católica na formação dos fiéis, particularmente das crianças.

O Papa também aborda a situação atual da educação, mencionando a confusão e a falta de consistência nos métodos pedagógicos modernos: Na verdade, nunca como nos tempos presentes, se discute tanto acerca de educação; pois se multiplicam os meios de novas técnicas pedagógicas, se exigem, se propõem e então a educação moderna já não tem, como dantes, métodos mais firmes (A FAMÍLIA, 26/04/1930). Pio XI lamenta que a educação cristã tenha sido ofuscada pela ênfase em métodos seculares e pedagógicos que não têm firmeza nem fundamento espiritual. A encíclica também aborda o papel dos educadores e dos pais, destacando que a responsabilidade de educar não é apenas das

escolas, mas deve começar no lar, com os pais sendo os primeiros educadores de seus filhos. “Temos dirigido salutarias palavras, ora de advertência, ora de instância, ora de direcção, não só aos jovens e educadores, mas também aos pais e mães de família, acerca de vários problemas da educação cristã” (A FAMÍLIA, 26/04/1930). A Igreja, como Pai comum de todos os fiéis, tem o dever de orientar tanto os educadores quanto os pais para que a educação cristã seja incorporada desde a infância. O Papa Pio XI faz um apelo urgente para que todos assumam essa responsabilidade, considerando-a uma obrigação moral, conforme as diretrizes do ofício pastoral.

O ponto principal da carta encíclica é a defesa da “verdadeira educação cristã”, que, segundo o Papa, deve ser caracterizada por princípios sólidos e uma base espiritual firme. A educação cristã, para o Papa, não é simplesmente uma instrução intelectual, mas uma formação moral e espiritual que prepara os jovens para viver de acordo com os valores cristãos: “É portanto de máxima importância que a educação, como é verdadeira obra da educação, não é para tudo” (A FAMÍLIA, 26/04/1930). Por fim, *A Família* reafirma a importância da educação cristã nas escolas públicas, onde, segundo o jornal, a presença do ensino religioso deve ser garantida. A carta encíclica de Pio XI reforça a missão da Igreja de educar os jovens segundo os princípios de Cristo. O periódico vê esse documento como uma orientação vital para a educação religiosa e um apelo para que a Igreja Católica continue a exercer seu papel de guia moral, em um momento de crescente secularização e enfraquecimento dos valores cristãos na sociedade (A FAMÍLIA, 26/04/1930).

### *4.1.2 A formação da mulher católica: educação, moral e papel social*

A formação da mulher no Brasil foi influenciada pela cultura patriarcal, consolidada desde o período colonial. Essa estrutura social, conforme aponta Maria do Perpétuo Socorro Leite Barreto (2004), possuía legitimidade institucional, sendo parte essencial da organização da sociedade. Nela, o homem exercia autoridade sobre a mulher e os filhos, o que resultava em relações interpessoais marcadas pela dominação e, muitas vezes, pela violência. A educação feminina, dentro desse contexto, era direcionada para a obediência, a moral cristã e o cumprimento de um papel social pré-determinado. Dessa forma, as mulheres eram educadas para a submissão e para o cuidado do lar, o que limitava suas possibilidades de atuação na sociedade. Esse modelo de formação se

sustentou por séculos, reforçando desigualdades de gênero e restringindo o acesso das mulheres a espaços de poder e conhecimento.

Compreender a formação da mulher católica exige analisar como sua educação e moral foram moldadas ao longo da história. Como destaca Perrot (2017), as mulheres foram silenciadas porque os homens dominaram a produção do conhecimento e as regras da sociedade. Ao longo da história, a discriminação contra a mulher sempre esteve presente na sociedade. Mesmo com o passar do tempo, no século XX ainda existia um modelo de mulher ideal que a sociedade valorizava. Esse padrão foi reforçado pela Igreja Católica, influenciando o comportamento, a maneira de pensar e as atitudes das mulheres. No início do século XX, muitas revistas e jornais ensinavam as mulheres a serem boas donas de casa e responsáveis pela moral da família. Elas deveriam ser virtuosas, ou seja, seguir o ideal de feminilidade como esposas, mães, filhas e servas de Deus. O periódico *A Família* reforçava essa ideia, descrevendo a mulher ideal como alguém doce e generosa, que traz paz ao seu redor, evita conflitos e conforta aqueles que estão sofrendo. Um exemplo dessa visão encontrado no periódico A Família é: Anjo de doçura, uma mulher verdadeiramente generosa saberá, segundo a medida de sua influência, semear em volta della a paz, manter a concórdia, evitande os attritos conciliando as opposições, esfriando as coleras e reanimando as afleições amornadas. (A Família, nº 384, 27/12/1919, p 1.)

Assim, essa mulher intimamente ligada à vida cristã obedece à liderança de seu marido, uma vez que, segundo Efésios 5:23, cada um tem uma função do corpo e o marido foi escolhido para ser a cabeça. Tal visão era reforçada pelo Código Civil de 1916 que exigia que a mulher assumisse a condição de submissa ao marido e aos encargos de família. Compreende-se que:

> Os Códigos elaborados a partir do século XIX dedicaram normas sobre a família. Naquela época, a sociedade era eminentemente rural e patriarcal, guardando traços profundos da família da Antiguidade. A mulher dedicava-se aos afazeres domésticos e a lei não lhe conferia os mesmos direitos do homem. O marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. Nosso Código Civil de 1916 foi fruto direto dessa época. (Venosa, 2014, p. 16).

De tal modo, a sociedade pregava que as mulheres tinham o dever de se esforçarem e trabalharem para atingir as características da mulher perfeita, que seria a mulher bíblica: sábia, virtuosa, hedônica e submissa. A sedentariedade é uma virtude feminina, um dever das mulheres ligadas à terra, à família, ao lar (Perrot, 2019). Não devendo casar as que “não sabem coser, cosinhar e arrumar o quarto” (A Família, 1918,

ed. 305). Em contrapartida, cabia ao homem governar e presidir, liderando a Igreja, o país, a família, a mulher, os filhos e cumprindo a vontade de Deus.

Além de reforçar os papéis tradicionais da mulher na sociedade, *A Família* também noticiava ações que evidenciavam a atuação feminina dentro dos limites impostos pela moral católica. Um exemplo disso foi a fundação de uma associação por um grupo de mulheres católicas nos Estados Unidos, com o objetivo de construir uma igreja junto à Universidade Católica de Washington. O aspecto mais marcante dessa iniciativa era a recusa da ajuda masculina na realização do projeto, demonstrando uma busca por autonomia nos valores religiosos (*A Família*, n. 53, 23/08/1913, p. 1). Embora pareça destacar uma iniciativa feminina louvável, a forma como o fato é apresentado reforça a ideia de que a autonomia das mulheres deveria estar restrita a um contexto religioso, sem representar uma ameaça à ordem patriarcal. A recusa dessas mulheres em aceitar ajuda masculina, por exemplo, poderia ser interpretada como um sinal de independência, mas dentro de um recorte que ainda reafirmava a separação entre os papéis de homens e mulheres na sociedade.

O engajamento feminino era aceito e até elogiado, desde que permanecesse nos limites impostos pela moral católica, sem ultrapassar o espaço que lhes era reservado. Além disso, a própria escolha da notícia para publicação demonstra uma estratégia de controle. O fato de um grupo de mulheres ter se organizado para construir uma igreja foi registrado não como um exemplo de capacidade feminina, mas como uma ação atípica, o que reforça a ideia de que a atuação das mulheres fora do ambiente doméstico não era a norma, mas uma exceção. O periódico enfatiza que "a originalidade da associação está no facto de não quererem essa senhora que homem algum as auxilia na realização de seu intento" (*A Família*, n. 53, 23/08/1913, p. 1). Essa afirmação, ao invés de destacar a força e a autonomia dessas mulheres, as retrata como um caso incomum dentro da lógica social vigente, onde a dependência do auxílio masculino era vista como natural.

Ao tratar da mulher na sociedade moderna, a edição de *A Família* de 20 de dezembro de 1913 parece reconhecer a importância da mulher, mas o artigo está enraizado nos valores tradicionais da Igreja. Quando o jornal diz que a mulher "não será um dos índios mais digno de toda nossa confiança depois de Deus?" (A Família, n. 70, 20/12/1913), ele sugere que, embora a mulher tenha um papel central, ela deve estar sempre ligada à moral religiosa e à família. Ou seja, o papel da mulher é importante, mas limitado a esses espaços. Ainda no mesmo artigo, o jornal também fala sobre a "digna dependência e uma nobre independência", afirmando que essas duas qualidades devem

coexistir (A Família, n. 70, 20/12/1913). Isso significa que, embora a mulher possa ser independente, essa independência não é total. Ela deve ser sempre guiada pela confiança nos outros e, principalmente, nas estruturas familiares e religiosas. Ou seja, o que parece ser uma valorização da mulher está, na verdade, amarrado à ideia de que sua liberdade está restrita a certos limites, como ser uma boa esposa e mãe, mas sem ultrapassar esses papéis.

Posteriormente, em um artigo com o mesmo título, "A Mulher e a Sociedade Moderna", publicado na edição de 05/12/1914 do jornal, a figura feminina é retratada como essencial para o bem-estar e o progresso da sociedade, mas sua atuação se restringe ao papel de esposa, mãe e cuidadora. O jornal afirma que "a mulher, em resumo, sempre se congratula quando haja mister a sua valiosa e frutifera mediação nos negocios dos homens, seus esposos, filhos e parentes" (A Família, n. 120, 05/12/1914). Ao destacar figuras históricas femininas como Eva e Maria, o artigo mostra que a mulher possui poder sobre a humanidade, sendo capaz de influenciar diretamente os destinos dos homens, seja para o bem ou para o mal. A menção de Eva e Maria ilustra duas figuras polarizadas, com Eva associada à queda da humanidade e Maria à redenção, conferindo à mulher, assim, um papel central nas questões espirituais e morais da sociedade. O jornal afirma que "Eva – a primeira mulher, cooperando para a ruina do genero humano. – Maria – a virgem immaculada da regia estirpe de David, contribuiu com o fructo bendito do seu regaço materno, para a redempção do humano orbe, escravissado por Lucifer" (A Família, n. 120, 05/12/1914). A mulher é exaltada por sua capacidade de afetar profundamente a vida das pessoas, mas essa influência não se estende à participação pública ou política, sendo restrita ao círculo doméstico e à educação moral dos filhos e apoio ao marido.

O artigo também afirma que "a mulher, em resumo, exerce, na vida, uma posição de destaque dependendo Della, ás mas das vezes o progresso, a moralisação, o enaltecimento, sociaes" (A Família, n. 120, 05/12/1914), reforçando a ideia de que a mulher é essencial para o bem-estar moral e social da família, mas sem ultrapassar esses limites. Nesse contexto, o reconhecimento do poder da mulher parece estar ligado à ideia de que ela deve usar sua influência de forma silenciosa e submissa, sem desafiar as estruturas de poder estabelecidas pela sociedade e pela Igreja. Portanto, embora o texto reconheça a importância da mulher, ele a limita a um papel de mediadora de valores morais e sociais, reforçando a ideia de que sua autonomia deve ser sempre direcionada pelo respeito à autoridade religiosa e à estrutura familiar tradicional.

No artigo “A Instrução e a Educação da Mulher”, publicado na edição de 22 de outubro de 1927 do periódico, o *A Família* reforça a visão tradicional da mulher como pilar fundamental para a moral da sociedade e família. A instrução feminina, segundo o jornal, não deveria se limitar ao simples conhecimento acadêmico, mas deveria estar profundamente enraizada nos valores religiosos e morais. A mulher, em sua função de mãe e educadora, tem a responsabilidade de formar cidadãos competentes, capazes de contribuir para a paz e a harmonia social. O periódico afirma que “Da instrução desenvolvida da mulher, de sua educação, dependem o progresso moral dos povos e a felicidade da família, como a paz na sociedade” (A Família, 22/10/1927). Este trecho destaca a missão central da mulher, que é educar seus filhos de acordo com os valores morais e espirituais, sendo a base para a estabilidade e a prosperidade da sociedade. Assim, a formação feminina é vista como uma responsabilidade coletiva que molda o futuro da sociedade.

O artigo expressa uma preocupação com as influências externas que poderiam desviar a mulher de sua missão. Ele critica a instrução “perigosa e imoral”, associada aos “livros os mais livres”, que poderiam incitar a vaidade e distorcer a verdadeira missão da mulher. O periódico escreve que “Queremos, pois, a instrução da mulher, mas não essa instrução perigosa e imoral, bebida em livros os mais livres” (A Família, 22/10/1927). Aqui, a crítica está voltada para a instrução que desvia da moral cristã e enfraquece o papel da mulher dentro da família e da sociedade. A instrução que promove a vaidade ou o conhecimento “inútil” é considerada um risco, pois desvia a mulher do caminho da virtude, que deveria ser o objetivo central de sua educação. O jornal vê com desconfiança qualquer forma de aprendizado que não seja voltada para o fortalecimento da moral religiosa e da estrutura familiar.

Ainda mais, o periódico denuncia os erros do modelo educacional da época, que, em sua visão, formava mulheres vazias de princípios morais e apenas voltadas para a vaidade e para o conhecimento superficial. Segundo o jornal, a mulher não deveria ser “um repositório de conhecimentos inúteis”, pois isso a desvirtuaria de sua verdadeira missão, que seria educar e formar os futuros cidadãos de acordo com os preceitos cristãos. O texto ressalta que “Toda a sua educação consiste em inspirar-lhe a vaidade e dar-lhe noções superficiais de alguns conhecimentos, enquanto o coração é desprezado completamente” (A Família, 22/10/1927). Este comentário diz que a educação feminina da época negligenciava a formação moral e espiritual das mulheres, o que, segundo o jornal, resultava em um vazio moral nas futuras gerações. O conhecimento acadêmico,

sem um fundamento moral e religioso, é visto como uma ameaça à educação das crianças e à preservação da moralidade na sociedade. Em relação ao impacto desse modelo educacional, o periódico afirma que: não é, pois, de admirar que vejamos continuamente essa mocidade sem noções dos deveres sociais, que faz consistir sua educação em pilhérias, ofensivas em ditos imorais, rasas e em actos desrespeitosos nas igrejas e em público (A Família, 22/10/1927).

O jornal critica a falta de uma educação moral sólida, associando-a à decadência dos valores sociais e ao comportamento desrespeitoso dos jovens. A ideia central é que a educação, quando não é orientada pela moral cristã, pode levar à desordem e ao enfraquecimento dos princípios familiares e sociais. A crítica é direcionada à educação que não prioriza o desenvolvimento do caráter, que é fundamental para que a mulher possa cumprir seu papel como educadora e mãe.

A mulher, de acordo com o periódico, não deve almejar o progresso intelectual por si mesma, mas para cumprir a sua função dentro da estrutura social patriarcal, mantendo a ordem moral da família e da sociedade. O periódico afirma que "Instrua-se, eduque-se a mulher, que será então uma mocidade, e por fim, uma população bem educada" (A Família, 22/10/1927). A ênfase está na formação do caráter e na transmissão de valores morais e religiosos, e não em um conhecimento acadêmico que possa desviar a mulher de sua verdadeira vocação. Isso reflete a visão de que a educação da mulher deve ser focada em sua função como mãe, esposa e educadora, dentro dos limites estabelecidos pela moral cristã e pela estrutura familiar tradicional. O aprendizado intelectual, por mais valioso que seja, deve sempre servir a esses fins e nunca representar uma ameaça à estabilidade moral da sociedade.

Ainda no mesmo ano, em 26 de novembro de 1927, o periódico *A Família* publica um artigo intitulado "Educação Feminina", que reafirma a visão tradicional sobre o papel da mulher na sociedade, especialmente no que tange à sua educação moral e religiosa. O texto questiona a ideia de que a mulher, ao se afastar de seu lar e de seus deveres sagrados, se entregaria ao "turbilhão corruptor da moda e dos maus costumes", sugerindo que isso não é uma ação natural da mulher, mas uma consequência de ser arrastada por influências externas, como o comportamento de um homem que não reconhece o valor da mulher virtuosa. O artigo afirma: "A mulher é de natural inclinada à piedade, à prática da virtude, aos enlevos do lar" (A Família, 26/11/1927). Isso reflete a crença de que o lugar da mulher é, essencialmente, no lar, cumprindo seus deveres como filha, esposa e mãe, em conformidade com as ordens de Deus e da natureza. O artigo também critica a crescente

influência das tendências modernas, como a popularização de ídolos e modismos, como Rudolpho Valentino, ator italiano, e o Charleston, curta-metragem de fantasia futurista e sensual, que desviariam a mulher do caminho da virtude e da moral cristã.

Em oposição a essas influências, o texto propõe uma imagem de mulher idealizada, voltada para a religiosidade e a pureza. O jornal escreve: "A virgem sensata e laboriosa, que substituindo os ídolos mundanos como sejam Rudolpho Valentino, por Therza de Jesus; o Charleston, pelo rosário" (A Família, 26/11/1927). Aqui, a mulher é representada como alguém que deve ser um exemplo de castidade, devoção religiosa e humildade, rejeitando os valores mundanos em favor dos princípios cristãos. Essa visão de feminilidade se contrasta com os novos comportamentos considerados desvirtuados pela sociedade e pela Igreja Católica. A mulher, para o jornal, deve ser a cuidadora do lar, a figura que mantém os valores familiares e educa as futuras gerações. O texto descreve o papel da mãe exemplar, que ensina aos filhos "o amor e respeito a Deus e ao próximo, a caridade, a amor à Pátria, a necessidade de fazer o bem para o benefício da humanidade" (A Família, 26/11/1927). A educação da mulher é, portanto, vista como a chave para a moralidade e o progresso da sociedade. A mulher que cumpre sua função de mãe e educadora é apresentada como capaz de regenerar a sociedade, contrariando as influências negativas que possam ser disseminadas por um mundo moderno e corrompido.

O artigo também faz uma analogia com criminosos, destacando que a falta de uma educação cristã adequada pode levar à degradação moral. O texto diz que, mesmo indivíduos que cometeram crimes terríveis podem ser tocados pela lembrança de uma mãe carinhosa que lhes ensinou valores de esperança e bondade. Isso reforça a ideia de que o papel da mulher na educação moral é fundamental para a formação de cidadãos éticos e respeitosos. O jornal afirma:

> é as vezes a lembrança de uma mãe carinhosa e boa, que murmurou outr'ora aos seus ouvidos infantis doces palavras de esperança e bondade, que lhes arranca dos olhos, onde o crime imprimiu a marca da feneidade, lágrimas benditas de arrependimento (A Família, 26/11/1927).

O artigo conclui com uma ênfase na importância da educação cristã da mulher, sugerindo que sem ela, nenhum progresso social ou sucesso humano será possível. O texto afirma que, "sem a educação cristã da mulher, obra humana jamais logrará êxito" (A Família, 26/11/1927), reforçando a ideia de que a moral e os valores cristãos são essenciais para o sucesso da sociedade. Segundo o artigo, apesar de feitos heroicos ou

grandes conquistas intelectuais, a verdadeira estabilidade e grandeza de uma nação só serão alcançadas quando a educação da mulher for baseada nos princípios cristãos. A educação da mulher, nesse contexto, não é apenas uma questão de aprendizado, mas de conformidade com uma moral religiosa que deve reger todas as suas ações e a formação das futuras gerações.

Além das questões já abordadas sobre a formação e a atuação da mulher católica dentro dos limites impostos pela moral e pelo modelo patriarcal, o periódico *A Família* também se posiciona em relação ao feminismo. Em diversas publicações, o feminismo é mencionado de forma crítica, sendo apresentado como um movimento que desafia os papéis tradicionais e as normas que definem o comportamento da mulher católica. Em um de seus artigos, o periódico afirma que a emancipação da mulher e sua busca por igualdade com os homens resulta em uma perda de seu papel moral, afetando diretamente a estrutura familiar. Segundo o jornal:

> nas nossas sociedades modernas, emancipadas de antigos preconceitos, a mulher acha-se no mesmo plano que o homem, posto que os seus atributos sejam oppostos. O homem representa a força, a mulher a belleza. A discordia ha de existir sempre, desde o momento em que a mulher pense em abandonar a sua função esthetica para se tornar a fôrça, querendo provar ao homem que pode competir com elle ou pelo trabalho ou pelo pensamento (A Família, n. 194, 06/05/1916).

Essa crítica reflete a preocupação com a mudança dos papéis tradicionais da mulher e o impacto disso na família. O movimento feminista, ao buscar a igualdade de direitos, é visto como uma ameaça à ordem moral e à estabilidade da família, já que, ao competir, na perspectiva da moral cristã, com os homens, a mulher estaria desafiando sua função "natural" como cuidadora e figura moral. O artigo faz uma advertência sobre os perigos dessa emancipação, afirmando que, quando a mulher tenta competir com o homem ou pelo trabalho, ou pelo pensamento, "a funcção moral da mulher desapparece ea familia torna-se impossivel" (A Família, n. 194, 06/05/1916). Dessa forma, o jornal reforça a ideia de que a mulher, ao tentar assumir papéis tradicionalmente masculinos, estaria desvirtuando sua verdadeira função dentro da sociedade, o que resultaria em uma ruptura na estrutura familiar e no equilíbrio moral da sociedade.

Nos anos seguintes, o editorial seguiu o mesmo pensamento crítico sobre o feminismo, refletindo o receio da Igreja em relação ao movimento e à mudança nos papéis tradicionais da mulher. Em um artigo de 02/08/1919, o *A Família* aborda o feminismo de maneira mais detalhada, apresentando-o como um problema social que existe desde os

tempos antigos, mas que ganhou maior visibilidade devido às mudanças na sociedade moderna. O texto sugere que o cristianismo foi o primeiro a dar à mulher um papel de destaque, oferecendo-lhe um lugar de responsabilidade no mundo. O artigo afirma que "foi o christianismo quem primeiro se occupou da mulher, tirando-a do jugo a que estava sujeita e dando-lhe um logar de destaque e de responsabilidade no mundo" (A Família, n. 363, 02/08/1919). No entanto, o artigo vê com preocupação o impulso das mulheres para reivindicar seus direitos, considerando essa revolta como resultado de uma sociedade que, ao longo do tempo, as "martirizou". O jornal descreve o feminismo como um movimento que "se insubordina, que se subleva e se anarchisa, quando este problema é interpretado de diferentes maneiras pelas mulheres" (A Família, n. 363, 02/08/1919), referindo-se a uma falta de unidade e compreensão entre as próprias mulheres sobre o movimento.

O periódico continua a reforçar a ideia de que o feminismo deve ter como objetivo "melhorar a condição da mulher, conduzindo-a à sua maior perfeição", mas avisa que muitas feministas têm desperdiçado uma "causa tão nobre e justa" por meio de "declamações improprias e inefficazes" (A Família, n. 363, 02/08/1919). O texto enfatiza que o feminismo não pode ser uma luta emocional, mas sim ser guiado pela fé e pela moral cristã. O periódico escreve: "é preciso proceder com muita calma e imparcialidade, sempre guiadas pela fé e não se esquecendo que, principalmente para os problemas de ordem moral, é indispensável consultar a doutrina catholica" (A Família, n. 363, 02/08/1919), sugerindo que qualquer movimento de emancipação feminina deve ser validado pela doutrina religiosa e sem desrespeitar os valores tradicionais. Além disso, o artigo critica a falta de preparo das mulheres para resolver o problema do feminismo, afirmando que somente aqueles com o conhecimento adequado, incluindo os homens, podem dar a orientação necessária para essa questão. O periódico escreve:

> uma grande parte das mulheres julgase capaz de resolver este problema; sem aliás ter o preparo sufficiente e necessario; e creio bem que ellas não poderão dar uma orientação segura ao feminismo, sem consultarem aos homens que tenham o preparo exigido para um caso tão importante (A Família, n. 363, 02/08/1919).

Dessa forma, o periódico reforça a ideia de que o feminismo, mesmo sendo uma busca legítima por melhorias, deve ser sempre guiado pelos homens, que são vistos como os detentores do conhecimento e da moral.

O periódico também reforça a ideia de que a questão feminina afeta toda a sociedade. O jornal afirma: "a mulher precisa do homem, como o homem da mulher, e tudo o que afecta à mulher, affecta ao homem" (A Família, n. 363, 02/08/1919). O jornal

conclui dizendo que “justo é que nós, catholicos, nos interessemos e trabalhemos porque ella, se tornem perfeitas, reflectidas, distintas e influentes” (A Família, n. 363, 02/08/1919). Para o periódico, a verdadeira emancipação da mulher não deve ser uma busca por igualdade, mas por uma maior perfeição, alinhada com a moral religiosa e os valores tradicionais da família e da sociedade. Ou seja, o feminismo, conforme abordado pelo jornal, deve ser algo que aconteça dentro dos limites estabelecidos pela Igreja e pela sociedade patriarcal.

No artigo de 15 de dezembro de 1928, publicado na edição 837, o periódico expressa uma postura altamente crítica em relação à introdução do voto feminino no Brasil, tratando-o como uma ameaça à ordem social e política do país. O texto inicia com uma afirmação de que o voto feminino seria uma “calamidade” para o Brasil, afirmando que, enquanto em países mais desenvolvidos, com maior educação cívica, o voto feminino poderia ter bons resultados, no Brasil isso seria uma falha. O *A Família* afirma: “Deus me livre que apareça por aí qualquer dia o voto feminino... Quer-me parecer que será a maior calamidade que pudesse passar sobre o Brasil” (A Família, 15/12/1928). Esse julgamento reflete o receio de que as mulheres, ao obterem o direito de votar, não estariam preparadas para lidar com os complexos problemas políticos e sociais do país, o que resultaria em um impacto negativo. A crítica do jornal se baseia no fato de que, para ele, as mulheres no Brasil eram educadas para funções estritamente domésticas e familiares, distantes dos problemas políticos e da vida pública. O jornal destaca que: “as nossas mulheres preenchem-me mais aos resultados do lar e têm uma adorável ignorância dos problemas políticos e da grandeza dos problemas sociais” (A Família, 15/12/1928, ed 837).

Essa visão está diretamente ligada à ideia de que o lugar da mulher é dentro do lar, cumprindo suas funções de esposa, mãe e cuidadora, e que a participação delas em questões políticas seria não só desnecessária, mas prejudicial à sociedade. O jornal defende a ideia de que o feminismo, tal como é aplicado no Brasil, não tem fundamento real, pois as mulheres não estariam preparadas nem interessadas em se envolver com a política de maneira séria.

Além disso, o artigo menciona com desprezo as mulheres que tentaram se envolver em questões políticas, associando-as à ideia de que estavam sendo influenciadas pelos homens ao seu redor. O periódico escreve que “essas cinco operárias são conduzidas pela vontade despotica, discricionária e inapreçível dos senhores seus maridos” (A Família, 15/12/1928), falando que, mesmo nas tentativas de mulheres se envolverem

politicamente, elas estariam sendo controladas por seus maridos e não agiriam de forma autônoma. O jornal vê essa interferência masculina como natural, já que, segundo ele, o homem sempre teve o controle sobre as ações da mulher, o que torna a política feminina uma extensão das vontades masculinas. O texto também critica as manifestações políticas femininas, considerando-as como manifestações de um sentimentalismo excessivo e inútil. O periódico argumenta que: não nos deixemos arrastar por esse sentimentalismo doentio e por essa idéia da novidade, que é poderá servir para empecer a marcha ascensional do Brasil (A Família, 15/12/1928).

O autor aqui faz referência ao movimento feminista como algo desnecessário e que, em vez de ajudar, atrapalharia o progresso do país. O jornal reforça a ideia de que, antes de qualquer envolvimento feminino na política, as mulheres deveriam ser educadas para "auxiliar e educar o homem próprio", ou seja, elas deveriam continuar seu papel tradicional de apoio moral e social dentro da família, e não se envolver nas questões políticas externas.

Por fim, o artigo sugere que, uma vez que os "pecados" da sociedade masculina fossem corrigidos e as mulheres devidamente preparadas para seu papel "de auxílio ", seria possível então considerar o voto feminino. O texto conclui dizendo:

> Depois que tivemos corrigido certos pecados, pecadinhos e pecadões de que enferma a sociedade masculina e temporárias, depois que tivemos preparado a mulher para auxiliar e educar o homem próprio como as justas religiões políticas e sociais, podemos passar para a hipótese de se deixar nas mãos direito de voto (A Família, 15/12/1928).

Essa visão reflete a ideia de que, para que as mulheres participem da vida política, elas precisariam estar completamente alinhadas com os valores tradicionais e a estrutura patriarcal, sempre agindo sob a orientação dos homens, e não como entidades autônomas. O artigo reafirma o medo da Igreja e de outros setores conservadores da sociedade de que a emancipação política das mulheres pudesse enfraquecer as estruturas familiares e sociais que, para eles, eram essenciais para o bom funcionamento da sociedade brasileira.

Outro aspecto relacionado à educação da mulher, abordado no *A Família*, diz respeito à imposição de padrões de beleza, especialmente no que tange à aparência física das mulheres. O século XX, como observa Mary Del Priore (2014), foi o período em que o corpo se tornou um objeto de atenção e exibição. A preocupação com a aparência, principalmente com a pele, se intensificou, sendo um reflexo das novas normas sociais que surgiam. Sant'anna (2014) destaca que, na década de 1920, a pele branca era vista

como o padrão de beleza ideal, sendo aclamada em diversas propagandas de produtos de beleza. Isso fica evidente em anúncios veiculados no *A Família*, como o que promovia o uso de pó de arroz, que era apresentado como um produto capaz de "remover a cor encardida do rosto, os pannos, as sardas, as rugas, as espinhas, e os cravos pretos que tanto prejudicam a belleza e os attrativos da senhoras" (A Família, n. 228, 23/02/1918, p. 4). Esses anúncios reafirmam a ideia de que a beleza feminina estava diretamente associada a uma aparência idealizada e quase inatingível, que deveria ser constantemente mantida e aprimorada.

Em consonância com a análise de Del Priore (2014), Perrot (2019) acrescenta que, no século XX, as mulheres passaram a ser responsabilizadas pela sua aparência, com o estigma da feiura sendo progressivamente associado à desgraça. O conceito de beleza tornou-se algo acessível a todas, desde que se utilizassem maquiagem e cosméticos, transformando a estética em uma forma de ética. Como Perrot (2019) afirma: "As feias caem em desgraça, até que o século XX as resgate: todas as mulheres podem ser belas. É uma questão de maquiagem e de cosméticos. [...] Em suma ninguém tem o direito de ser feia. A estética é uma ética" (Perrot, 2019, p. 50). Esse surgimento de uma sociedade do espetáculo, como descrito por Perrot (2019), levou a beleza a se tornar um fator determinante para o desejo e a conquista matrimonial, transformando o embelezamento em um "capital de troca" social, como ela mesma define. A beleza, portanto, não era apenas uma questão de aparência, mas também de status social e aceitação.

Dentro desse contexto, os cuidados com os cabelos das mulheres ganham destaque, pois, como observa Perrot (2019), os cabelos foram erotizados e passaram a ser vistos como um símbolo da feminilidade, contendo sensualidade e desejo. O jornal *A Família* refletia essa visão ao promover produtos como a "ONDULINA", um produto para ondular e aformosear os cabelos, que, como o anúncio sugere, "fortificava-os ao mesmo tempo" (A Família, n. 43, 1913). A ênfase no cuidado com os cabelos estava diretamente ligada à expectativa social de que as mulheres mantivessem uma aparência cuidada, mas dentro dos padrões estabelecidos. A feminilidade, representada pelos cabelos bem arrumados e dentro dos padrões de moda, exigia a conformidade das mulheres com normas estéticas restritivas. Ao mesmo tempo, os cabelos, embora fossem uma peça central na construção da imagem de uma mulher bela, também funcionavam como um instrumento de repressão e controle social.

Perrot (2019) observa que "uma mulher de cabelos soltos é uma figura do povo" (p. 58), destacando que, ao contrário dos cabelos presos e arrumados, os cabelos soltos

eram associados a uma falta de controle e de respeito às normas sociais. Isso implica que, por mais que as mulheres do século XX tivessem novas opções de penteados e cuidados com os cabelos, elas ainda estavam sujeitas à normatividade da sociedade, que ditava não apenas como deveriam se apresentar, mas também como deveriam se comportar. O periódico *A Família* segue esse conservadorismo ao veicular anúncios sobre os cuidados com os cabelos, mas sempre dentro dos limites do que era considerado adequado para o comportamento feminino. Perrot (2019) observa, por exemplo, que "em público, raramente são deixados soltos: na maioria dos casos são presos num coque que só se desfaz na intimidade do lar, ou mesmo apenas no quarto de dormir" (Perrot, 2019, p. 58). A liberdade de escolha sobre o penteado ou sobre a apresentação da mulher estava restrita, e qualquer desvio dessa norma poderia resultar em desaprovação social.

Contudo, no artigo de 18 de outubro de 1919, publicado na edição número 374 do *A Família*, o conceito de beleza feminina é discutido de uma maneira que reflete profundamente os valores da moral católica e da visão conservadora da época. O texto começa destacando os "falsos pensamentos e conceitos sobre a belleza", considerando-a uma das qualidades humanas mais efêmeras e passageiras. A beleza física, representada por flores como a rosa, o cravo e a açucena, é rapidamente desvalorizada, pois, conforme o artigo, "bastam os raios solares d'uma manhã para que suas pétalas se desapreguem, percam a fragrância" (A Família, 18/10/1919). Essa crítica à beleza física efêmera é uma introdução ao conceito mais profundo de beleza, que vai além das aparências e se conecta com os princípios espirituais e morais. Para o periódico, a verdadeira beleza está relacionada à harmonia e à ordem que se observa na criação divina, e não na aparência superficial. O artigo diz que: quando estudamos a ordem, a disposição a harmonia que vemos em todas as causas criadas no céu e na terra, descobrimos uma beleza relativa, permanente, que parece identificar-se com os ideais do Altíssimo (A Família, 18/10/1919).

A beleza que o jornal defende é uma beleza imutável e profunda, que se alinha com a virtude e a moralidade, em contraste com a beleza física, que é temporária e ilusória.

A crítica ao culto da beleza física, muito presente na sociedade moderna da época, também é refletida na citação de Ninon de Lenclos, que afirma: "A belleza é uma carta de recomendação cujo crédito não dura muito" (A Família, 18/10/1919). Aqui, o periódico faz uma analogia entre a beleza física e uma carta de recomendação, que, apesar de ser útil no início, perde sua validade com o tempo. Essa comparação reforça a ideia de que a

verdadeira beleza não é algo que se baseia apenas na aparência externa, mas em qualidades morais e virtudes internas. O artigo enfatiza que, para que a beleza seja “permanente e durável”, ela precisa estar firmada na virtude.

> Si quisermos que nossa belleza seja permanente, durável, semelhante a essa que se descobre na harmonia do universo, devemos consultar aqueles que tiveram pensamentos mais sólidos a seu respeito, firmando a belleza num pedestal firme, isto é, sobre a virtude" (A Família, 18/10/1919).

A verdadeira beleza feminina, portanto, está intimamente ligada ao caráter moral da mulher, e não à sua aparência física. A beleza exterior, sem a base da virtude, é vista como vazia e sem substância. Essa visão de beleza interior como a forma mais duradoura e verdadeira está alinhada com a moral católica, que coloca a virtude acima das qualidades físicas. Em vez de exaltar a beleza física ou superficial, o jornal coloca a verdadeira beleza da mulher católica como algo que é construído sobre os pilares da virtude, moralidade e espiritualidade, defendendo que a mulher deve ser admirada principalmente por suas qualidades internas, como o caráter e a virtude, e não pela aparência externa.

# 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos, como ponto de partida para essas considerações finais, o processo de transformação vivido pelo Brasil desde a Proclamação da República. O golpe militar de 1889 não foi, como muitos imaginam, uma transição tranquila. Fonseca (2017) afirma que, para os republicanos, a instauração da República foi um avanço inevitável para a evolução do Brasil, enquanto os monarquistas viam o evento como o fim de um período de glórias e a inserção do país em uma realidade de crises, comum às repúblicas latino-americanas. Assim, com a falta de consenso entre as elites e a resistência de diversos segmentos da sociedade indicam que a República nasceu com marcas de conflito. As massas, de certa forma, eram as que mais sofriam com os impactos do antigo regime monárquico, independentemente de serem positivos ou negativos (Fonseca, 2017). A imposição do novo regime não se deu por um simples ato de proclamá-la, mas através da dissensão que se estendeu para os anos seguintes. Além disso, o movimento republicano, não foi aceito de imediato, o que gerou revoltas militares, muitas vezes abafadas pela censura.

Esse clima de resistência permeou a fundação do Estado republicano, evidenciando que, ainda que a Constituição de 1891 tenha consagrado a separação entre Igreja e Estado. Essa separação foi fortemente influenciada pelos liberais e positivistas brasileiros, cujos pressupostos políticos e intelectual-filosóficos precisam ser estudados, não apenas por interesse especulativo, mas também para fundamentar as razões dessa ruptura (Souza, 2008). As primeiras reações da Igreja a essa separação, através da Carta Pastoral de 1890, mostram como a perda de privilégios foi sentida como uma afronta à sua posição histórica. Nesse contexto, o Decreto 119-A estabeleceu a liberdade de culto, a extinção do sistema de padroado e, em sua essência, a separação entre Igreja e Estado (Souza, 2008). O Decreto ainda gerou mais tensões, evidenciando a luta pela sobrevivência de uma instituição que, por séculos, havia moldado a estrutura política do país. Dessa forma, a Proclamação da República revela as resistências internas e externas à mudança, evidenciando um Brasil que, apesar das tensões, ainda buscava alcançar estabilidade política.

O segundo capítulo trouxe à tona as reformas educacionais e a disputa entre a modernização republicana e a manutenção da influência da Igreja Católica no cenário educacional. A década de 1920 foi, sem dúvida, um período decisivo para a configuração do sistema educacional brasileiro, em um momento em que as ideias da Escola Nova

ganhavam força. De acordo com Nícia Vilela Luz (1969), a década de 1920, considerada uma época pré-revolucionária que anuncia a desintegração da Primeira República, foi marcada por agitações políticas, com as revoluções tenentistas de 1922 e 1924, além de várias insurreições e pequenos levantes pelo país. Esse período também viu o setor literário se inflamar com o Movimento Modernista, destacando-se, portanto, tanto os aspectos políticos quanto literários, que têm atraído a atenção dos estudiosos e gerado uma produção acadêmica significativa (Luz, 1969). Essas agitações políticas e culturais também impactaram o campo educacional, onde a proposta de uma educação laica, modernizadora e voltada para a ciência entrava em conflito com as tradições católicas que ainda dominavam as práticas pedagógicas em boa parte do Brasil.

Ao longo do segundo capítulo, foi evidenciado que a resistência da Igreja Católica se deu principalmente no campo educacional, onde, apesar da separação formal com o Estado, não perdeu nem abriria mão de sua influência. Riolando Azzi (1977) destaca que a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, encontrou o episcopado brasileiro bastante debilitado, com diversos bispos idosos e doentes, todos de mentalidade conservadora, sendo que alguns eram até monarquistas. Em estados como Minas Gerais, por exemplo, a Igreja Católica foi capaz de inserir o ensino religioso nas escolas públicas, como uma forma de resgatar sua autoridade. As estratégias da Igreja revelam uma adaptação às novas condições políticas, procurando influenciar as gerações futuras através do controle educacional. A resistência da Igreja Católica foi uma negação às reformas educacionais e uma tentativa de se reposicionar na nova ordem republicana, onde os valores católicos continuavam a se sobrepor ao movimento de secularização. Não obstante, durante as primeiras décadas da República, Igreja e Estado atuaram separadamente, ignorando-se praticamente no exercício de suas atividades (Azzi, 1977). Assim, o capítulo revela as transformações pós proclamação da República no Brasil e a intencionalidade dele ser moderno e laico, enquanto enfrentava as forças da Igreja Católica, que se preocupava em assegurar sua influência na sociedade, principalmente através do campo educacional, um terreno essencial para a sociedade. Além disso, o capítulo apresenta o periódico A Família, que se configura como uma das principais fontes desta pesquisa e discute como o periódico constrói seu poder formativo.

No último capítulo, investigamos as estratégias da Igreja Católica na preservação de sua influência sobre a educação brasileira, com destaque para o periódico *A Família*, que se posiciona como defensor da educação católica. A partir de sua postura, o jornal busca reafirmar os princípios cristãos como pilares fundamentais da formação moral e

espiritual, sugerindo que a verdadeira educação não pode ser desvinculada da moral religiosa. A crítica à laicização do ensino, que se intensificou com o passar dos anos, aparece como uma constante em suas páginas, com o periódico expondo o que considera serem malefícios, particularmente com exemplos do sistema educacional francês. A análise de *A Família* demonstra que a Igreja Católica, buscava resistir à laicização e transformar a sociedade de acordo com sua visão cristã, propondo que a educação fosse um instrumento para a edificação moral do povo. O combate ao ensino laico, conforme discutido no capítulo, se expressa de forma clara no periódico, que denuncia os efeitos prejudiciais do afastamento da religião nas escolas.

Através de suas críticas, *A Família* propõe que a educação moral e religiosa deve estar presente na escola e ser integrada à vida familiar, com os pais assumindo papel central na transmissão dos valores cristãos. A crítica ao modelo educacional laico da França, em particular, ilustra a profunda insatisfação da Igreja Católica com a separação entre educação e religião, argumentando que essa separação prejudica a formação das crianças, resultando em uma geração desprovida de conhecimento. Assim, o capítulo ressalta como o periódico se posiciona como um defensor do ensino religioso, acreditando que, sem ele, a sociedade se perderia. O papel da mulher católica, tema igualmente abordado no capítulo, é outro ponto de análise. Através de sua escrita, *A Família* defende a educação moral da mulher como essencial para a harmonia da sociedade e da família. A formação da mulher, segundo o periódico, não deve se limitar ao conhecimento acadêmico, mas deve ser basear nos princípios cristãos, especialmente aqueles que se referem ao papel da mulher como esposa, mãe e cuidadora.

O jornal exalta a mulher virtuosa, que mantém a moral cristã dentro do lar e que, ao cumprir seus deveres familiares, contribui para o fortalecimento da sociedade. No entanto, essa imagem da mulher católica é limitada, pois, apesar de ser reconhecida como essencial para o bem-estar da família, sua atuação é vista como restrita ao espaço doméstico. Ao mesmo tempo, *A Família* faz uma crítica direta ao feminismo, considerando-o uma ameaça aos valores tradicionais da sociedade, defendendo que as mulheres devem buscar sua emancipação dentro dos limites da moral cristã e não competir com os homens em outros espaços sociais. Portanto, o terceiro capítulo expõe a Igreja Católica como uma agente ativa na luta contra a laicização do ensino e na promoção de uma educação que estivesse em consonância com os princípios cristãos. O uso de *A Família* como um veículo de defesa dessas ideias revela como a Igreja buscava preservar seu poder e moldar a sociedade de acordo com seus valores. Ao criticar o feminismo e

reforçar a educação moral da mulher, o periódico se posiciona como um guardião das tradições, buscando garantir que a sociedade brasileira permanecesse fiel aos valores cristãos. Através deste capítulo, fica evidente que a Igreja Católica, por meio de seus veículos de comunicação, procurava resistindo às mudanças da época e garantir que a educação fosse um reflexo de sua moralidade.

Este trabalho não esgota as diversas possibilidades analíticas que o estudo da relação entre a Igreja Católica e o sistema educacional brasileiro durante a Primeira República pode oferecer. Ao explorar os desdobramentos da Proclamação da República, a resistência da Igreja Católica à laicização do ensino e os posicionamentos da Igreja Católica sobre o papel da mulher na sociedade, procurou-se entender as estratégias de preservação de seu poder e a luta pela manutenção de seus valores no contexto de um Brasil em transição. Através da análise do periódico *A Família*, foi possível perceber como a Igreja Católica utilizava a educação e a moral cristã como ferramentas de controle social e de adaptação às mudanças políticas e culturais da época. Buscou-se, portanto, contribuir para o entendimento das tensões entre modernidade e tradição, religião e Estado, dentro das especificidades do período republicano. Contudo, há muitos outros aspectos dessa complexa relação que ainda podem ser investigados, deixando em aberto possibilidades para futuras pesquisas que explorem as dimensões políticas, culturais e sociais do papel da Igreja Católica na educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

ACHTSCHIN, Márcio. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni, 2018.

A FAMÍLIA. **A Família.** Ed 1. Teófilo Otoni, 2012.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 33, 1913.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 127, 6 jun. 1914.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 247, 23 set. 1916.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 269, 24 fev. 1917.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 366, 1919.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 816, 20 ago. 1927.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 822, out. 1927.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 835, 1928.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 857, jun. 1928.
— *A Família*, Teófilo Otoni, edição n. 956, 26 abr. 1930.

AJZENBERG, Elza. A Semana de Arte Moderna de 1922. **Revista Cultura e Extensão**. USP, vol. 7. p. 25–29, 2012. Disponível em: ttps://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46491

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, 1993.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983.

ANTUNES, Diogo Silveira Heredia; SANTOS, Andréia Mendes dos; VERISSIMO, Ana Carolina Brandão**. Os movimentos de contraposição à escola convencional: da Escola Nova ao movimento das Escolas Inovadoras no Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: PUCRS, 2016.

ASSUNÇÃO, Moacir. **São Paulo deve ser destruída**: a história do bombardeio à capital na revolta de 1924. Editora Record, 2015.

ANDRADE, Mário de. O movimento modernista. *In*: ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Martins, 1974. p. 231-262.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. *In*: ANDRADE, Oswald de. **A utopia antropofágica**. 2ª. ed. São Paulo: Globo, 1995. p. 47-52.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau Brasil. *In*: ANDRADE, Oswald de. A utopia antropofágica. 2ª. ed. São Paulo: Globo, 1995. p. 41-45.
anos 1940. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultural, 2014.

AQUINO, Maurício de. A Igreja Católica na Primeira República Brasileira (1889-1930): laicidade pragmática,

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 143-170, 2012.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

ARRUDA, Pedro Fassoni. Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930). Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 1, 2007.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. Síntese: Revista de Filosofia, v. 4, n. 10, 1977.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 4, n. 10, 1977.

BAIRON, Sérgio. A Colonização Alemã no Vale do Mucuri. **Revista de História**, n. 127-128, p. 219-220, 1993.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Constituição da República Federativa do Brasil. 2006.

BARBATO, **Luís Antônio de Souza. Ação Católica e política no Brasil: a Liga Eleitoral Católica (1929-1937)**. São Paulo: Loyola, 2014.

BARBOSA, Marialva. Meios de Comunicação no Brasil Pós-30: reflexões em torno da historicidade e do papel da imprensa. **UNIrevista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, jul. 2006.

BOAVENTURA, Maria Eugenia. **22 por 22. A Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos**. São Paulo: EDUSP, 2000.
BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. Editora Companhia das Letras, 2007.

CANCELIER, Andriete; SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. Os 18 do Forte de Copacabana: história e lugar de memória. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 80, p. 51-61, 2022.

CANO, Wilson *et al*. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil**. Revista Economia**, v. 13, n. 3b, p. 897-916, 2012.

CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica bibliografia. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, p. 85-92, 1971.

CARTAS FALSAS. Nome com que ficaram conhecidas duas cartas publicadas em 1921 no jornal carioca Correio da Manhã, contendo ofensas aos militares e a Nilo Peçanha, e atribuídas a Artur Bernardes, então presidente do estado de Minas Gerais e candidato à presidência da República. 2024. Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARTAS%20%20FALSAS.pdf. Acesso em: ago. 2024.

CARVALHO, Martha Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. Educação. **Revista do Centro de Educação**, v. 30, núm. 2, julho-dezembro, 2005, p. 87-104.

CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Zahar, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. **Origens do Movimento Operário e do Socialismo no Brasil. Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 2, p. 51-91, dez. 2015.

COUTO, Victória Valério Naves; TORRES, Graça; ARAUJO, Edinaldo Alves de. **Semana de Arte Moderna**: o legado antropofágico de Tarsila do Amaral no seu centenário. Revista Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos - Universo/Goiânia, ano 6, n. 9, 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2001.

FERNANDES, Allan Felipe Santana. A Igreja Católica e o Movimento de Recatolização no Início do Século XX. **Revista Faces de Clio**, v. 5, n. 10, jul./dez. 2019, p. 71-86.

CAMPOS, Névio de. Ação católica: o papel da imprensa no processo de organização do projeto formativo da igreja católica no Paraná (1926-1939). Educar em Revista, p. 259-277, 2010.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Anísio Teixeira: Itinerários. In: Seminário "Um olhar sobre Anísio". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

CARVALHO, Martha Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. Educação. Revista do Centro de Educação, vol. 30, núm. 2, julho-dezembro, 2005, pp. 87-104.

CERTEAU, M. de. A escrita da histria. Rio de Janeiro: Forense, 1982

COSTA, C. J. Fontes jesuíticas e a educação brasileira. In: COSTA, C. J.; PEREIRA MELO, J. J.; FABIANO, L. H. (Orgs.). Fontes e métodos em história da educação. Dourados: UFGD, 2010. p. 193-214.
CUNHA, Luiz Antônio. A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República. Rio de Janeiro: edição do autor, 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã – da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CURY, C. R. J. Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. Revista brasileira de educação, p. 183-191, 2004.

DA SILVA GOMES, Edgar. A Reaproximação Estado–Igreja no Brasil durante a República Velha (1889-1930). Revista de Cultura teológica, n. 62, p. 95-110, 2008.

DA SILVA, Adailton Soares; DE SOUZA, Aneilton Oliveira. Política educacional no Brasil: do império à República. 2011.

DA SILVA, Circe Mary Silva. Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891) Militar ou pedagogo?. Temas e Debates, v. 1, n. 4, p. 54-60, 1994.

DE AZEVEDO, Alzenira Francisca; DA SILVA, Monique Adriele; CARVALHO, Carlos Henrique. *Da reforma Francisco Campos à Revista do Ensino: as premissas da Escola Nova para a formação de professores em Minas Gerais (1927-1934)*. *Revista de História da Educação*, 2021, p. 3501.

DA SILVA LANÇA, Luã Augusto. *Livros de Psicologia recomendados para a formação de professores na reforma educacional Francisco Campos-Mário Casassanta (1927)*. 2017.

DE CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. Companhia das letras, 2023.
DE GODOI FONSECA, Cecília; BRASIL, Luciana Leão. ANÁLISES INTERPRETATIVAS NA OBRA 'ABAPORU'DA PINTORA MODERNISTA TARSILA DO AMARAL. Revista Científic@ Universitas, v. 3, n. 2, 2015.

DE MORAES FERREIRA, Marieta. A reação republicana e a crise política dos anos 20. Revista Estudos Históricos, v. 6, n. 11, p. 9-23, 1993.

DEBRUN, Michel. A identidade nacional brasileira. Estudos avançados, v. 4, p. 39-49, 1990.

DEBRUN, Michel. A Identidade Nacional Brasileira. In: Estudos Avançados. São Paulo, IEA/USP, vol.4 no. 8 Jan, Apr.1990

DEL PRIORE, M. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

DEVOÇÃO NAS RELIGIÕES. São Luís: EDUFMA - Editora da Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 119-142.

DIAS, R. *A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1935).* Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAUSTO, Boris. História da civilização brasileira: o Brasil republicano (sociedade e instituições), v. 3. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Global, 2008.
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 1. ed. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. Reimpressão: São Paulo: Global, 2006

Ferreira da Silva Júnior, E. . (2023). CONTRIBUIÇÕES DA REFORMA PROTESTANTE PARA A EDUCAÇÃO NO BRASIL. Protestantismo Em Revista, 48(1), 135–145. Recuperado de https://revistas.est.edu.br/PR/article/view/2685

FERREIRA, Leonardo Costa. *Educação e saúde na Primeira República: debates e reformas entre 1910 e 1920*. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012.

FIGUEIREDO, Marcelo et al. Transição do Brasil Império à República Velha. *Araucária*, v. 13, n. 26, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da educação no Brasil (1926-1996).* São Paulo: Cortez, 2014.

FUNARI, P. P. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2006

FUNARI, P. P. Fontes Arqueológicas. O historiador e a cultura material. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 81-110.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. Religião & sociedade, v. 28, p. 80-101, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Revista de História*, v. 2, n. 4, p. 1-xx, dez. 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2287/1426. Acesso em: 29 dez. 2024.

GUARNIERI, Dayane Cristina. A utilização do periódico como fonte histórica. *Anais Eletrônico do XIII Encontro Estadual de História: "História e mídias: narrativas em disputas"*. 2013. ISBN 978-65-00-11544-4.

HABERMAS, J. (2006), “O Caos na esfera pública”, Folha de São Paulo, disponível em: http://www.lainsignia.org/2006/septiembre/ cul_003.htm

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914- 1991.

HOBSBAWM, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JARDIM, Trajano Silva; DOS SANTOS BRANDÃO, Iolanda Bezerra. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. Hegemonia, n. 14, p. 43-43, 2014.

JOSETTI, Celina Cassal; ARAÚJO, Rosi Valéri Corrêa. EDUCAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1920 A 1950 NO BRASIL: ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS EM QUESTÃO. Revista Fórum Identidades, Itabaiana-SE, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/forumidentidades/article/view/1909. Acesso em: 17 jan. 2025.

KOK, G. MATTOS, Izabel Missagia de. Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 491p. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 211, 2007. DOI: 10.22456/1982-6524.2494. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/2494.

LACERDA, Talita Barcelos Silva. *Moral e docência feminina na formação do cidadão nas primeiras décadas da República (1889-1920)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

LAHUERTA, M. Moderno, modernista, modernização. A década de vinte e as origens de um Brasil moderno. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1997.

LAHUERTA, Milton. Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos LAHUERTA, Milton. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 14, p. 57-82, 2014.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora Unicamp, 2003

LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. Religião & Sociedade, v. 31, p. 32-60, 2011.

LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes: Marchas e Combates. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In.: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. (1983), *Os bispos do Brasil e a imprensa* São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. Religião & Sociedade, v. 38, n. 3, p. 197-217, 2018.

MATOS, J. S. . Cartas Trocadas: Sérgio Buarque de Holanda e os Bastidores da Revista Klaxon. Fênix (UFU. Online) , v. 7, p. 2-15, 2010.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da Educação no Brasil. 2ª ed. Fortaleza, CE: Universidade Aberta do Brasil, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2012.

MESQUIDA, Peri. Educação brasileira. Apostila do Curso de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2001.

MESQUIDA, Peri. Educação e hegemonia católica no Brasil (1870 a 1900). Revista Diálogo Educacional, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2001.

MICELI, Sérgio. A elite eclesiástica brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

MONARCHA, Carlos. Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MORAES, Wallace Gomes et al. ENTRE A CRUZ E A ESPADA. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 3, n. 1, 2018.

MORMUL, Najla M.; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa e a educação brasileira: métodos e programas*. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, MS, n. 32, p. 261-277, jul./dez. 2011.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

NASCIMENTO, Evando Batista. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e "primitivismo" artístico. Gragoatá, v. 20, n. 39, 2015.

NETO, José Miguel Arias. A Marinha e o fim da monarquia: notas de pesquisa. Militares e Política, n. 5, 2009.

NETO, Vítor. A questão religiosa na Primeira República portuguesa. 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. 1990.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As Origens da Educação no Brasil: Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. 2004.

OTTONI, Teófilo Benedito. Notícia sobre os selvagens do Mucuri. Editora UFMG, 2002.

PEREIRA, Ledir de Paula. O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923. 2006.

PERES, Tirsa Regazzini. Educação brasileira no Império. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA; UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO

PAULO. Caderno de formação: formação de professores–Educação, Cultura e Desenvolvimento, v. 1, p. 48-70, 2005.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução Angela M. S. Côrrea. 2ª ed, São Paulo: Contexto, 2019.

PESAVENTO, S. (2007). Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In Pesavento, S., Langue, F. (Orgs.), Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais (pp.9-21). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

PONCE, A. Educação e luta de classes. São Paulo: Cortez, 2001.

PRADO, Carlos Batista. Partidos e sindicatos: o PCB, a Oposição de Esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936). 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo. Petrópolis, 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes: uma proposta de trabalho. Revista de História, São Paulo, n. 118, p. 29–59, 1985. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61327. Acesso em: ago. 2024.

ROMANI, Carlo. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. História do anarquismo no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, v. 2, p. 51-68, 2009.
ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937. 2011

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?. Educ. rev. [online]. 2001, n.18, pp.13-27.

REIS FILHO, Casemiro dos. A educação e a ilusão liberal. São Paulo, 1981.

Ribeiro, E. M. (2013). Estrada da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG

RIBEIRO, Emanuela; Maria Brandão de Aguiar, Sylvana. Modernidade no Brasil, Igreja católica, identidade nacional : práticas e estratégias intelectuais: 1889 1930. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTOS, Fagner dos. A política dos governadores como discurso: Uma história da construção da estabilidade nacional na Primeira República. 2019.

SCHWARTZMAN, S. A Política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto. Religião e Sociedade, n. 13, p. 108-127, 1986

SANTOS, Márcio Achtschin. A ocupação do Vale do Mucuri: a elite rural e o dilema entre modernidade e atraso. Revista Espinhaço | UFVJM, [S.l.], p. 71-79, july 2020. ISSN 2317-0611. Disponível em: <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/293>.

SCHMIDT, Afonso. Trabalhadores do Brasil: histórias do povo brasileiro. Geracao Editorial, 1998.

SEABRA, Eliane Pires. O movimento operário na primeira república. Simpósio Nacional de História, v. 26, p. 1-13, 2011.

Sérgio Figueiredo; SANTOS, Thiago Lima de. (Org.). TODAS AS ÁGUAS VÃO PARA O MAR: PODER, CULTURA

SILVA, Diana Rocha da et al. As Casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912). 2017.

SODRÉ, Nelson. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. CONSTITUIÇÃO DE 1891: as limitações da cidadania na República Velha. Revista UNI-RN, v. 3, n. 1/2, p. 175, 2008. Disponível em: https://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/98

STERN, Fábio L. Metodologia em ciência da religião. Revista Relegens Thréskeia, v. 9, n. 1, p. 138-160, 2020.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Reforma João Luiz Alves (conhecida por Lei Rocha Vaz) Decreto Nº 16.782 A–de 13 de Janeiro de 1925. *História da Educação*, v. 13, n. 28, p. 253-290, 2009.

TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; Oriomar SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. Revista

HISTEDBR On-line, Campinas, n. 48, p. 255-268 Dez. 2012
TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Constituição de 1891: as limitações da cidadania na República Velha. Revista UNI-RN, v. 3, n. 1/2, p. 175-175, 2008.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direito de Família. 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

VITOR, Amilcar Guidolim. A gênese do tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI, v. 10, n. 1, p. 59-78, 2020.
ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Imprensa periódica e a centralidade da educação no início do século XX. *Imagens da Educação*, v. 3, n. 1, p. 11-18, 2013.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações e metodológicas. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUCSP. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 18, p. 29-44, 2005.